

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUCAS MARTINS MARCHEZINI

**Imagens da guerrilha armada da Ação Libertadora
Nacional: 1967-1969**

VITÓRIA/ES

2020

LUCAS MARTINS MARCHEZINI

**Imagens da guerrilha armada da Ação Libertadora
Nacional: 1967-1969**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de Movimentos Sociais.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Almerinda da Silva Lopes.

VITÓRIA/ES

2020

LUCAS MARTINS MARCHEZINI

**Imagens da guerrilha armada da Ação Libertadora Nacional:
1967-1969**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de Movimentos Sociais.

Aprovada em 03/06/2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Almerinda da Silva Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (Membro Titular Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Membro Titular Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Dilza Côco (Membro Titular Externo)
Instituto Federal de Educação do Estado do Espírito Santo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M316i Marchezini, Lucas Martins, 1989-
 Imagens da guerrilha armada da Ação Libertadora Nacional:
 1967-1969 / Lucas Martins Marchezini. - 2020.
 129 f. : il.

 Orientadora: Almerinda da Silva Lopes.
 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
 Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Ditadura. 2. Imagens. 3. Guerrilhas. 4. Guerrilheiros. 5.
 Prisioneiros políticos. 6. Brasil. I. Lopes, Almerinda da Silva. II.
 Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
 Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Agradecimentos

A paixão pela temática escolhida é o que nos atrai a conhecer a história de forma aprofundada. Após estudarmos inúmeras obras, muitas vezes frustramos nossas expectativas, porém no caso específico da luta armada acreditamos que o julgamento dos atores não nos cabe, sendo nosso papel analisar os acontecimentos dentro do contexto vivido por eles próprios e produzir algum acréscimo ao conhecimento acumulado a respeito do tema. Paradoxalmente, estudamos a luta armada vivendo hoje sob um governo que frequentemente elogia os tempos da ditadura militar, justificando inclusive a barbárie da tortura por ela perpetrada. Considerando esse contexto, cumpre-nos lembrar o nome dos opositores ao regime ditatorial que tiveram a coragem de recorrer às armas como única alternativa para solapar o autoritarismo dos militares, em tempos nos quais a esperança do povo era mínima, para não dizer inexistente, mas com a confiança de que os episódios aqui relatados não se repitam.

A primeira pessoa a quem devo prestar meus sinceros agradecimentos é minha orientadora, Professora Doutora Almerinda da Silva Lopes. Digo isso pelo fato específico de ter me aceito como orientando no mestrado em História, mesmo não sendo essa a minha formação, e pela imensa contribuição nas revisões e sugestões que, por certo, deram rumo e melhoraram consideravelmente a qualidade final do trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Maria Cristina Dadalto pelo incentivo que me deu para que ingressasse no mestrado em História.

Agradeço também a todos os professores que lecionaram disciplinas das quais participei: Pedro Ernesto Fagundes, Belchior Monteiro de Lima Neto e Juçara Luzia Leite.

É indispensável lembrar nesse momento das contribuições da banca examinadora de meu exame de qualificação, composta pelos professores Pedro Ernesto Fagundes e Juçara Luzia Leite, do PPGHIS, e por Dilza Côco, do IFES.

Gostaria de agradecer ainda à secretaria do PPGHIS, especificamente a Michely Almeida dos Santos e a Filipe Luppi Moreira, pela atenção e ajuda nos momentos necessários.

Por fim, não poderia deixar de citar também meus familiares pelo apoio nessa caminhada e pela ajuda com as despesas necessárias, já que não tive o privilégio de uma bolsa de estudos.

Resumo

O presente estudo tem como foco central o surgimento da Ação Libertadora Nacional no cenário político brasileiro da década de 1960, suas principais ações dentro da guerrilha armada contra a ditadura militar que se estabeleceu nesse período e a morte de seu líder, Carlos Marighella. A pesquisa foi realizada através de bibliografia específica sobre o tema e enfatizou o uso de imagens como forma de agregar valor às narrativas dos diversos autores estudados, por propiciarem a visualização, mesmo que parcial, dos episódios narrados ao longo do trabalho, e também por mostrarem como seus respectivos autores – fotógrafos e artistas – se expressaram ou se posicionaram como testemunhas que vivenciaram os fatos. Introduzimos uma biografia sucinta de Marighella para ajudar o leitor no entendimento da trajetória política desse personagem e de sua posterior radicalização, que culminou com seu engajamento na luta armada. Para situar o leitor no contexto histórico principal, versamos também sobre o golpe militar em si e sobre as divergências no interior do Partido Comunista Brasileiro, de onde surgiu a maioria dos grupos guerrilheiros que pegaram em armas para combater a ditadura. A partir da constatação de que a maioria do contingente guerrilheiro se originou do movimento estudantil, abordamos esse ponto recorrendo a grande quantidade de imagens das manifestações de 1968, ano que marca do início do endurecimento do regime, num ciclo que realimentou, para muitos desses jovens, a necessidade de alistar-se em grupos atuantes na luta armada. O fechamento do nosso estudo tem como tema principal o polêmico assassinato de Carlos Marighella, que é descrito e analisado de formas distintas e inconclusivas pelos autores estudados.

Palavras chave: Ação Libertadora Nacional, Carlos Marighella, Luta armada, Ditadura Militar.

ABSTRACT

The present study seeks to discuss the emergence of the National Liberation Action in the Brazilian political scenario in the 1960's, its main armed guerrilla actions against the military dictatorship established in Brazil at that time, and the death of its leader, Carlos Marighella. Key literature was reviewed for this study and images were used to make the narratives mentioned here more vivid and to enable readers to visualize, albeit partially, the events discussed in this study. Moreover, through these images we can infer the attitudes and viewpoints of the photographers and artists who created them, who also lived through these historical events. A brief biography on Marighella was deemed necessary to help the reader understand his political trajectory as well his path toward political radicalization and armed combat. In order to situate the reader historically, this study also explored the military coup itself and the divergences inside the Brazilian Communist Party, which gave rise to most of the guerilla groups that engaged in armed combat against the military dictatorship. Through images of the protests of 1968, we explored the notion that most guerrilla contingents arose from the student movement. Further considerations were made on that significant year, which marked the tightening of the regime's grip and started a cycle that led any of these young men and women to enlist in groups that engaged in armed combat. The last topic discussed in this study is the polemic murder of Carlos Marighella, which has been described in varying and inconclusive ways by different authors.

Keywords: National Liberation Action, Carlos Marighella, Armed combat, Military dictatorship.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 - A deposição de João Goulart, a conjuntura das esquerdas no Brasil pré-golpe e o início obscuro da ditadura	18
1.1 A conjuntura das esquerdas no momento do golpe	37
1.2 1964: o início de um período obscuro para o Brasil	44
1.3 Carlos Marighella baleado no ano do golpe, antes da ALN	48
Capítulo 2 – As manifestações estudantis, ideologias da esquerda e o fechamento do regime	52
2.1 As manifestações estudantis e o diálogo com a violência	52
2.2 Ideias da esquerda armada	67
2.3. O Ato Institucional número 5 (AI-5): censura, prisões, tortura e desaparecimentos	70
2.4 – A arte militante, o ufanismo patriótico e a propaganda governamental	75
3. Capítulo 3 – Ação Libertadora Nacional: violência gera violência	86
3.1 ALN, a origem	86
3.2 Grupos táticos e ações da ALN	91
3.3 A morte de Carlos Marighella: uma questão em aberto	107
3.4 Fotografia de Marighella morto, pode nos fazer pensar?	114
Considerações Finais	120
Referências	124

Introdução

É válido iniciar a dissertação esclarecendo o motivo pelo qual escolhemos estudar a luta armada contra a ditadura civil militar implantada no Brasil em 1964. O tema da ditadura foi trabalhado no TCC do nosso curso de graduação em comunicação social e quando nos debruçávamos sobre o livro *Brasil: Uma Biografia* (2012) surgiu o interesse em conhecer o tema da guerrilha armada mais a fundo. Dessa forma, ao adentrar alguns textos e documentários sobre o tema, escolhemos estudar a Ação Libertadora Nacional e seu líder Carlos Marighella. Podemos dizer também que nosso contato com a prática do rap, fazendo rimas improvisadas em batalhas de MCs¹ e compondo letras desse gênero musical, nos fez pensar que o estudo de história levaria a um enriquecimento do nosso repertório e a uma evolução tanto da qualidade das rimas improvisadas quanto das letras das músicas compostas, propiciando ainda uma elevação do teor crítico que caracteriza esse gênero de improvisação sobre acontecimentos do cotidiano.

Quando decidimos escrever sobre a Ação Libertadora Nacional, nosso objetivo era estudar a organização a partir de seus princípios ideológicos, sua forma de organização estratégica, o contexto histórico do qual fez parte, os protagonistas que fizeram sua história, suas principais ações guerrilheiras e a polêmica morte de seu notório líder Carlos Marighella. Para atingir esse objetivo, voltamos o foco da pesquisa para as imagens disponíveis do período ditatorial, considerando que elas poderiam ser bastante efetivas na medida em que as escolhêssemos com o cuidado necessário para que enriquecessem de impacto os fatos e considerações do texto escrito, principalmente por traduzirem a visão de autores que vivenciaram os fatos no próprio tempo em que se desenrolaram. Por sua vez, as imagens artísticas inseridas no texto expressam a forma sensível e crítica como os seus autores sentiram na pele a violência, a repressão e a censura, por terem sido presos e perseguidos, uns porque se engajaram na luta armada, outros porque se posicionaram criticamente, através de sua obra artística, contra o regime militar.

O trabalho foi então desenvolvido através da análise de imagens extraídas de fontes disponíveis na Internet² e da leitura e análise de livros, textos e artigos. Atividades de seleção de fontes de informação – textuais e gráficas – foram realizadas intensivamente ao longo de todo o trabalho, além das coletas resultantes e dos esforços de análise e interpretação do material coletado.

¹ Batalhas de MCs são confrontos verbais improvisados nos quais os participantes se digladiam através de frases que buscam rimar com aquelas previamente usadas por seus opositores. MC é um acrônimo para Mestre de Cerimônia.

² A busca de imagens em sites foi realizada priorizando páginas jornalísticas e memoriais virtuais sobre o período estudado.

Em relação à bibliografia utilizada, as três obras de maior relevância para o estudo foram: *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães, por se tratar de um trabalho jornalístico-biográfico aprofundado e baseado em grande quantidade de documentos e imagens relacionada ao tema; *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, porque fornece uma visão abrangente das organizações de esquerda atuantes no período, a partir de uma posição privilegiada de militante; *Batismo de sangue*, de Frei Betto, que descreve a trajetória de Marighella e da ALN do ponto de vista de um frade dominicano que colaborava com a guerrilha em diversas ocasiões.

Pela metodologia adotada, esta pesquisa pode ser classificada como explicativa, bibliográfica e qualitativa.

A pesquisa explicativa pretende identificar os fatores que contribuem para ocorrência e o desenvolvimento de um determinado fenômeno. Buscam-se aqui as fontes, as razões das coisas (GONSALVES, 2009, p. 68).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que outros dão à suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica (GONSALVES, 2009, p. 69).

Entrando no tema da implantação golpista da ditadura militar, chamada até hoje por seus defensores de revolução, vimos que ela se baseou fortemente em argumentação ideológica anticomunista. Como herança do regime militar, o anticomunismo que lhe serviu de base está anacronicamente presente no embate político atual, sendo frequente que a defesa de políticas voltadas para a redução da imensa desigualdade social brasileira seja taxada de forma pejorativa como “coisa de comunista”.

Antes de falar sobre a vida de Carlos Marighella, recorreremos à obra *Testemunha Ocular* (2004), do historiador inglês Peter Burke, para ressaltar a importância do uso de imagens como evidência histórica. Burke diz direcionar seus pensamentos a historiadores do mundo todo, não só da Inglaterra ou de qualquer outra região específica. Interessantíssima é a fala do autor sobre como os historiadores deveriam tratar as imagens que utilizam em seu estudo.

Eu continuo acreditando que os historiadores devem sempre utilizar imagens junto com outros tipos de evidência, e que precisam desenvolver métodos de

“crítica das fontes” para imagens exatamente como o fizeram para os textos, interrogando estas “testemunhas oculares” da mesma forma que os advogados interrogam as testemunhas durante um julgamento (BURKE, 2004, p. 8).

Ainda sobre o uso de imagens no fazer histórico, Burke (2004) destaca o caso específico do Brasil, dizendo que já nos anos de 1930 Gilberto Freire sugeria que as imagens fossem equiparadas a outras fontes não convencionais, tais como as tradições orais e anúncios de jornal.

No estudo em questão fazemos a inserção de imagens no corpo do texto quando atravessarmos os conteúdos específicos com os quais elas se relacionam, de modo a aguçar no leitor a visualização dos acontecimentos abordados e, dentro de nossas limitações, como observadores, extrairmos das imagens informações que enriqueçam os momentos retratados para além do próprio texto, considerando que, de modo especial as fotografias, foram elaboradas no calor da hora, por testemunhas oculares dos fatos.

Segundo Marcelo Ridenti (1999), é inimaginável e equivocado tentar entender as ações e os pensamentos de um sujeito político fora do contexto histórico que os gerou. Dessa forma, consideramos pertinente utilizar as linhas desta introdução para expor uma biografia resumida contendo as diversas fases e sobressaltos da vida política de Carlos Marighella antes do início do regime militar de 1964, para situar o leitor não familiarizado com o tema, fornecendo-lhe algumas informações sobre a militância do guerrilheiro antes de liderar a Ação Libertadora Nacional (ALN). Ela é importante para o entendimento da radicalização posterior que culminou na deflagração do movimento de guerrilha liderado por ele através da ALN. De acordo com Cristiane e Jorge Nóvoa (1999, p. 23), a vida de Marighella “sintetiza uma grande parte da história política e social do Brasil”. O estudo da vida do guerrilheiro traz à tona as diversas conjunturas atravessadas pelo país. Os autores buscam colocar a história de Carlos Marighella dentro da historiografia dos movimentos sociais brasileiros.

No Brasil contemporâneo, algumas biografias conseguiram tirar do anonimato um certo número de personalidades socialistas que, de uma forma ou de outra, tiveram uma ação importante na história do país. Este foi o caso, por exemplo, da biografia de Olga Benário e Mário Pedrosa. Entretanto, um número muito grande de personagens históricos, que foram figuras expressivas e ao mesmo tempo engajadas, permanecem, ainda hoje, “esquecidas” pela história oficial. Esse é, como dissemos antes, o caso de Carlos Marighella, apesar dos esforços de alguns historiadores, jornalistas ou militantes que, de alguma forma, ocuparam-se de sua memória (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 26).

Muito antes do golpe militar de 1964, a perseguição ao comunismo, a vida na clandestinidade e a situação de prisioneiro político acompanharam de perto a trajetória política e a vida pessoal de Carlos Marighella.

Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911 na Baixada dos Sapateiros, em Salvador. Seu pai, Augusto Marighella, era um imigrante italiano simpatizante da ideologia anarquista e sua mãe, Maria Rita do Nascimento, uma negra descendente de escravos negros haussás³. Durante a infância de Marighella, seu pai trabalhava como mecânico em oficina própria e sua mãe era empregada doméstica. Sob incentivo de Augusto Marighella, o menino Carlos buscou o caminho dos estudos e se destacava na escola. Desde muito cedo foi incentivado a ler livros comprados pelo pai. Do início dos estudos até o ingresso no ensino superior de Engenharia Civil, Marighella foi uma pessoa marcante nos colégios pelos quais passou: além de carismático e inteligente, era conhecido por responder questões de exames escolares em formato de poema (MAGALHÃES, 2012).

Segue como ilustração da criação poética de Marighella um pequeno trecho de seu poema *Uma prova em versos*:

Doutor, a sério falo, me permita,
Em versos, rabiscar a prova escrita.
Espelho é a superfície que produz,
Quando polida, a reflexão da luz.
Há nos espelhos a considerar
Dois casos, quando a imagem se formar.
Caso primeiro: um ponto é que se tem;
Ao segundo objeto é que convém.
Seja figura abaixo que se vê,
O espelho seja a linha beta cê.
O ponto P um ponto dado seja,
Como raio incidente R se veja.
O raio refletido vem depois
E o raio luminoso ao ponto 2.
Foi traçada em seguida uma normal,
O ângulo I de incidência a R igual (MAGALHÃES, 2012, p. 51-52).

Segundo Nova e Nóvoa, a vida e militância do mestiço baiano tem ligação umbilical com os acontecimentos históricos relacionados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual ingressou na década de 1930 e saiu somente no ano de 1967. Sua carreira estudantil findou quando Marighella ingressou no PCB. Segundo esses autores, o próprio Marighella explicou porque abandonou do curso de engenharia:

Abracei a causa do comunismo quando ainda frequentava os estudos de engenharia civil na velha Escola Politécnica da Bahia. Pouco antes de terminar o curso, abandonei a Escola e desisti da carreira. Um sentimento profundo de

³ Negros Haussás eram africanos islâmicos vindos ao Brasil oriundos principalmente do Sudão e da Nigéria. No século XIX realizaram o levante escravo conhecido historicamente como revolta dos Malês. Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, *Carlos Marighella: O homem por trás do mito*, 1999, p. 40.

revolta ante a injustiça social não me permitia prosseguir em busca de um diploma e dedicar-me à engenharia civil, num país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 46).

Para Marighella, então com 21 anos de idade, o PCB surgiu como a melhor forma de lutar para tornar o mundo mais justo e humano. Sua primeira prisão, conduzida pelas forças repressivas comandadas pelo militar cearense Juracy Magalhães, aconteceu no ano de 1932, durante a participação em um manifesto reivindicando o fim do regime autoritário na Bahia através de uma nova Carta Constituinte. Agredido no episódio pelos homens de Juracy, Marighella escreveu, em decorrência, o poema *Vozes da mocidade acadêmica*, contendo fortes críticas às atitudes violentas do militar (NOVA & NÓVOA, 1999).

Ainda na Era Vargas, em 1º de maio de 1936, além de ser novamente preso por subversão pela polícia do delegado Filinto Müller, Carlos Marighella experimentou pela primeira vez a tortura. Mesmo após sessões de tortura ininterruptas no Presídio Especial de São Paulo, onde teve seus pés queimados com maçarico, estiletos enfiados por debaixo de suas unhas e dentes arrancados, não entregou nada sobre o PCB aos torturadores. O próprio delegado Müller acabou admitindo só existir um macho [sic] no Partido Comunista Brasileiro, sendo esse o baiano Carlos Marighella. Permaneceu preso durante um ano e depois foi solto sem sofrer condenação judicial (MAGALHÃES, 2012).

No ano de 1939, Marighella cai novamente na condição de preso político, quando fica preso em Fernando de Noronha e posteriormente é transferido para o presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Dessa vez o militante comunista atravessa um período de reclusão de seis anos, sendo solto somente em 1945. No ano seguinte acaba se elegendo deputado federal constituinte pelo PCB baiano, encerrando assim de um longo período de clandestinidade (MAGALHÃES, 2012).

Nesse momento já havia no mundo uma polarização muito forte entre capitalistas e comunistas, com o início da Guerra fria. Sobre a guerra fria vale ressaltar a afirmação de Nova e Nóvoa dizendo que “embora o processo não fosse linear e simples como aparentava, apresentando muito mais nuances e interesses encobertos, ele teve repercussões nos processos de política interna de praticamente todos os países do globo” (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 65).

Nesse contexto de pós-guerra, ocorre uma mudança importante para a militância comunista brasileira: se durante a segunda guerra mundial ela apoiou ideologicamente a União Soviética (URSS) e os países ocidentais como Inglaterra e Estados Unidos contra o nazifascismo, com o surgimento da guerra fria adotou posição oposta aos Estados Unidos, passando a apoiar a URSS.

A antessala dessa conjuntura fora vivida pelos comunistas brasileiros ainda em meados dos anos 40, intensificando-se nos anos seguintes, sobretudo a partir de 1946, dada a influência norte americana no governo Dutra, que datava da preparação do golpe de 1945. Já em março de 1946, dois deputados do PTB iriam propor a cassação do registro partidário do PCB e sua ilegalidade. Em maio, Marighella fazia três discursos, protestando contra a perseguição de membros do PCB pelas autoridades do país (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 65-66).

Em 22 de maio de 1948, no Rio de Janeiro, nasce o filho de Carlos Marighella com a operária Elza Sento Sé, com quem se relacionava, sendo o menino batizado com o nome Carlos Augusto Marighella. Nesse mesmo ano o militante do PCB perde seu mandato de deputado, voltado a viver na clandestinidade, juntamente com todo o PCB. Ainda em 1948, efetiva sua união com Clara Charf⁴, que o acompanharia até a sua morte (MAGALHÃES, 2012).

No começo da década 50, o PCB, através de Marighella, realizou reuniões com sindicatos metalúrgicos, têxteis e outros setores operários, em especial com aqueles cujas lideranças sindicais eram ligadas ao PTB de Getúlio Vargas (JOSÉ, 1997). Nova e Nóvoa utilizam a afirmação do ex-membro do PCB Jacob Gorender para dizer que Marighella teve participação fundamental na vinculação do PCB aos operários em São Paulo no início da década de 1950.

Sob a direção de Marighella, o PC de São Paulo conseguiu se vincular aos operários nas fábricas e nos sindicatos, o que lhe permitiu organizar e dirigir, em 1953, uma passeata de cem mil pessoas de protesto contra a carestia, e a greve dos trezentos mil, na capital paulista. A atuação do PC em São Paulo era muito ampla e só não era mais ainda por causa da pressão sectária da Comissão Executiva Nacional (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 71).

Entre 1953 e 1954 Marighella passa um tempo na República Popular da China, país em processo de consolidação da revolução comunista ocorrida em 1949. Os autores Nova e Nóvoa dizem que “com objetivo de conter a influência de Marighella entre os setores mais radicais do Partido e do movimento sindical como um todo, o PCB decide lhe endereçar a tarefa de representar o Partido na China, um novo exemplo de república socialista” (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 72).

No início de 1954, após deixar o país asiático, Carlos Marighella passou rapidamente pela União Soviética antes de retornar ao Brasil. No Brasil, atitudes populistas e promessas feitas aos trabalhadores⁵, fizeram com que setores do governo e o alto escalão das forças armadas articulassem a saída de Getúlio Vargas de forma forçada, o que culminou com sua morte por

⁴ Clara Charf foi militante comunista pelo PCB desde 1945 e companheira de Carlos Marighella até o final de sua vida. Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, 2012.

⁵ A principal medida anunciada por Vargas que gerou efervescência negativa na burguesia e nas Forças Armadas foi o aumento de 100% no valor do salário mínimo vigente. Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, *Marighella: O homem por trás do mito*, 1999, p. 73.

suicídio. O ato de suicídio de Vargas veio acompanhado de uma carta-testamento na qual o recém-falecido presidente denuncia de forma impactante as forças e os interesses contra o povo que recaíram sobre sua pessoa, fazendo referência aos articuladores de sua deposição.

Durante o IV Congresso do PCB, ainda em 1954, Carlos Marighella manifesta-se em favor da conciliação do Partido com a burguesia nacional, representada então pelo PTB, acreditando ser o melhor caminho para a legalidade e para os interesses comunistas. Porém, uma parcela significativa da militância do PCB se posiciona contra essa linha de pensamento (GORENDER, 1987).

Em 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek, ocorre a medida pacificadora que traz de volta a legalidade ao PCB. Morando com Clara Charf, Marighella conhece seu filho Carlos Augusto, apelidado de Carlinhos, que completava então oito anos de idade (NOVA & NÓVOA, 1999). Vale lembrar que parte das obras sobre a vida de Marighella é baseada em entrevistas com Clara e Carlinhos, pessoas muito próximas do militante que se encontram vivas até hoje.

Ainda no ano de 1956, após a morte do ex-presidente soviético Joseph Stalin, o secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Krushev, realizou severas denúncias contra os crimes de guerra de Stalin, o que abalou todo o PCB, incluindo Carlos Marighella (GORENDER, 1987). Nova e Nóvoa (1999) relatam que o escritor e também militante comunista Jorge Amado afirmou que Marighella ficou confuso, perplexo e triste com a confirmação da notícia.

Apesar das denúncias terem gerado forte descrédito da imagem mitificada de Joseph Stalin, em 1957, sob a liderança do secretário geral do PCB Luís Carlos Prestes, a decisão tomada pelo partido foi de manter-se subordinado às teses do PCUS. Essa linha de pensamento pregava a coexistência pacífica com o imperialismo capitalista e a burguesia nacional, contrária ao que seguia a China sob liderança do presidente Mao Tsé Tung. Em 1960 o V Congresso do PCB geraria a oficialização da linha de pensamento soviética dentro do PCB e a saída de opositores que defendiam a linha chinesa. Nesse momento, Marighella optou por continuar no PCB, enquanto os militantes ‘expulsos’ se articularam e fundaram o PC do B em 1962 (GORENDER, 1987).

Como colocamos de início, essa introdução sucinta sobre os acontecimentos em torno de Carlos Marighella antes do golpe demonstra o que o anticomunismo significou para os militantes comunistas brasileiros. Fica claro que Marighella pode ser visto como um dos membros mais sofridos do PCB, o que se confirma pela resistência às sessões de tortura às quais foi submetido

pela polícia de Filinto Müller e pelas três prisões por subversão que amargou. Como desfecho dessa pequena retrospectiva das fases atravessadas por Marighella fica uma citação presente no prefácio do livro organizado por Nova e Nóvoa *Marighella: O homem por trás do mito*, escrito por Mário Ridenti:

Ora instaurada a ditadura novamente, depois do movimento civil-militar de 1964, Marighella seria o primeiro a pegar em armas na resistência. Mas antes vivenciou e defendeu posições diferentes: o esquerdismo obreirista do Manifesto de Agosto de 1950, fruto da Guerra Fria e da reação à clandestinidade a que se via forçado o Partido Comunista (PC), após breve período de atuação legal; as críticas comunistas ao segundo governo Vargas e uma aproximação com os trabalhistas depois de seu suicídio; o terremoto ideológico com as denúncias dos crimes contra Stálin no XX Congresso do PC Soviético; o florescimento democrático e cultural do Partido Comunista entre os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart; e o mergulho na noite da ditadura, que o levou a optar pela guerrilha (NOVA & NÓVOA, 1999, p.14).

Embora a proposta do trabalho seja estudar a atuação guerrilheira da Ação Libertadora Nacional, foi necessário fazer uma contextualização dos fatos que aconteceram a partir da instauração do golpe miliar em 1964. Dessa forma o estudo foi estruturado em três capítulos, organizados em ordem cronológica, sendo que os dois primeiros têm por objetivo situar o leitor no tema abordado, mostrando o encadeamento de fatos que conduziu uma parcela do movimento de oposição ao regime ditatorial instaurado em 1964 para a luta armada, facilitando assim a compreensão do desfecho apresentado no último capítulo. Resumimos a seguir cada um dos três capítulos.

No capítulo 1, intitulado *A deposição de João Goulart, a conjuntura das esquerdas no Brasil pré-golpe e o início obscuro da ditadura*, versamos sobre as causalidades e acontecimentos do momento pré-Golpe de 1964, os apoiadores e os opositores, a conjuntura do Brasil e da esquerda brasileira nesse período, e, finalmente, o atentado a tiros do qual Marighella foi alvo dentro de um cinema, episódio que terminou com a sua prisão logo nos primeiros meses de vigência da ditadura militar.

No segundo capítulo, *As manifestações estudantis, ideologias da esquerda e o fechamento do regime*, analisamos o embate entre o movimento estudantil e o governo no ano de 1968, as passeatas reprimidas com violência pela Polícia Militar, a adesão de setores populares que

havam apoiado o golpe às passeatas em protesto contra a truculência da repressão aos estudantes e a adesão de estudantes à guerrilha armada já em curso no país. Em paralelo, discorreremos sobre as ideias que inspiraram a esquerda e os movimentos guerrilheiros já em ação.

O terceiro capítulo, cujo título é *Ação Libertadora Nacional: violência gera violência*, constitui a parte principal dessa pesquisa. Nele estudamos o surgimento do grupo guerrilheiro liderado por Carlos Marighella, a *Ação Libertadora Nacional*, a deflagração de suas ações armadas e pôr fim à polêmica morte de seu líder, um acontecimento em discussão aberta na historiografia que versa sobre o tema.

Vale frisar que todos os três capítulos da dissertação são focados na análise de imagens – fotos, desenhos, ilustrações, etc. – e complementados com fatos, análises e considerações baseados no relatado pelos autores estudados.

Capítulo 1 - A deposição de João Goulart, a conjuntura das esquerdas no Brasil pré-golpe e o início obscuro da ditadura.

O acontecimento que marcou o início da ditadura militar foi a deposição do ex-presidente João Goulart no dia 1º de abril de 1964. A primeira reflexão aqui será sobre as diferentes formas de enxergar tal fato por parte de alguns historiadores. Consta-se que na maior parte da visão historiográfica selecionada para esta pesquisa a queda de Jango é considerada um golpe. Exceção deve ser feita, no entanto, a alguns autores, de posição direitista, que consideram o golpe militar como um contragolpe, chamado também pelos próprios militares de revolução. Os estudiosos que consideram esse momento histórico um golpe baseiam-se no seu caráter antidemocrático, por entenderem que o desenrolar dos acontecimentos pós-64 corroboraria plenamente essa visão. Em contrapartida, os que defendem a visão de contragolpe ou revolução dizem que houve a necessidade de frear o avanço do comunismo que estaria por vir por parte dos políticos considerados de extrema esquerda, e que João Goulart estaria envolvido nessa “conspiração comunista”. Um questionamento que nos parece pertinente a essa segunda posição está ligado às razões que levaram os conspiradores da cúpula militar e da oposição civil a articular a ofensiva para depor o presidente: a guinada do governo parlamentarista para presidencialista, as temidas reformas de base e a extensão do direito de voto para camadas que ainda não o possuíam.

A instituição do presidencialismo daria a Jango plenos poderes para governar, contornando obstáculos burocráticos que lhe faziam oposição. As reformas de base incluíam melhorias sociais para as camadas trabalhadoras tanto das cidades quanto para a população camponesa. Como exemplo dessas reformas pode-se citar o aumento do salário mínimo e a garantia de melhores condições de trabalho nas fábricas, enquanto no interior falava-se principalmente da distribuição para os trabalhadores rurais de parcelas de terras dos latifúndios considerados improdutivos. Sobre a extensão do direito ao voto, os autores expõem, como veremos adiante, que a maioria do contingente populacional do Brasil era excluída do eleitorado, sobretudo as camadas mais pobres. Tais camadas envolviam a população analfabeta e as praças do exército, da marinha e da aeronáutica. A caminho do século XXI, constituía-se um imenso atraso ter uma parcela tão grande da população sem direito ao voto.

Torna-se evidente que as reformas de base não agradavam às camadas mais privilegiadas da população, apesar de que seriam e ainda hoje são extremamente necessárias para reverter um dos piores males que assola o Brasil: sua desigualdade social gritante. As estratégias do golpe

e os discursos direitistas procurariam desviar a atenção dessa tentativa de modificar a realidade social, pautada nos princípios da cidadania, da igualdade e da liberdade, previstos na constituição e na carta da ONU sobre os direitos humanos, que ganhavam força nas reivindicações e nos discursos dos intelectuais brasileiros naquele momento.

O livro *Cidadania no Brasil*, de autoria do cientista político e historiador José Murillo de Carvalho, disserta sobre a trajetória gradativa da cidadania em seu longo caminho já percorrido. São colocados em sequência na obra: o surgimento dos direitos do povo brasileiro, de acordo com as épocas vividas, e como foi sendo concebida a ideia de direitos humanos, e conseqüentemente, da própria cidadania como um fenômeno histórico. Adotando essa linha de raciocínio – o avanço do fenômeno histórico da cidadania – podemos refletir melhor sobre a deposição de João Goulart e entrar nas obras que debatem o assunto não de forma neutra, mas buscando algum posicionamento crítico em relação aos discursos dos autores lidos. Mas antes de mergulhar nesses livros, propomos discutir a questão da cidadania nos debruçando nos argumentos desse autor. Carvalho coloca o fim da ditadura militar como um marco para o esforço da reconstrução da democracia no país. O ideal de cidadania desenvolvido no ocidente combina liberdade, participação e igualdade para todos, apesar de ser considerado quase inatingível por Carvalho. Uma concepção interessante do autor é que esse ideal sirva como parâmetro para julgar a qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. É costume desdobrar o conceito de cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos garantem relações civilizadas entre as pessoas e a existência da sociedade civil surgida com o capitalismo. Na trajetória brasileira, segundo Carvalho, é dada maior ênfase aos direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos, cabendo observar ainda que os direitos sociais precederam os outros dois. Em sua visão, essa ordem de fatores faz com que um cidadão brasileiro seja algo distinto de um cidadão inglês, japonês ou de outra nacionalidade. Da mesma maneira, pela conjuntura histórica distinta, um cidadão que viveu o governo Lula⁶ é diferenciado de um cidadão que viveu na Era Vargas⁷ (CARVALHO, 2017). Os argumentos dos que defendem o golpe de 64 chamando-o de revolução serão revisados colocando em pauta a necessidade de obter direitos e as restrições impostas à população da época.

⁶ Lula é o nome popular do ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva (1945-) que governou o Brasil no período 2003-2010). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em 1980. Fonte: Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 13/08/2019.

⁷ Era Vargas é o nome dado ao período de governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954) que vai de 1930 a 1945. Fonte: Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/era-vargas.htm>>. Acesso em: 15/08/2019.

De acordo com pesquisas eleitorais realizadas ainda no ano de 1964 a orientação ideológica do eleitorado se mostrava claramente centrista, apesar das lideranças estarem em processo de radicalização nesse período. Segundo esse mesmo autor, as pesquisas mostravam que o candidato preferido para a eleição de 1965, pelos que possuíam poder de voto, era Juscelino Kubitschek⁸. Era seguido, com larga desvantagem, por Carlos Lacerda⁹, radical de direita envolvido na conspiração militar, e mais atrás por Miguel Arraes¹⁰, considerado um radical de esquerda. Carvalho, ao abordar o golpe, ataca com fortes críticas tanto aos setores de direita quanto de esquerda, dizendo que “pelo lado da direita, o golpismo não era novidade”, e que “o liberalismo brasileiro não conseguiu assimilar a entrada do povo na política. O máximo que podia aceitar era a competitividade entre setores oligárquicos”. Carvalho ataca essas lideranças oligárquicas de direita com a pecha de políticos corruptos e demagogos que viam no povo apenas uma massa de manobra. Na sequência o historiador não mede palavras para alfinetar também os líderes de esquerda. Segundo ele, uma porcentagem maior da esquerda, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro, desprezava a democracia liberal, pois a enxergava como instrumento de dominação burguesa. Outra parte da esquerda, chamada de nacionalista – na qual se encontravam o presidente João Goulart e o deputado federal Leonel Brizola –, aceitava a democracia somente nos aspectos que servissem aos seus propósitos reformistas. Na visão de José Murillo de Carvalho, tanto para a esquerda quanto para a direita a democracia podia ser descartada assim que não tivesse mais utilidade. Para confirmar essa percepção, pelo menos em parte, a democracia usada como discurso pela direita foi rapidamente atropelada pelos seus principais articuladores assim que se consumou o golpe de 64 (CARVALHO, 2017, p. 154-155).

O livro *Ditaduras não são eternas*, dos historiadores Valter Pires Pereira e Miguel Marvillá, aborda as reformas de base propostas pelo governo Goulart de forma interessante ao observar que o Brasil havia abandonado o sistema escravocrata há apenas setenta anos, complementando com um dado marcante para entender a necessidade de tais reformas: a população analfabeta,

⁸ Juscelino Kubitschek (1902-1976), conhecido popularmente pela sigla JK, ocupou a presidência da república entre 1956 e 1961. Fonte: Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-juscelino-kubitschek.htm>>. Acesso em: 20/08/2019.

⁹ Carlos Lacerda (1914-1977), foi um jornalista e político carioca – vereador, deputado federal e governador do Rio de Janeiro. Foi também o fundador do jornal *Tribuna da Imprensa*. Fonte: Site CPDOC, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em: 20/08/2019.

¹⁰ Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi um político cearense atuante em Pernambuco – prefeito de Recife, deputado estadual, deputado federal e governador de estado. Fonte: Site da *Fundação Joaquim Nabuco*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=726>. Acesso em: 20/08/2019.

parcela significativa do total de cidadãos brasileiros, e as praças do exército não possuía direito de votar. Ainda segundo os mesmos autores (2014, p. 65) “na ótica das elites excludentes, qualquer tipo de concessão seria uma ousadia a ser combatida”. O mais intrigante dessa visão arcaica que continuava a imperar no Brasil é que o caráter extremamente autoritário das elites brasileiras era defendido pelo argumento de defesa da democracia e da liberdade. Dentre as reformas de base havia uma enorme preocupação dos conservadores com a reforma agrária. Os mesmos historiadores acima citados criticam essa preocupação das camadas conservadoras argumentando que as fazendas com atividade produtiva não sofreriam nenhum impacto por parte das reformas. Além disso, as terras improdutivas não seriam simplesmente confiscadas dos latifundiários, mas seriam indenizadas através da utilização de títulos públicos. É apontado ainda que o projeto de Goulart tinha caráter burguês e a reforma geraria uma ampliação do mercado interno. Se as condições de vida das regiões urbanas eram desiguais, é certo afirmar que as famílias pobres das zonas rurais sofriam de carência ainda maior. A partir desse ponto de vista, perguntamos: qual o mal que as elites enxergavam na reforma agrária?

A reforma agrária não acontecia, portanto, porque o capitalismo e a burguesia se sentissem ameaçados como sistema econômico e social, mas principalmente porque ela liquidaria uma base de poder. A burguesia industrial e financeira, por sua vez, aderiu a essa posição retrógrada por recear alterações no modelo dependente da economia brasileira, pois as reformas incluíam também a nacionalização de diversos setores, o que provocaria uma guinada nacionalista na política externa e no relacionamento com o capital norte-americano, e esse grupo estava ligado aos interesses externos e satisfeitos com seus privilégios (PEREIRA & MARVILLA, 2014, p. 65).

A população rural que se beneficiaria da reforma agrária era direcionada pelas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião¹¹. Pereira e Marvilla destacam a posição de Julião em defesa de uma reforma agrária pacífica, porém o líder camponês alertava que poderia recorrer à violência se fosse obrigado pelos latifundiários e pelas forças reacionárias. Apesar de concordar prontamente com a necessidade das reformas de base, essas menções de uso de violência por parte dos setores populares podem ter ajudado a germinar a ideia de uma subversão “comunista” na mente dos conspiradores do golpe militar. As movimentações do governo relacionadas às reformas de base geraram efervescência na oposição. Elites agrárias, conspiradores militares e setores civis privilegiados formavam uma oposição ferrenha pré-

¹¹ Francisco Julião (1915-1999) foi o líder do movimento camponês conhecido como Ligas Camponesas, oriundo de Pernambuco e que se espalhou por toda a região nordeste. Fonte: Site da *Fundação Joaquim Nabuco*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=425&Itemid=185>. Acesso em: 03/09/2019.

golpe. Pereira e Marvillia (2014) afirmam que nesse momento Carlos Lacerda, político representante do partido União Democrática Nacional, defendia publicamente a investida de um golpe militar.

Para um melhor entendimento sobre o tema Reforma Agrária recorreremos ao historiador britânico Eric Hobsbawn. Em seu livro *Era dos Extremos (1914-1991)* o autor debate sobre o Terceiro Mundo situando o fator reforma agrária não especificamente em um país e ano específicos, mas como um fenômeno social amplo e não datado, e usa exemplos de diversos países do mundo. Segundo Hobsbawn, a reforma agrária afetava três quintos ou mais do total de seres humanos que viviam no mundo da agricultura. Reforma agrária, na perspectiva do autor, pode abranger muitas coisas, dependendo de onde e de quando se fala. Pode representar desde o desmonte de latifúndios e sua redistribuição aos camponeses sem terra até a extinção de detenções ou servidões feudais; ou a redução de aluguéis e reformas de arrendamento até a revolucionária nacionalização e coletivização da terra. Hobsbawn atribui o avanço da reforma agrária na região da América Latina à Revolução Cubana¹² de Fidel Castro¹³, sendo que antes disso tais ações eram pouco comuns nessa região. Vale frisar que foi também a Revolução de Cuba e o medo do socialismo se espalhar pela América Latina que levou os Estados Unidos a incentivarem as ditaduras militares na maioria dos países vizinhos. Ao passar rapidamente sobre o tema no Brasil, Hobsbawn faz colocações extremamente relevantes dentro do que está sendo dissertado sobre reforma agrária. Segundo ele, observadores do desenvolvimento da economia brasileira têm se perguntado até que ponto esse “avanço” tem sido contido pela espetacular desigualdade em sua distribuição de renda. Atuando como um limitador do mercado interno para a indústria, essa desigualdade, tanto no Brasil quanto na América Latina, necessariamente tem relação com a ausência de reforma agrária (HOBSBAWN, 1994).

O historiador e ex-guerrilheiro Daniel Aarão Reis, no livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, aborda o tema das reformas de base propostas por Jango separando-as em sete categorias. Além das já citadas reformas agrária, urbana e eleitoral, esse historiador aponta, ainda, a reforma bancária, com o objetivo de financiar prioridades nacionais; a reforma tributária, enfatizando a cobrança de impostos diretos, principalmente o imposto de renda

¹² Movimento armado de guerrilha em Cuba, liderado por Fidel Castro, que culminou na deposição do ditador Fulgêncio Batista, em 1959, e instituiu o governo comunista naquele país. Fonte: Site CPDOC, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/RevolucaoCubana>>. Acesso em: 10/09/2019.

¹³ Fidel Castro (1926-2016) foi o líder do Movimento 26 de Julho, responsável pelo desencadeamento da Revolução Cubana. Fidel foi presidente de Cuba entre 1976 e 2008. Fonte: Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/fidel_castro/>. Acesso em: 13/09/2019.

progressivo; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, para regular os investimentos provenientes do exterior, e conseqüentemente, os lucros dos países estrangeiros, e a reforma universitária, para que a pesquisa e o ensino tivessem como objetivo atender necessidades sociais e nacionais. Reis faz um apontamento relevante e distinto dos demais autores no que diz respeito ao plebiscito para transformar o governo parlamentarista em presidencialista. Ele coloca que a euforia das esquerdas com a mudança para o presidencialismo não seria totalmente coerente. Sua justificativa é que os próprios líderes conservadores apoiaram a derrubada do parlamentarismo, de modo que estes últimos já estariam de olho nas futuras eleições presidenciais de 1965 (REIS, 2000).

Alguns acontecimentos ajudaram a acelerar o processo que já estava em fase de preparação para a deposição de Jango. O comício da sexta feira 13, de 13 de março de 1964, que tinha como intuito mobilizar as massas populares para apoiar o governo, foi visto pelas elites conservadoras como uma guinada do presidente em direção à esquerda radical. A dificuldade do governo de encontrar uma saída para a profunda crise econômica atravessada pelo país também é posta por diversos autores como uma das parcelas da somatória de causas da insatisfação oposicionista com o governo. Revoltas de camadas militares de baixa patente, que também eram afetados por descasos de cidadania, ocorriam em diversos setores do Brasil. Pereira e Marvilla destacam (2005) a revolta de fuzileiros navais da marinha, que reivindicavam mais liberdade, melhor tratamento por parte dos oficiais superiores e melhoria na comida.

O historiador americano e brasileiro Thomas Skidmore, no livro *De Getúlio a Castelo*, retrata a trajetória do país entre os governos de Getúlio Vargas e Castelo Branco¹⁴. Dentre seus apontamentos é interessante expor um ponto característico de seu trabalho que diz respeito à causalidade do Golpe de 64. Para Skidmore, a autoridade máxima no período era representada pelos altos comandos militares, e enfatiza em toda a obra, que isso começou bem antes de 1964, remontando ao governo de Getúlio Vargas. E conclui que essas autoridades se tornaram a última voz das decisões do país.

Outro ponto importante para refletir a deposição do presidente é que dentro dessa cúpula militar havia os conspiradores de linha dura e os não totalmente convencidos, considerados centristas. No momento da transição de parlamentarismo para presidencialismo, das propostas de reformas de base, dos grandes comícios para mobilizar a população analfabeta e das reivindicações em

¹⁴ Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), natural de Fortaleza, foi o primeiro militar a ocupar a presidência do país após a consumação do golpe de 1964. Fonte: Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/castelo_branco/>. Acesso em: 13/09/2019.

vários polos militares de soldados e fuzileiros navais, os militares de centro já estavam convencidos pelos de linha dura a aderirem à conspiração contra Jango. Skidmore descreve a situação do presidente, em meados de março de 1964, como ambígua e mal posicionada, ao mesmo tempo em que suas ações alimentavam a mobilização dos opositores para tirá-lo do poder.

Jango foi incapaz de articular um programa coerente de esquerda, cuja ala mais radical (Brizola) ele parecia ter conquistado depois de 13 de março. Destinava-se, portanto, a ter o pior de todos os mundos. Jamais organizara uma base de apoio popular maciço para um Governo reformador. Nem tampouco mobilizara uma base de apoio para ataque revolucionário contra a estrutura constitucional que jazia por trás do impasse político. E ele próprio sequer se colocava em posição que pudesse ser descrita como inequivocamente esquerdista, e muito menos revolucionária (SKIDMORE, 1982, p. 353).

O conhecido *Comício da Central do Brasil*, ocorrido no dia 13 de março, dava falsas impressões que as reformas de base finalmente ocorreriam. Nesse momento, João Goulart assinara um decreto nacionalizando as refinarias de petróleo, e outro que iniciava a Reforma Agrária. Discursos de nomes influentes na esquerda como o presidente Jango, Miguel Arraes e Leonel Brizola foram recebidos por milhares de pessoas e representantes de várias categorias trabalhadoras. A fotografia que segue (Imagem 1) ilustra a densidade populacional do comício, que reuniu aproximadamente cem mil pessoas, e algumas das reivindicações dos setores sociais nele presentes. No entanto, o fotógrafo que capturou o flagrante destacou no plano mais próximo do observador a barreira intransponível de militares, seja para manter a multidão afastada, seja para coibir possível manifestação ou insubordinação popular.

Imagem 1: Autor desconhecido. *Comício da Central do Brasil*. 13/03/1964.



Fonte: *Artememoria* (2018). Disponível em: <http://artememoria.org/artememoria_map_poi/16/>. Acesso em: 04/08/2019.

Enxerga-se a heterogeneidade dos grupos presentes no comício através das diferentes reivindicações expostas nos cartazes levantados pelos manifestantes. De forma mais visível pode-se perceber em um dos cartazes o pedido de legalidade para o Partido Comunista Brasileiro; o cartaz provocativo do CGT¹⁵ (Comando Geral dos Trabalhadores), com a frase “CGT pesadelo dos gorilas”, além de outro com a frase: “o ministério nas mãos dos legítimos nacionalistas”. Salta aos olhos a liderança exercida na época pela esquerda e pelos sindicatos das diferentes categorias profissionais, que tinham o poder de mobilizar as massas. O regime, percebendo isso, se encarregaria de desbaratar esses líderes, enfraquecendo os sindicatos de trabalhadores e perseguindo e prendendo os opositores do golpe.

¹⁵ O Comando Geral dos Trabalhadores foi uma organização sindicalista brasileira criada em 1962 e desarticulada após o golpe militar. Fonte: Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>>. Acesso em: 14/09/2019.

Imagem 2: Autor desconhecido. *Comício da Central do Brasil*. 13/03/1964.



Fonte: *Brasil de Fato* (2017). Disponível em : <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/13/comicio-das-reformas-de-joao-goulart-e-realizado-no-dia-13-de-marco-de-1964>> . Acesso em: 06/04/2020.

Na fotografia mostrada na Imagem 2, chama à atenção, primeiramente, um grande contingente de policiais misturados com os participantes do comício, o que indica que era esperada uma participação massiva por parte dos organizadores. Vemos também, a exemplo do que já havíamos comentado a respeito da imagem anterior, muitos cartazes levantados contendo mensagens que traduzem um leque amplo de reivindicações, muitos deles sobrepostos parcialmente por outros, o que impede a leitura de seus conteúdos na íntegra. O cartaz visto em primeiro plano, à direita, reivindica “legalidade para o partido comunista”. No cartaz mais ao centro percebemos o desenho de um rosto humano que lembra o do revolucionário cubano Fidel Castro e, logo abaixo, a palavra “líder”, como única parte visível da mensagem nele contida, o que nos leva a pensar em uma associação entre as reformas de base defendidas pelo governo de Jango e aquelas implementadas pela revolução cubana. Finalmente, é possível observar ainda, um pouco mais à esquerda, um outro cartaz no qual se lê “abaixo com os latifúndios e os trustes”, perdendo-se a parte inicial da frase. Mesmo incompleta, podemos concordar que a

frase se encaixa perfeitamente na defesa da reforma agrária (“latifúndios”) e da quebra de monopólios com a nacionalização de alguns setores da economia (“trustes”).

Após o comício-monstro de 13 de março, de acordo com Skidmore (1982), o presidente parecia convencido da existência de uma suposta falange revolucionária que o levaria à vitória contra militares e políticos, centristas e direitistas, que, na visão do autor, ainda controlavam os sustentáculos da força política brasileira. O historiador refere-se ainda a uma alteração na visão dos centristas, que a partir desse evento, passaram a vislumbrar a possibilidade real de uma guinada do governo Jango à esquerda, ressaltando que “a mudança de opinião foi mais expressiva no seio do grupo que detivera o equilíbrio de poder, durante todos os graves impasses políticos civis da história da República: a oficialidade militar” (SKIDMORE, 1982, p. 355).

Imagem 3: Autor desconhecido. Discurso de Jango no *Comício da Central do Brasil*. 13/03/1964.



Fonte: *Portal EBC*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>. Acesso em: 06/04/2020.

Na fotografia anterior (Imagem 3) vemos o ex-presidente João Goulart discursando para os manifestantes no *Comício da Central do Brasil*, e atrás dele sua jovem esposa Maria Thereza Fontella Goulart. É interessante destacar a forma como foi reportada pela mídia periódica a participação de Jango nesse ato.

Imagem 4: Manchete do Jornal do Brasil de 14/03/1964.



Fonte: Site *Jornal GGN*. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/o-comicio-da-central-do-brasil-em-1964-e-2014/>>. Acesso em: 06/04/2020.

O periódico *Jornal do Brasil* destacou em sua edição do dia 14/03/1964 (Imagem 4 acima) a frase “Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição”. Juntamente com a reportagem, vemos uma fotografia do comício ocorrido naquela sexta-feira 13. Como veremos em seguida, a realização desse comício gerou uma grande insatisfação dos altos setores da burguesia e das forças armadas.

Se a conspiração já estava ativa no seio da oficialidade militar, agora saíam da defensiva e passariam ao ataque. Mostrando contrapor-se a essa movimentação militar perguntava Skidmore (1982, p. 355-356): “Não seria uma medida dessa ordem uma violação da Constituição?” O autor, apesar dos gargalos políticos gerados pela gestão de Goulart, enxerga, nitidamente, tais medidas como golpistas. Os planos militares ganharam mais força quando o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Marechal Castelo Branco, expediu um memorando em

aderência à conspiração militar, tendo como justificativa principal os planos do presidente de usar sindicatos operários para derrubar a estrutura constitucional. Aos quarenta e oito do segundo tempo, Jango tomara uma atitude considerada como suicídio político: seu comparecimento no dia 30 de março de 1964 a uma reunião de sargentos no Automóvel Clube, ocasião em que proferiu um discurso pouco convicto, denominado por Skidmore como “oração de despedida”.

No momento do golpe, além dos militares, setores civis de classe média, guiados pelo empresariado brasileiro, que formavam forte polo de oposição ao governo, foram se manifestar nas ruas contra a “subversão comunista”, o que ficou conhecido como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Essa manifestação, realizada em 19 de março de 1964, tinha forte caráter conservador e era apoiado e mobilizado pelas classes dominantes. A fotografia abaixo (Imagem 5) registra flagrante dessa manifestação, podendo ser lida em um cartaz a reivindicação: “Queremos governo cristão”; enquanto outro contém a frase “verde amarelo sem foice nem martelo”, demonstrando caráter anticomunista da passeata. Outras mensagens que se destacam na imagem são: “viva a constituição” e “reformas só pela constituição”, além de uma grande bandeira com uma cruz no interior de um círculo verde e amarelo, o que atesta a presença de representações de base religiosa. Apesar da quantidade de pessoas presentes nessa manifestação ter sido estimada, pela imprensa da época, em aproximadamente quinhentas mil, talvez boa parcela dela não fizesse ideia do que estaria por vir: um golpe civil militar ilegítimo que violentaria a própria Constituição, defendida em algumas das mensagens exibidas nos cartazes transportados pela multidão.

Imagem 5: Autor desconhecido. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. 19/03/1964.



Fonte: Site *Menorah* (2019). Disponível em: <<https://www.menorahnet.com.br/15229-2-598-2/598-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-sp-3/>>. Acesso em: 04/08/2019

Visto como um acontecimento crucial do momento pré-golpe, é importante destacar, através de uma fotografia tirada de outro ângulo (Imagem 6, abaixo), a densidade populacional presente na supracitada marcha.

Imagem 6: Autor desconhecido. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. 19/03/1964.



Fonte: Site da *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20963-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>>. Acesso em: 06/04/2020.

Nas duas fotos que seguem (Imagens 7 e 8) é dado destaque a mensagens individuais de manifestantes presentes no evento, cabendo destacar que parte daqueles que portam faixas e cartazes são mulheres. Isso se mostra coerente com o fato da marcha ter sido organizada pelo clero em conjunto com movimentos femininos de direita.

Imagem 7: Autor desconhecido. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. 19/03/1964.



Fonte: Site *Senso Incomum*. Disponível em: <<http://sensoincomum.org/2019/11/26/ai-5-resposta-assassinatos-esquerda-ditadura-comunista/>>. Acesso em: 06/04/2020.

A frase “O Brasil não será uma nova Cuba” (Imagem 7) representa o ideal anticomunista presente no protesto.

Imagem 8: Autor desconhecido. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. 19/03/1964.



Fonte: Site *Hoje em Dia* (2014). Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/marcha-da-fam%C3%ADlia-discurso-do-medo-insufla-os-radicais-1.248100>>. Acesso em: 06/04/2020.

A fotografia anterior (Imagem 8) nos mostra em close os rostos de algumas das pessoas presentes na manifestação de 19 de abril. Entre homens e mulheres de diversas idades, vemos o rosto de uma criança carregada por um adulto encobrendo a mensagem de um cartaz no qual é possível decifrar a frase “O pouco que nós temos querem tirar: liberdade”. A contradição e ironia presentes aqui é que esse manifesto contribuiu para o desencadeamento do golpe de 64, que em seus desdobramentos, acabou por suprimir a liberdade dos cidadãos por meios diversos. Segundo Gorender o incidente que culminou no Golpe foi a assembleia dos marinheiros, realizada na noite de 25 de março de 1964:

Na noite de 25 de março a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais comemorou o segundo aniversário com uma solenidade no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Diante de deputados da FMP¹⁶, do octogenário João Cândido, da Revolta de 1919, e de uma plateia de 1.200 pessoas, discursou o presidente da Associação, marinheiro de primeira classe, José Anselmo dos Santos, que a imprensa promoveu a Cabo Anselmo e assim ficou celebrado. O ambiente estava agitado porque a maioria dos membros da diretoria da Associação tinha sido presa e outros marinheiros, como o próprio Anselmo, sofreram punições que deviam culminar na expulsão (GORENDER, 1987, p. 63).

Gorender (Id.) diz ainda que o almirante Silvio Mota ordenou que um contingente de cem fuzileiros acabasse com a revolta, porém um terço desse contingente abandonou as armas, unindo-se à rebelião, e o restante se retirou do local. Enquanto isso, uma leva de 300 marinheiros estava se dirigindo ao Sindicato dos Metalúrgicos, quando foi dispersada a tiros por oficiais postados no edifício do Ministério da Marinha.

Imagem 9: Autor desconhecido. A Revolta dos Marinheiros. 25/03/1964.



Fonte: Site *Jornalismo Ibmecc* (2014). Disponível em: <<https://jornalismoibmec.wordpress.com/2014/04/23/marinheiros-se-revoltam/>>. Acesso em: 08/08/2019.

¹⁶ FMP é a sigla da Frente de Mobilização Popular, movimento nacionalista surgido em 1962 com objetivo de atuar a favor da implantação das chamadas Reformas de Base. Foi desarticulada após o golpe de 1964. Fonte: site CPDOC da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-mobilizacao-popular-fmp>>. Acesso em 03/04/2020.

A fotografia anterior (Imagem 9) ilustra o momento de protesto dos fuzileiros navais da marinha, que levou ao movimento cerca de 5 mil marinheiros. A fotografia da manifestação mostra soldados do exército – que provavelmente enfrentavam injustiças semelhantes, dada sua posição de baixa patente das forças armadas – observando os fuzileiros amotinados, obedientes ao comando das autoridades militares e prontos para prender os líderes da revolta. Vale ressaltar que foram enviados outros fuzileiros liderados por Candido Aragão¹⁷ para neutralizar o motim, porém todos, inclusive Aragão, aderiram ao protesto dos marinheiros.

Imagem 10: Autor desconhecido. Revolta dos Marinheiros. 25/03/1964.



Fonte: Site *Daynews*. Disponível em: <<https://www.daynews.com.br/2019/03/31/55-anos-do-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 06/04/2020.

A imagem 10 nos mostra outro momento da Revolta dos Marinheiros, quando alguns dos rebelados desfilam na caçamba de um caminhão da Marinha. Enquanto acontece o protesto há vários soldados do exército e cidadãos comuns observando os amotinados.

Contrapondo-se às visões abordadas até aqui, citamos a do historiador uruguaio René Armand Dreifuss. Na obra *1964: A conquista do estado*, Dreifuss revela que, “através do IPES¹⁸, o novo

¹⁷ Cândido da Costa Aragão (1907-1998) foi um oficial da Marinha brasileira participante do episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros. Fonte: Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-da-costa-aragao>>. Acesso em: 03/09/2019.

¹⁸ IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Fonte: Site *Pragmatismo Político*. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/contribuicao-ipes-para-o-golpe-de-1964.html>>. Acesso em: 16/09/2019.

bloco de poder mobilizou as classes dominantes para a ação e serviu como elo para as várias conspirações civis e militares contra João Goulart”. O aspecto mais original da interpretação de Dreifuss está na ideia de que a ação da elite, no que diz respeito ao que ele chamou de “intervenção de 1º de abril”, foi além de um mero golpe militar. Dreifuss estaria se contrapondo, por exemplo, à versão de Skidmore, que em vários momentos de sua obra refere-se à cúpula dos altos comandos militares como a voz mais poderosa e a principal força de articulação do golpe de 64. Dreifuss defende que os articuladores principais do golpe se preocuparam em diluir a presença de corporações multinacionais na campanha contra João Goulart e seu governo, chamado pelo autor de “nacional-reformista”. A exposição dessa influência de multinacionais na conspiração contra Goulart, segundo esse autor, deixaria os conspiradores vulneráveis a ataques oriundos da esquerda. Um dos objetivos do IPES, na perspectiva de Dreifuss, era assegurar o desenvolvimento de um capitalismo tardio, apoiado em desigualdade social, na industrialização acelerada e numa economia baseada em alto grau de concentração de propriedade na indústria e na integração com os bancos. Além disso, e diretamente ligado a esse primeiro interesse, o IPES entendia que deveria restringir a força operária, que como já vimos, lutava pelas reformas de base. Como terceiro objetivo o autor coloca a “imposição de restrições específicas sobre a vida política em geral”. Seria sensato interpretar esse terceiro objetivo como manter a concentração do direito de voto apenas nos 20% votantes da população. Segundo o autor o bloco de poder que conspirava rejeitou a ordem política anterior e procurou estabelecer um “regime tecnoempresarial”, termo não mencionado pelos outros autores. Esse regime tecnoempresarial seria, segundo ele, protegido e apoiado pelas forças armadas (DREIFUSS, 2006, p. 503-505).

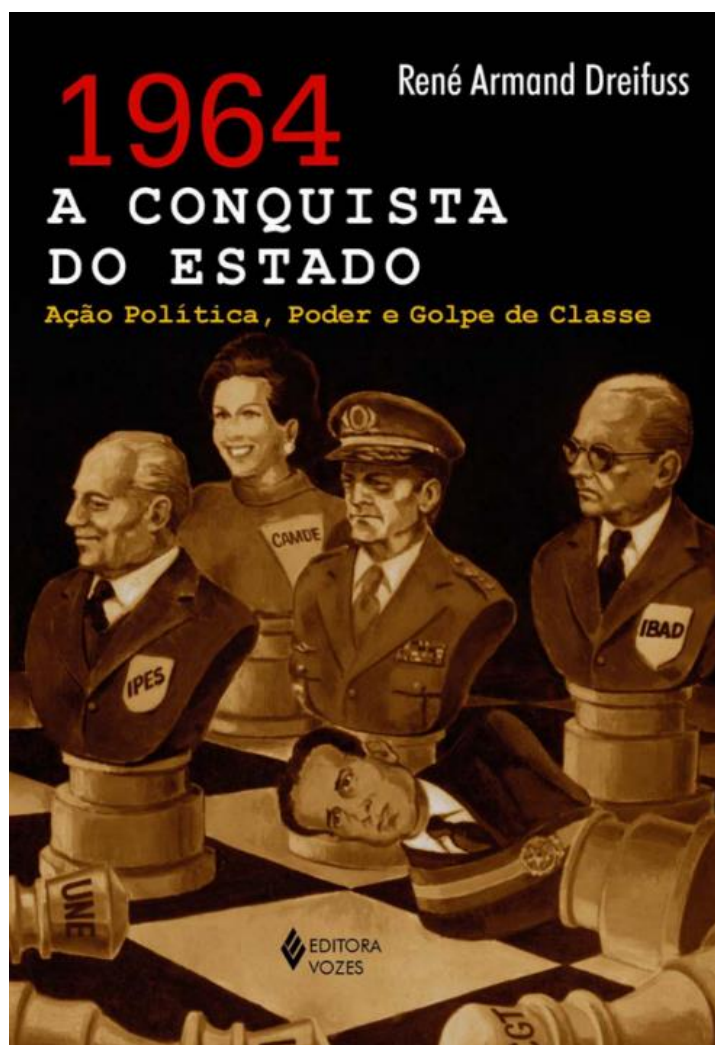
O pensamento de Dreifuss nos faz refletir, inclusive, sobre a imagem que utilizou na capa do mencionado livro de sua autoria (Imagem 11), na qual representantes do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), CAMDE¹⁹ (Campanha da Mulher pela Democracia), das Forças Armadas e do IBAD²⁰ (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) aparecem representados por peças de xadrez, posicionados estrategicamente e de maneira ativa nas casas pretas do tabuleiro, simbolizando não apenas a vitória nessa disputa, ou seja, que tiveram êxito no golpe

¹⁹ Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) foi um movimento preparado e financiado pelo IPES com o intuito de mobilizar a população feminina nas marchas contra o governo de João Goulart em 1964. Fonte: Site do *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/campanha-da-mulher-pela-democracia-2>>. Acesso em: 30/08/2019.

²⁰ Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959 que atuou ao lado do IPES na articulação do Golpe de 1964. Fonte: Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica>. Acesso em: 30/08/2019.

realizado em 1964, mas que continuavam firmes no jogo do poder. Uma das peças representa o presidente João Goulart, ainda usando a faixa presidencial, que aparece tombado no tabuleiro, e, portanto, fora do jogo, numa referência à sua queda. Na borda inferior da imagem – que também coincide com a borda da capa do livro – aparecem as peças menores do jogo de xadrez, representadas pelos peões, também caídas, contendo as siglas CGT e UNE²¹ (União Nacional dos Estudantes). Representam, assim, as entidades que apoiaram a posse de Jango e as reformas sociais propostas por seu governo, mas que acabaram por ser destituídas após o golpe militar, daí estarem tombadas no tabuleiro e, conseqüentemente, também fora do jogo.

Imagem 11: Capa do livro *1964: A conquista do estado*, de René Armand Dreifuss.



Fonte: Site do *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/188-noticias/noticias-2018/585469-a-democracia-em-suspenso-50-anos-do-ai-5> o>. Acesso em: 09/08/2019.

²¹ Apesar da peça que a representa aparecer caída no tabuleiro, a UNE continuou atuando na clandestinidade durante e após a ditadura, e até os dias de hoje tem participado ativamente de manifestações políticas.

A ilustração da capa de seu livro representa bem o raciocínio de René Dreifuss e sua reflexão sobre os acontecimentos da deposição de Jango:

Pode-se dizer que a “pré-história” política e ideológica dos grandes interesses financeiro-industriais multinacionais e associados estava entrelaçada com a do bloco histórico populista e com a convergência de classes dominantes desse bloco. A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente “tornaram-se Estado”, readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina, ao estágio mundial de capitalista monopolista (DREIFUSS, 2006, p. 510).

A expressão “bloco de poder multinacional e associado”, segundo Dreifuss, abrange um conjunto de pessoas presentes na sociedade, que engloba diretores de corporações multinacionais, diretores e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos executivos estatais e oficiais militares. Seus interesses visavam participação nas decisões do governo almejando interferir no planejamento e na manipulação e controle populares. O autor fala sobre um regime técnico com tônica autoritária em razão da demanda que o capital transnacional exerceria sobre as classes trabalhadoras. Dreifuss afirma (2006, p. 158) que “o complexo IPES/IBAD marcou a passagem da supremacia econômica multinacional associada ao seu posicionamento de força política de liderança”. Além disso, significou a transição brusca de antigas tentativas de reformas dentro da lei para um golpe de estado que causou uma ruptura na constituição vigente.

Através do complexo IPES/IBAD a elite orgânica formava um poderoso aparelho de classe que se opunha diretamente ao poder do Estado, controlado pelo que o autor chama de “bloco histórico populista”, e à formação militante das forças populares trabalhadoras (DREIFUSS, 2006).

A elite orgânica que conspirava fracassou em reprimir a conscientização política das camadas populares formada por trabalhadores, e falhou também na tentativa de conter o avanço do poder executivo do governo João Goulart. Esses dois fracassos fortaleceram sua determinação de tomar de assalto a sociedade política estabelecida. Essa elite era porta-voz dos pontos de vista moderados do centro, assim como das perspectivas elitistas e consumistas da classe média, sendo sua estratégia de manipulação fomentar o temor às massas. Pelo que foi entendido a elite representada pelo conjunto IPES/IBAD planejava a atuação por completo em toda a vida social, visando confrontar o trabalhismo e a esquerda para controlar o estado.

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter, daí para frente, a participação da massa (DREIFUSS, 2006, p. 247).

1.1 A conjuntura das esquerdas no momento do golpe

Propomos aqui uma análise dos movimentos e partidos de esquerda, no momento que antecedeu o golpe, que ajuda a entender as divergências ou contradições existentes no interior do próprio Partido Comunista Brasileiro, que culminará, em meados dos anos 60, na sua fragmentação. Antes de falarmos sobre as “esquerdas” no Brasil tentaremos refletir sobre o próprio termo e seus significados. Na atualidade, quando se fala sobre ser de esquerda no país, nos meios informais de conversa, isso é visto, na maioria das vezes, como ser adepto do Partido dos Trabalhadores, embora não signifique necessariamente isso. Porém, não entraremos nesse debate, para não nos distanciarmos do foco de interesse que é o momento que antecede a instauração da ditadura de 1964. Naquele momento em que o mundo atravessava uma bipolarização política entre capitalismo e socialismo, que coincidia com a Guerra Fria²², ser de esquerda podia facilmente ser interpretado automaticamente como favorável ou inclinado ao socialismo. Considerando que o Brasil nunca foi um país governado pelo socialismo nem pelo comunismo – sua singularidade como nação e como país –, e somando a isso as particularidades de seus indivíduos e cidadãos, seria uma violência às diferenças individuais afirmar que ser de esquerda, no Brasil pré-golpe, era fatalmente ser comunista ou socialista. Respaldamo-nos na consideração feita pelo ex-comunista e escritor Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas*, que entende por esquerda “o conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social, em benefício das classes oprimidas e exploradas” (GORENDER, 1987, p. 7).

Sobre nacionalismo e reforma agrária, Gorender diz (1987, p. 20) que “sem reformas, não haveria democracia”. Para versar sobre os detalhes e diferenças da militância de esquerda, começaremos pelo que esse autor considera a principal força da esquerda de inspiração marxista, no período de 1946 até 1964: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No PCB iniciou-

²² Guerra Fria corresponde ao período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da União Soviética (URSS) (1945-1991). É marcado por disputas estratégicas e conflitos indiretos entre EUA e URSS. Fonte: Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-fria.htm>>. Acesso em: 15/09/2019.

se uma intensa discussão interna após o informe confidencial de Nikita Krushev²³, que denunciava os crimes de guerra cometidos por Josef Stalin²⁴ ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS, ocorrido em 1956. Gorender diz que a princípio a informação foi recebida como falsificação, porém, logo teve sua autenticidade confirmada por membros do partido, que estariam em Moscou no momento do acontecimento. O autor menciona que o acontecimento gera desajuste na linha política do partido e que o antidemocratismo stalinista de sua direção inflama a discussão interna, que se agrava após a denúncia de Krushev.

Os historiadores Raimundo Santos e José Antônio Segatto, autores do capítulo *A valorização da trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991*, incluso na obra *História do marxismo no Brasil vol.6* (REIS & RIDENTI, 2007) observam que o PCB transitou da condição de partido revolucionário a partido com vocação para a política. Tal mudança ideológica é importante no entendimento da pulverização do grande partido em partidos menores e com distintas ideologias radicais.

Nesse contexto de perplexidade, Agildo Barata, secretário de finanças do comitê central do PCB, gerou em torno de si uma corrente de protestos em 1957, e nesse momento ele retorna ao que Jacob Gorender chamou de estuário do nacionalismo. Gorender ataca (1987) Barata dizendo que o militante sempre foi um pequeno-burguês radical e que não era verdadeiramente marxista, além de condenar a cisão gerada por ele, pois dissolvia o marxismo na ideologia nacionalista e dispensava a existência de um partido independente da classe operária. Apesar de denunciadas as atrocidades cometidas por Stalin, o secretário geral do PCB (Luís Carlos Prestes) e os membros da Comissão Executiva (Diógenes Arruda Câmara, Mauricio Grabois e João Amazonas) consideraram o abandono do stalinismo algo impensável. Gorender faz comentário crítico aos stalinistas dizendo que na dependência da alta direção do partido vestir a camisa do imobilismo político era o bastante. Prestes, assim como Stalin, era tido como um mito, e o culto à personalidade era fortemente presente no PCB assim como no Partido Comunista da União Soviética. Gorender critica o culto à personalidade dentro do partido, pois a racionalidade do marxismo tem sido impotente para findar essa tendência ideológica, cuja força está engravada na consciência dos trabalhadores. O culto à personalidade facilita a

²³ Nikita Krushev (1894-1971) foi secretário geral do Partido Comunista da União Soviética e o responsável pela denúncia dos crimes de guerra cometidos por Josef Stalin. Fonte: Site *Biography*. Disponível em: <<https://www.biography.com/political-figure/nikita-khrushchev>>. Acesso em: 15/09/2019.

²⁴ Josef Stalin (1878-1953) foi um revolucionário e político que governou a URSS entre 1924 e 1953. Fonte: Site *e-Biografia*. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/stalin/>>. Acesso em: 15/09/2019.

condução das massas, porém agride a formação ideológica socialista e cria dificuldades na correção ou mudança dos erros e caprichos das direções.

Para o autor, nas organizações revolucionárias a educação ideológica socialista não se separa da vida democrática. Neste momento é oportuna a abertura de um parêntese para analisar duas questões sobre essa paixão stalinista que resistiu ao desmascaramento e às denúncias contra Stalin. A primeira questão é que se o Brasil não é a União Soviética, então seria um atropelo à singularidade de cada país considerar viável o modelo adotado pelos comunistas soviéticos como regra geral. O segundo e mais grave apontamento parte do pressuposto que todos já sabiam que Stalin era autoritário ao extremo e carregava consigo muitos crimes de guerra, mas somente após o relato de Krushev tornou-se visivelmente vergonhoso o culto à personalidade ou a mistificação de Stalin por qualquer partido comunista do mundo. Gorender pertence a uma geração de comunistas que, segundo ele próprio, teve a má sorte de viver a juventude lobotomizada pela mitificação de Josef Stalin (1879-1953) e de Luís Carlos Prestes (1898-1990). Sobre isso, o próprio historiador afirma que essa alienação esmaga a criatividade da militância, E tece duras críticas a Prestes dizendo que faltaram a ele a curiosidade intelectual espontânea de pessoas cultas e a humildade para o aprendizado com especialistas de assuntos que ele não dominava, além de ser uma negação na arte da política e incapaz de compreender um estudo marxista relevante sobre a sociedade brasileira. Para o autor, a ação política não pode perder sua natureza de arte, por mais que seja fundamentada em teorias, e dessa forma vale apontar que nesse caso Gorender coloca o termo “arte” como a relação criativa entre os homens, os movimentos sociais e as instituições. A derrota da corrente stalinista, segundo Gorender, culminou também com a sua condenação pela opinião livre e majoritária dos membros do PCB (GORENDER, 1987).

Diógenes Arruda foi o membro do PCB que retornou da URSS em 1956 e confirmou a autenticidade do informe confidencial de Krushev. Nesse momento, o militante se apresentou prontamente contra o stalinismo dentro do partido. Saindo dos entraves do stalinismo, eram geradas também discordâncias no interior do PCB à opção feita por Prestes e pela alta cúpula do partido pelo caminho pacífico para a revolução através de alianças com a burguesia brasileira. Sobre isso o autor diz que “estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução”. Entre os que

manifestavam discordância pela opção pacífica e se colocavam como principais contestadores estavam o próprio Jacob Gorender, Mário Alves²⁵ e Carlos Marighella²⁶.

A esquerda pré período ditatorial já era bem diversificada e dessa forma, no período do governo de Jango, o PCB se defrontou com novas correntes que disputavam com ele os movimentos de massa e o desafiavam no campo do marxismo. Thomas Skidmore se refere às esquerdas como um conjunto de grupos variados, improvisados, mal disciplinados, superconfiantes e dominados por políticos amadores. E destaca que “no auge de seu exagero de confiança, as esquerdas não viam que estavam ainda mais seriamente divididas que seus inimigos” (1982, p. 336). Ainda segundo o autor, os radicais concluíram que uma reviravolta de acontecimentos poderia colocar o presidente em suas mãos. Esse argumento de Skidmore pode ser contraposto ao que ele apresentou na passagem anterior: se as esquerdas estavam pulverizadas em diferentes inclinações ideológicas, como argumentar com precisão que todas possuíam tal crença?

Cabe aqui uma análise sucinta dos outros grupos de esquerda além do PCB para ilustrar essas diferenças a que se refere o supracitado autor. Maurício Grabois²⁷ e João Amazonas, ambos ex-militantes do PCB, saíram do partido em 1962 para formar o PC do B, partido também comunista, porém de linha chinesa. Para Skidmore essa cisão no seio da geração mais velha do PCB foi gerada pela prudência de Prestes, opinião totalmente contrária à de Jacob Gorender, que realizou duros comentários contra Luís Carlos Prestes. O PC do B contava com algumas centenas de membros. Seus principais adeptos vinham de sindicatos e movimentos estudantis, considerados por Skidmore os centros de organização do que ele chama esquerda radical. Esse historiador se refere aos esquerdistas radicais das demais organizações fora o PCB e o PC do B como fidelistas ou jacobinos²⁸. O autor diz que sua visão é romantizada e continha a crença revolucionária na luta imediata pelo poder. Chamar esses movimentos revolucionários brasileiros de jacobinos soa um pouco anacrônico, apesar de se entender a semelhança levada em questão nesse caso. O autor brasilianista enxerga a importância desses grupos radicais em

²⁵ Mário Alves (1923-1970) é um ex-membro do PCB que juntamente com Jacob Gorender fundou uma cisão denominada PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Fonte: Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/mario-alves-de-souza-vieira/>>. Acesso em: 18/09/2019.

²⁶ Considerado o mais notório guerrilheiro no combate à ditadura militar, Carlos Marighella (1911-1969) foi um ex-membro do PCB que fundou a cisão batizada como Ação Libertadora Nacional (ALN). Constitui o tema central desta dissertação. Fonte: Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/carlos_marighella/>. Acesso em: 18/09/2019.

²⁷ Maurício Grabois (1912-1973) foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil e participou de sua direção até ser morto na Guerrilha do Araguaia, em 25/12/1973. Fonte: Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/mauricio-grabois/>>. Acesso em: 14/09/2019.

²⁸ Jacobino: Termo que, simplificada, denominava os radicais de esquerda na Revolução Francesa no século XVIII. Fonte: Site *Info Escola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/jacobinos/>>. Acesso em: 14/09/2019.

seu esforço de mobilização popular. A Ação Popular (AP), grupo surgido da Juventude Universitária Católica (JUC), e portanto ligada à Igreja Católica, representava uma ala progressista e consciente do problema social. Outro grupo importante da esquerda radical era a União Nacional dos Estudantes (UNE), organização estudantil que, segundo Skidmore, era beneficiada financeiramente pelo Ministério da Educação, por fundos não oficiais da Petrobrás e pelo próprio gabinete presidencial de Jango. A UNE era mais burocratizada do que a AP. Havia também grupos sindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), os quais são considerados pelo mesmo autor como pouco eficientes na prática. Na direção do CGT atuavam comunistas conhecidos, como Oswaldo Pacheco. Na região rural o grupo mais expressivo eram as *Ligas Camponesas de Pernambuco*, lideradas por Francisco Julião. O autor aponta a legislação que passou a autorizar sindicatos rurais em 1963 como de grande estímulo para esses grupos e coincidiram com invasões camponesas de terras no Sudeste e no Nordeste. Postas por Skidmore como figuras independentes no meio esquerdista estão Leonel Brizola e Miguel Arraes, sendo que o primeiro possuía uma presença eletrizante em campanha política. Brizola recorria ao que Skidmore rotula de linguagem das ruas e conseguia traduzir para o povo a retórica do nacionalismo radical. É considerado pelo autor como arrogante, hostil e brigão, mas também o mais dinâmico populista da ala esquerda (SKIDMORE, 1982). O historiador analisa as segmentações das esquerdas para dar ênfase à questão de que, divididas como estavam, e com formas divergentes de pensamento em cada grupo, não teriam chance de êxito revolucionário:

Falar em infiltração “comunista” para explicar a vitalidade nova da esquerda seria fugir à realidade dos fatos. O PCB estava abalado pelos acontecimentos de princípios de 1964, temeroso do estardalhaço dos brizolistas, e pronto a cooperar com políticos “burgueses”. O PC do B, de linha chinesa, tinha influência inexpressiva. A verdadeira força da esquerda vinha dos “jacobinos”. Algumas de suas organizações (UNE, AP, os sindicatos industriais) eram infiltradas de elementos do PCB, mas o próprio PCB mal podia ter-se em conta de organização bem disciplinada. Estaria Oswaldo Pacheco, por exemplo, seguindo as instruções de Prestes, quando insistia junto a Jango com seus propósitos sindicalistas? Brizola, por outro lado, apregoava abertamente que sabia muito bem como lograr os comunistas na luta pelo poder, que se aproximava (SKIDMORE, 1982, p. 343).

Sobre a conjuntura da esquerda pré-golpe, Daniel Aarão Reis não mergulha detalhadamente em suas diferenças e organizações, porém aborda o principal aspecto do que então ocorria: a mudança de postura. Primeiramente as esquerdas reivindicavam de forma pacífica a aplicação das prometidas e tão esperadas reformas de base, mas, num segundo momento, esses grupos considerados por Skidmore como “jacobinos”, como já mencionamos, partiram para a ofensiva,

passando a pregar a luta revolucionária imediata. Segundo Reis, sucediam-se, por parte das organizações de esquerda, discursos inflamados e ameaças veladas que não correspondiam à real força desses grupos. Em contrapartida, a direita conservadora, composta por grupos empresariais, políticos de direita e os altos comandos militares, tramava na surdina um golpe de estado para depor o presidente, e não fazia alarde disso, apesar da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, quando foram às ruas cerca de 500 mil pessoas, em 19 de março de 1964. O que se deu no desfecho do episódio foi o golpe executado pelos militares em 1º de abril, quando João Goulart supostamente fugiu para o Rio Grande do Sul e deixou a presidência vaga (REIS, 2000).

Ao opinar que a força das esquerdas não fazia jus ao seu real poder, a posição de Reis contrasta diretamente da do ex-membro do PCB Jacob Gorender, que apesar de crítico da luta armada, no desenrolar dos episódios seguintes, expõe em sua obra a tese de que a esquerda perdeu sua única chance de vitória real, ao aceitar passivamente o golpe militar em 1º de abril de 1964. Segundo Gorender, do ponto de vista militar, a situação do dia 31 de março não era favorável aos golpistas e devemos agora expor seus argumentos a respeito dessa tese. Para o autor, Carlos Lacerda contava com precária defesa no Palácio Guanabara e, dessa forma, os fuzileiros navais conseguiriam tomar o palácio de forma rápida, o que abalaria o moral dos conspiradores de direita. Efeito paralisante similar teria a dispersão dos recrutas mineiros por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A lacuna que enxergamos nessa afirmação é que a esquerda não parecia ter à sua disposição aviões de bombardeio para realizar tal ação. Prosseguindo com os argumentos de Gorender, ele afirmava que a operação norte-americana Brother Sam²⁹ não alcançaria o porto de Santos antes do dia 11 de abril.

Ao falar sobre a *Operação Brother Sam*, é válido recorrer à obra *O Grande Irmão*, do historiador Carlos Fico (2008). Sobre a possível intervenção norte-americana no Brasil em 1964, Carlos Fico considera o supracitado autor René Dreifuss como o principal analista do tema. Sobre a *Operação Brother Sam*, Fico recorre a Elio Gaspari para revelar seu verdadeiro nome, *Plano de Contingência 2-61*. Afirma, ainda, que o plano era na realidade mais amplo do que uma força tarefa naval. Ao se debruçar sobre o Arquivo Nacional norte-americano, em 2004, Carlos Fico notou que o supracitado plano contém várias informações relevantes ainda não estudadas na pesquisa histórica. Fico repara que o citado plano de contingência não foi

²⁹ A *Operação Brother Sam* foi desencadeada pelo governo dos EUA para apoiar de diversas formas o golpe civil-militar de 1964. Fonte: Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/grande-irmao-dos-eua-ajuda-golpistas>>. Acesso em: 14/09/2019.

preparado às vésperas, o que, em sua opinião, seria descabível, pelas características essenciais desse tipo de medida. O apoio dos EUA à intervenção militar não era um pequeno apoio logístico, como especulado por muitos, mas incluiu a entrega de armas e a realização de exercícios navais na costa brasileira, caso houvesse necessidade de frear alguma reação legalista. A versão encontrada por Fico, datilografada na data de 11 de dezembro de 1963, assegura que o plano foi iniciado na gestão do ex-presidente assassinado dos EUA John Fitzgerald Kennedy. Fico informa, ainda, que o plano foi cauteloso para que não fosse entendido como uma previsão da derrubada de Goulart ou como o estabelecimento desse tipo de política por parte dos Estados Unidos.

Voltando à obra de Gorender (1987), o autor formula a hipótese de que, uma vez já estando envolvidos na guerra do Vietnã, não seria fácil para os EUA manterem outra frente no Brasil. Gorender ataca a corrente literária acadêmica brasileira, chamando-a de positivista, por afirmar não ter existido verdadeira ameaça aos golpistas e imperialistas no pré-64. Ainda segundo ele, o período 1960-1964 marcava o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores do século XX até o momento em que redigiu a discutida obra *Combate nas Trevas*. Para ele, o momento representava o auge da luta de classes, e diz que a estabilidade institucional da ordem burguesa foi de fato colocada em xeque. Entretanto, a tese que ele expõe sobre o tema nos parece inconsistente, pois ao mesmo tempo, aponta a falta de unidade entre as correntes de esquerda, a competição egoísta entre seus líderes, a hegemonia do nacionalismo burguês, a insuficiência de organização e as incontinências retóricas como os fatores que se somaram no fracasso dos grupos de esquerda. Sobre a tese desse historiador de que existiu a possibilidade de vencer, mas foi desperdiçada (GORENDER, 1987), entendemos que uma utópica união desses grupos heterogêneos de esquerda, juntamente com o presidente e os militares de alto e baixo escalão que não eram favoráveis ao golpe, poderia levar a um conflito sangrento, mas não havia elementos conclusivos para afirmar com convicção que a esquerda sairia vitoriosa.

Fico (2008, p. 71) propõe, confrontando o texto de Gorender, que a atitude pacífica de João Goulart pode ser interpretada como inteligente ao invés de covarde, pois Jango não contava com apoio militar expressivo. Menciona, para atestar sua assertiva, a própria fala de Goulart, quando afirmava que, caso entrasse em colisão com a intervenção das Forças Armadas “seria uma sangueira”.

Por sua vez, as historiadoras Lilian Schwarcz e Heloísa Starling também se referem à passividade da oposição esquerdista no momento da consumação do golpe, no livro *Brasil: Uma Biografia* (2015). Porém, fazem alguns apontamentos que têm relevância e merecem ser

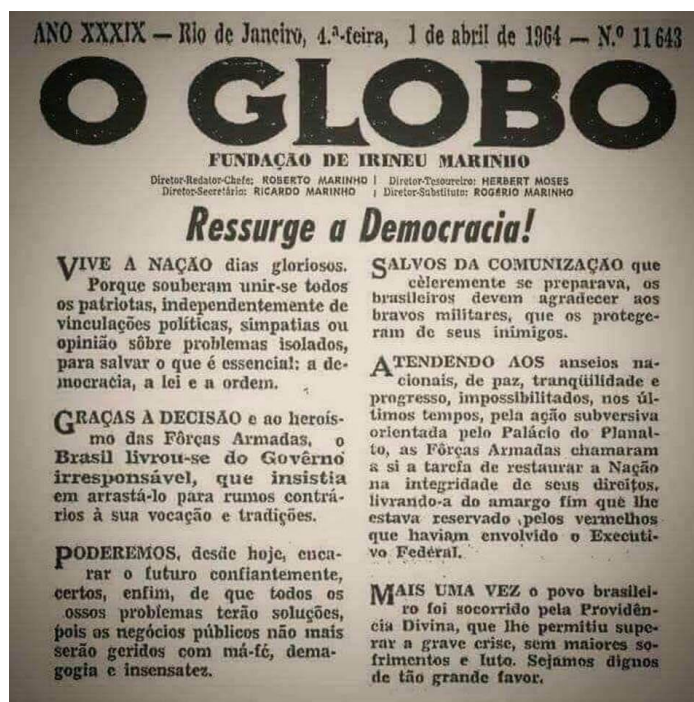
destacados aqui. Diferente da visão de Gorender de que a união das esquerdas poderia barrar o golpe militar com facilidade, as autoras entendem que não houve reação por parte de João Goulart nem da esquerda pelo fato de considerarem que o momento de 1964 repetiria o que ocorreu em 1945, 1954, 1955 e 1961. Afirmam que se assim fosse, as forças armadas interviriam no ambiente político, mas em 1965 seriam convocadas eleições, o que não ocorreu:

Ninguém imaginava outra coisa além de eleições em 1965. Mas todos estavam enganados. Uma facção entre os golpistas tinha agenda própria, o governo dos militares iria durar 21 anos, e o Brasil acabava de ingressar numa longa ditadura (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 447).

1.2. O início de um período obscuro para a história sócio-política do Brasil

O dia primeiro de abril de 1964 foi marcado pelo golpe civil-militar que violentou a constituição vigente, dando início à ditadura que até hoje é lembrada pela censura, torturas, exílios e desaparecimento de opositores. Era o marco de um período de incertezas que, apesar de para alguns parecer que em pouco tempo o regime militar se desmantelaria, se prolongou por vinte anos de atrocidades e obscuridade.

Imagem 12: Jornal *O Globo* de 1º de abril de 1964.



Fonte: *Site Conversa Afiada* (2019). Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/politica/christopher-neto-de-jango-golpe-nao-se-comemora-repudia-se>>. Acesso em: 15/08/2019.

O editorial do jornal *O Globo* publicado em 01/04/1964 (Imagem 12) deixa claro o apoio ao golpe por parte desse periódico e do grupo empresarial ao qual pertencia, com o discurso mentiroso de que esse movimento teria sido a salvação da democracia brasileira, quando o que de fato aconteceu foi o abandono da Constituição, em uma ação golpista dos militares com o apoio da elite conservadora. O editorial do jornal fala sobre confiança no futuro e a certeza da solução de todos os problemas do país, o que não passava de um discurso ilusório.

Por eleição indireta, no dia 11 de abril de 1964, foi eleito presidente da República o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O Marechal fez o juramento de defender a Constituição de 1946, e afirmou que entregaria o cargo ao seu sucessor em 1965, e que se encerraria a cassação de mandatos políticos que havia sido iniciada após o golpe. Sendo um pilar importante na articulação golpista da “abrilada de 64”, o IPES seguiu atuando com influência no período militar. Enquanto as promessas de Castelo Branco cravavam a próxima eleição no pensamento do mundo político, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais aumentava sua influência no seio governamental fazendo com que seus aliados ocupassem posições chave nos ministérios e órgãos de administração estatal.

Schwarzc e Starling (2015) consideram a posse de Castelo Branco como a preparação para uma completa modificação do sistema político, na qual colaborou parte da elite civil com a cúpula militar, com o intuito de introduzir no país um projeto de modernização alavancado pelo crescimento industrial e econômico, e sustentado de forma claramente ditatorial. Apesar de não ser considerado por boa parcela da comunidade historiográfica um oficial militar de linha dura, para as autoras o governo de Castelo não era moderado e serviu para institucionalizar as soluções que limitaram os demais poderes, além de lançar as bases da estrutura de repressão que garantiram a longa duração do regime militar.

Passaremos de forma sucinta pelos principais feitos de Castelo Branco, em especial a implantação do Ato Institucional nº 2. A obra intitulada *Brasil: 1964-1968*, organizada pelo historiador Marcos Silva, traz um artigo do sociólogo Nancy Alécio Magalhães que analisa os conceitos de democracia e de autoritarismo a partir do governo do Marechal Castelo Branco, expondo discursos que são atacados como contraditórios, apesar de seu caráter menos extremista se analisados sob a ótica da linha dura das forças armadas. Em seus discursos iniciais, Castelo Branco se esforçava por definir o que ele próprio chamava de Revolução de 64 como um movimento político altamente cívico e pela nação, objetivando a restauração da democracia brasileira. O Marechal atacava o ideal comunista pela utilização da guerra de classes como dispositivo de mobilização política, mas que revelava ambições pessoais de poder,

e que resultava em regimes ditatoriais, nos quais não existiriam nem igualdade nem liberdade (SILVA, 2006).

A ideologia democrática era, para Castelo Branco, fundamentada (SILVA, 2006) no conceito de liberdade e eliminação de privilégios, considerado por ele um alto estágio de civilização que o Brasil teria condições de atingir. Abre-se aqui um parêntese para a seguinte pergunta: Os privilégios a serem eliminados referiam-se a qual setor da sociedade? Alguns consideram que Castelo Branco não afastava a importância do ideal de igualdade e possuía um ponto de vista realista quanto à complexa vida social brasileira, mas admitia em seu discurso a impossibilidade de manter qualquer regime no país que não se utilizasse de propósitos da “esquerda democrática”. Esse conceito de esquerda democrática, citado no artigo de Nancy, poderia ser entendido como a liberdade econômica com certa consciência social? Segue um discurso do próprio Marechal Castelo Branco defendendo seu posicionamento anticomunista, posição que não excluía por inteiro o que chamava de “propósitos da esquerda democrática”:

Não tenho o complexo anticomunista. Procuro, sim, distinguir e valorizar o que pode enfrentar a ideologia marxista-leninista. Nem o meu anticomunismo exclui o conhecimento de conquistas da Revolução de 1917, cuja evolução se processa há mais de quarenta anos. Acredito, porém, mais no homem que no Estado, mais na liberdade democrática que na igualdade comunista. Até porque não creio que o regime marxista-leninista traga o bem-estar geral para o povo brasileiro. O meu anticomunismo admite que a evolução política e social do Brasil deve incorporar também ideias e propósitos da esquerda democrática, sem o que não estaríamos presentes na segunda metade deste século. Não compreendo, no entanto, porque importamos toda uma ideologia que destruirá as melhores qualidades do brasileiro, a começar pelo amor à liberdade e o desejo de viver a seu jeito (BRANCO, 1964, citado por SILVA, 2006, p. 66).

Para confrontar o discurso democrático de liberdade do primeiro presidente da ditadura, demonstremos o autoritarismo a que foi submetido o povo brasileiro no governo desse militar, através da promulgação dos 3 primeiros Atos Institucionais. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), implementado em 9 de abril de 1964, entre outras características, deliberava que a polícia militar executasse detenções em massa, incluindo o bloqueio de ruas e buscas de apreensão de casa em casa. No ano de 1964 cerca de 50 mil pessoas foram detidas através dessas manobras da lei, conhecidas como operação limpeza. Em outubro do ano seguinte, o Marechal Castelo Branco assinava o AI-2, rompendo bruscamente com a esperança de muitos brasileiros de que a ditadura seria temporária. Além de prolongar seu próprio mandato, o ex-presidente fortaleceu o poder Executivo, extinguiu todos os partidos políticos e acabou com o voto direto para o cargo

presidencial. Então, no segundo mês do ano de 1966, o Marechal acionou o AI-3, acabando com as eleições por voto direto para governantes (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

Não sendo o nosso objetivo principal expor simplesmente os fatos históricos, embora este seja um tema de certa forma polêmico, parece-nos significativo destacar na fotografia a seguir (Imagem 13), o acontecimento singular que causou morte do Castelo Branco. Sabe-se que pouco tempo após passar a faixa presidencial para seu sucessor, o Marechal morreu em um acidente aéreo que, tanto pelo contexto histórico quanto pelas circunstâncias, levantou muitas suspeitas. De acordo com Schwarcz e Starling havia círculos internos da cúpula militar insatisfeitos com o modo “brando” com que Castelo Branco tratava os assuntos governamentais, estando entre eles o General Artur da Costa e Silva³⁰, que nesse contexto, dava início à sua candidatura à presidência (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

Curiosamente o avião que transportava o Marechal caiu quando ele retornava do Ceará, pouco depois de deixar a presidência, em condições misteriosas e que até hoje não foram devidamente esclarecidas.

Imagem 13: Autor desconhecido. Avião Piper PA-23 Aztec caído. 17/07/1967.



Fonte: Site *Cultura Aeronáutica* (2009). Disponível em: <<http://culturaaeronautica.blogspot.com/2009/09/o-estranho-acidente-que-matou-o.html>>. Acesso em: 16/08/2019.

³⁰ Arthur Costa e Silva, ou Costa e Silva (1899-1969), foi o segundo presidente do regime militar, sucedendo Humberto de Alencar Castelo Branco. Fonte: Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/costa_silva/>. Acesso em: 16/08/2019.

A fotografia do avião Piper PA-23 Aztec caído (Imagem 13) pode não dizer tanto se observada de forma rápida e superficial, porém a análise dos acontecimentos a ela associados, conforme levantado no parágrafo anterior, propõe uma ruptura com a versão oficial de que se tratou apenas de um trágico acidente. No supracitado livro *Ditaduras não são eternas* (PEREIRA & MARVILLA), a morte de Castelo Branco aparece em nota de rodapé, onde é citado o jornalista Elio Gaspari. Este informa que dezesseis dias após Castelo ter recebido em sua casa o Senador Daniel Krieger³¹, seu avião caiu misteriosamente. É citado que Krieger desenvolveu um papel importante no parlamento em favor do governo do Marechal e o objetivo da conversa era impedir o rompimento da legalidade institucional planejada pelos militares.

1.3 - Carlos Marighella baleado no ano do golpe, antes da ALN.

Versamos acima sobre o início da ditadura militar, período em que se insere nosso objeto de estudo, a luta armada da Ação Libertadora Nacional (ALN). A saga de acontecimentos da vida de Carlos Marighella é marcada por violências institucionais e físicas, como já debatemos na introdução do presente estudo.

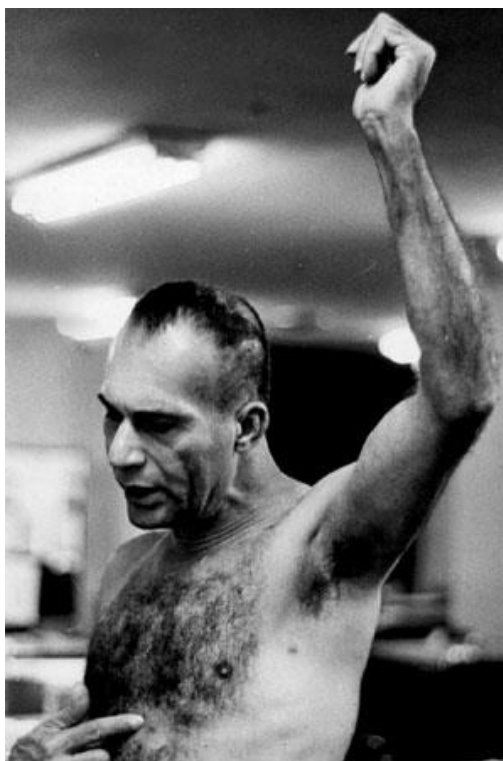
É importante, para posterior entendimento, situar já nesse capítulo episódios ocorridos em torno do personagem de Carlos Marighella que demonstram que a violência praticada pelo regime contra ele iniciou-se já no ano do golpe. Veremos que a forma violenta com que os policiais alvejaram Marighella em público corrobora o ponto de vista de que o regime militar não começou de forma branda e se tornou violento posteriormente, mas que desde o início tratava seus opositores de forma implacável, principalmente os militantes comunistas.

O livro *Por que resisti à prisão*, lançado no ano de 1965, é um relato minucioso do próprio Carlos Marighella sobre o fato de ter sido alvejado por policiais no interior do cinema *Cine Esky-Tijuca*, localizado no Rio de Janeiro, em 1964. A obra é importante para entender o desencadeamento das ações armadas posteriores, especialmente os dois últimos capítulos, quando ele faz as primeiras considerações escritas sobre o uso de armas contra o governo militar. Vale destacar que as colocações sobre o recurso às armas expostas na obra ainda não são de cunho tão radical como os escritos que Marighella desenvolveu depois.

³¹ O senador Daniel Krieger (1909-1990) foi um político brasileiro com forte influência no partido União Democrática Nacional. No início de 1964 aliou-se aos setores golpistas que conspiravam contra João Goulart. Fonte: Site CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/krieger-daniel>>. Acesso em: 16/08/2019.

A ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação, e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares em detrimento da condição humana e dos interesses nacionais (MARIGHELLA, 1994, p. 140).

Imagem 14: Autor desconhecido. Marighella na delegacia após ser alvejado por policiais no Cine Esky-Tijuca. 09/05/1964.



Fonte: *Diário do Nordeste*. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/amor-e-odio-a-carlos-marighella-1.690328>>. Acesso em: 02/02/2020.

A partir das diversas obras sobre a vida do guerrilheiro consultadas nesta pesquisa, interpretamos que o acontecimento no interior do Cine Esky-Tijuca, mencionado no parágrafo anterior, teve um papel crucial na radicalização do posicionamento de Marighella dentro do PCB. Na fotografia acima (Imagem 14), o guerrilheiro mostra aos jornalistas, que não aparecem na imagem, a marca da bala que lhe atingiu o peito. Mesmo alvejado, o militante comunista tentou reagir aos policiais (BETTO, 2006), que precisaram do reforço de vários homens para conseguir detê-lo.

O jornalista Emiliano José, na obra *Marighella: O inimigo número um da ditadura militar* (1997), relata que um médico amigo de Marighella, José de Barros Magaldi, sugeriu que o militante comunista contasse o episódio dos tiros no cinema seguido de sua detenção em um livro. O autor considera que *Por que resisti à prisão* marca uma mudança em suas ideias, pois

além de relatar como foi a prisão no cinema, Marighella expõe nesse texto suas novas posições políticas, em contraste com as da direção do PCB. No livro, o militante baiano descreve os interrogatórios pelos quais passou, denuncia a violência e as arbitrariedades dos primeiros dias após o golpe e exemplifica vários casos de tortura ocorridos dentro do DOPS³² da Guanabara, fazendo referência, ainda, aos casos de exílio impostos pelo regime, inclusive o do ex-presidente João Goulart. Nos seis últimos capítulos, escreve sobre sua visão da situação do país e começa a luta ideológica que posteriormente levou-o a separar-se do PCB. Sobre as conjecturas de Marighella a respeito dos passos que a ditadura daria a seguir, alguns pontos descritos por Emiliano José são particularmente interessantes, pois faziam parecer que o militante comunista, de alguma forma, pressentira o que ocorreria no país:

Diz que a ditadura poderá, face à contradição entre o poder militar e o poder civil, encomendar uma nova Constituição para ter uma fachada legal, o que acabaria ocorrendo em 1967. Não desconhece os problemas de legitimação do novo regime, suas contradições internas, constata a existência de uma “linha dura” entre os militares, e antevê a chance de ocorrer, “um golpe dentro do golpe, como saída para eventuais dificuldades da ditadura”, o que aconteceria em 1968, com o ato institucional nº 5 (JOSÉ, 1997, p. 212).

Apesar de não descartar totalmente uma solução pela via pacífica (1994), o futuro guerrilheiro já considerava no supracitado manuscrito essa possibilidade algo muito distante da realidade.

Jacob Gorender, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro, fez um raio-X das organizações guerrilheiras na obra *Combate nas Trevas*. Apesar de ter rompido com o partido em 1967 e se juntado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ele se posicionava contra a luta armada. Considerando a longa vivência desse autor na militância comunista, as teses expostas em sua obra não devem ser desprezadas. Gorender (1987, p. 94) considera que os escritos de Carlos Marighella permitem ao leitor entender a linha de pensamento que deu origem e forma à ALN. Ao falar da obra *A crise brasileira*, escrita por Marighella em 1966, Jacob Gorender (1987, p. 95) cita as contundentes críticas feitas à direção do PCB. Tais críticas consistiam em considerar ilusórias a crença na tradição democrática das Forças Armadas Brasileiras e a possibilidade de entendimentos entre a esquerda e a oposição burguesa nos jogos eleitorais e parlamentares do bipartidarismo então vigente. Mas, para ele, a real importância de *A crise brasileira* está na proposta de luta de guerrilhas acoplada ao movimento camponês. Essa

³² Departamento de Ordem Política e Social. Órgão de repressão aos movimentos sociais e centro de tortura de ativistas e opositores durante a ditadura do Estado Novo e durante o regime militar instaurado em 1964. Site do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao33/materia04/>>. Acesso em: 04/01/2020.

guerrilha rural é entendida por Marighella como uma *segunda frente*, complementando a luta nas cidades. Restrito ao ambiente urbano, o confronto direto com os militares era visto por ele como inviável.

O ano de 1968 é um ano marcante do período ditatorial, pois polos de oposição diferentes combatiam o regime. Um desses polos é o movimento estudantil, cujas manifestações tiveram um papel marcante em 1968. Ao mesmo tempo grupos de guerrilha atuantes nos centros urbanos já realizavam suas ações armadas. A decisão do governo de fechar o regime no fim de 1968 com a implementação do AI-5 terá como uma de suas consequências importantes o aumento considerável da debandada estudantil para diferentes organizações guerrilheiras nos anos seguintes. Essas questões serão discutidas no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – As manifestações estudantis, as ideologias da esquerda e o fechamento do regime.

Os primeiros acontecimentos a serem analisados neste capítulo serão as manifestações estudantis de 1968 e suas importantes consequências. Os episódios estudados serão acompanhados de fotografias ilustrativas analisadas juntamente com o discurso dos autores abordados. A reflexão feita aqui centra-se em dois pontos: no endurecimento do regime, que culminou com a edição do AI-5, para o que contribuíram as inúmeras passeatas, manifestações e confrontos de estudantes com a polícia, e, a partir dele, no ingresso de um contingente importante de membros do movimento estudantil na luta armada. Esta seria vista, então, como principal e talvez única alternativa de combate ao regime ditatorial, e constitui o tema principal desta pesquisa. A maior parte dos episódios relatados a seguir decorreu do embate sangrento em que o estado, de forma traiçoeira ou desleal, combinava abrir diálogo com os estudantes em torno de suas reivindicações, porém, na prática, abria fogo contra eles.

2.1 As manifestações estudantis e o diálogo com a violência

A obra *1968: o diálogo é a violência*, da historiadora Maria Ribeiro do Valle (2008), mergulha, de forma detalhada, nos acontecimentos do ano de 1968 referentes aos protestos estudantis e sua repressão. As diferentes correntes dentro do movimento estudantil, assim como suas principais lideranças, são especificadas no decorrer da obra através dos discursos desses personagens. O papel da imprensa de formar opinião também é importante para a autora, nesse momento, levando-a a confrontar periódicos e revistas como *Correio da Manhã*, *Visão*, *Folha da Tarde* e *Veja*, analisando as falas escritas, umas em favor dos estudantes e outras concordando com as atitudes do regime. A população também protagoniza o momento e se manifesta de formas distintas ao longo do ano de 1968. Do Valle diz que no dia em que o golpe ocorreu o prédio da UNE foi destruído por um incêndio. Além desse ataque físico, os atos institucionais já mencionados no Capítulo I, controlavam o meio estudantil e universitário. É interessante observar que inclusive os estudantes de perfil mais conservador, autodenominados “democratas”, se tornaram oposição aos militares no poder. O tratamento que o governo dava aos estudantes já continha violências físicas e institucionais desde o início do golpe, porém isso se tornou muito mais grave a partir do assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, o fato pioneiro que desencadeou esse diálogo violento. O homicídio do estudante ocorreu dentro do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, durante uma manifestação dos

estudantes da *Frente Unida dos Estudantes do Calabouço* (FUEC). Os estudantes ali se manifestavam reivindicando o término das obras no restaurante Calabouço e protestavam contra o aumento do preço da refeição. Não há nada de radical da parte desses estudantes de reclamarem da subida no preço dos alimentos, nem tampouco do atraso das obras do restaurante. Mas a intervenção da Polícia Militar e o choque entre policiais e estudantes teve como consequência a morte de Edson Luís, vítima de disparos de arma de fogo feitos pela PM. A resposta a tiros por parte da PM desmascarava o caráter do governo em vigência, que, assim como o Marechal Castelo Branco, possuía um discurso que parecia apontar para a abertura do regime, porém, na prática, tinha atitudes que se mostravam drasticamente radicais ante qualquer tipo de contestação.

Sob o ponto de vista dos militares, o general do Exército Osvaldo Niemeyer Lisboa justifica a atitude da PM culpando o ímpeto violento dos estudantes e considerando que os policiais atiraram por estarem em desvantagem numérica. A grande imprensa transmite a notícia procurando culpar quem protagonizou o primeiro ato de violência.

O periódico *Correio da Manhã* defende os estudantes e incrimina a PM. A revista *Veja* pergunta quem atirou a primeira pedra, e afirma que os dois lados admitem a violência. No trecho da matéria da revista, transcrita pela autora (VALLE, 2008), há fortes críticas às ações policiais, declarando os nomes das vítimas e do policial que disparou o tiro que ceifou a vida de Edson Luís.

A revista *Visão* aborda a morte do estudante atribuindo parcela de culpa à revolta dos próprios estudantes, em paralelo ao despreparo das forças policiais no enfrentamento da manifestação. Para *Visão*, a morte de Edson Luís é o estopim para a radicalização do movimento estudantil e o fato político que as lideranças estudantis necessitavam para atrair a classe estudantil para a luta política. Com o homicídio de Edson Luís, e somando a ineficiência da PM com a possibilidade de radicalismo por parte dos estudantes, a revista justifica a intervenção do governo para manter a ordem. Considerando o que se sabe, hoje, sobre a quantidade de brasileiros que a ditadura assassinou e desapareceu com os vestígios dos corpos, é interessante lembrar o depoimento do líder estudantil Elinor Brito dizendo que os estudantes lutaram para que o corpo de Edson Luís não fosse entregue às autoridades, que provavelmente dariam sumiço na prova do crime (VALLE, 2008). A morte do estudante secundarista é um ponto de virada no teor das manifestações estudantis, que desde então passaram a se caracterizar por reações violentas à repressão da polícia. A Imagem de Edson Luís morto, junto a outros estudantes (Imagem 15), representa o momento da primeira execução explícita feita por agentes do estado.

Imagem 15: Autor desconhecido. Corpo do estudante Edson Luís de Lima Souto. 29/03/1968.



Fonte: Site *Memorial da democracia* (Ano não disponível). Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/mataram-um-estudante-podia-ser-seu-filho>. Acesso em: 22/08/2019.

Junto ao corpo do estudante morto, a fotografia acima (Imagem 15) mostra uma quantidade de cartazes com protestos direcionados contra a ação assassina da PM. Além disso, o caráter mascarado do regime é questionado nas mensagens expostas junto ao cadáver do estudante, ao que tudo indica pelos próprios colegas. No alto da fotografia há uma folha de papel com a mensagem “matam inocentes enquanto os criminosos andam à solta”. Os criminosos em questão seriam bandidos comuns que não foram punidos, enquanto a PM reprimia manifestações legítimas, ou seriam os policiais militares que agiram de forma covarde contra os estudantes? Há também a hipótese de que a frase seja sobre as ações guerrilheiras que vinham ocorrendo nos centros urbanos e a polícia encontrava dificuldades para contê-las. Mas pelo fato de os estudantes repugnarem a ditadura, é pouco convincente que esse ponto de vista seja correto. Sem afirmar que seja um ou outro, preferimos entender que a intenção da mensagem é um ataque ao Estado, no caso a voz superior que enviou a polícia para agir com truculência contra a manifestação dos estudantes. Como mencionamos no capítulo anterior, um dos argumentos dos golpistas em 1964 para depor João Goulart era salvar a democracia de uma suposta virada rumo ao comunismo, que estaria sendo orquestrada pelo ex-presidente e alguns partidos e grupos, como PCB, CGT e UNE. Na mesma fotografia acima, há outra mensagem junto ao corpo de Edson Luís, onde se lê: “eis a democracia podre”, o que parece ser uma referência à ilusão de que os militares teriam intenções democráticas, embora estes assim o declarassem. A última mensagem é um apelo, provavelmente direcionado à população em geral: “coopere com o estudante morto”, para que a luta dele não tenha sido em vão.

Em 21 de junho de 1968, data da manifestação estudantil conhecida historicamente como *Sexta-Feira Sangrenta*, a repressão violenta da polícia não distinguiu estudantes que se manifestavam de populares, culminando em um banho de sangue que resultou em muitos feridos, presos e mortos. O discurso demagógico de abrandamento do regime que o presidente Costa e Silva leva a púlpito entra em contradição com a prática da truculência e do “não diálogo” que a polícia militar trava com os estudantes. A violência rompe os limites das pessoas que manifestavam e reivindicavam direitos e passa a atingir cidadãos, de forma indiscriminada, tornando impossível o mascaramento do caráter ditatorial do governo militar, mesmo que posteriormente, com o fechamento do regime, isso tenha piorado drasticamente. Muitas pessoas que apoiaram o golpe passam para a oposição, muitos cidadãos de classe média contrários aos movimentos de esquerda também iriam se manifestar, em virtude de a violência começar a trazer perigo para a vida de seus filhos universitários. Ou seja, o caráter de endurecimento aumentava o contingente de inimigos do governo. Sobre o saldo avermelhado de sangue da manifestação do dia 21 de junho há discordâncias quanto ao número de óbitos ocorridos. A versão oficial fala em somente três mortos, enquanto o Centro de Documentação de História Contemporânea recolheu informações de hospitais dizendo que o saldo de mortos foi de 28 pessoas³³. Com o intuito de entender melhor o motivo de populares aderirem à manifestação no dia 21 de junho, Maria Ribeiro do Valle cita Zuenir Ventura³⁴:

Num semestre marcado pela rotina diária de choques violentos, o que teria ocorrido de extraordinário para que a população se revoltasse com tanto ódio? Na mesma crônica em que narrou os acontecimentos, Carlinhos Oliveira³⁵ explicava: “Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas; no café da manhã, os jornais lhes serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama: moças forçadas a andarem de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca, ou na mesma atitude, mas deitados de bruços (VENTURA, 1968, citado por VALLE, 2008, p. 114).

A fala de Ventura é relativa ao dia anterior à *Sexta-Feira Sangrenta*, quando a polícia oprimiu cerca de 400 estudantes no campo do time de futebol Botafogo, no Rio de Janeiro. O ocorrido na quinta-feira no gramado chocou a sociedade. Esta atitude tenebrosa e covarde dos soldados da PM demonstra caráter hediondo e desrespeitoso, principalmente no que afetava a dignidade

³³ Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas>>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

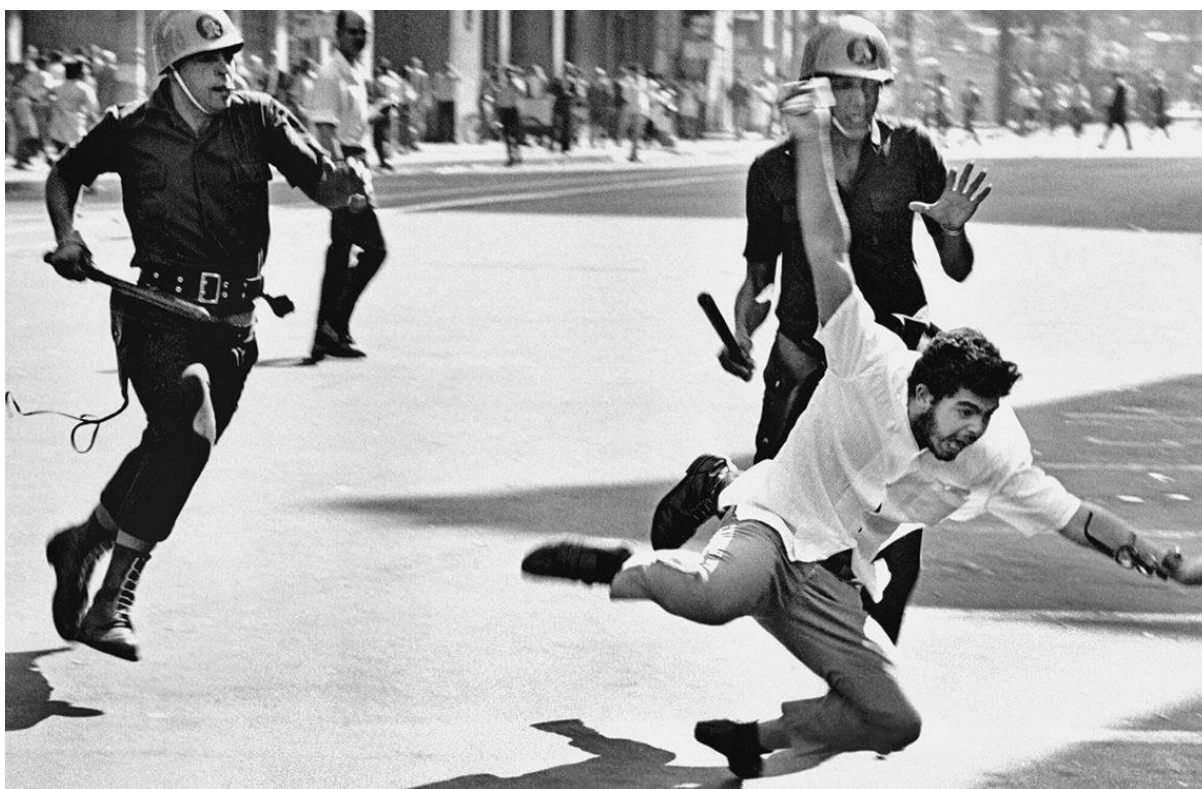
³⁴ Zuenir Ventura (1931-) é um jornalista mineiro autor da obra *1968: O ano que não terminou*. Maria Ribeiro do Valle, *1968: O diálogo e a violência*, 2008.

³⁵ Carlinhos Oliveira é um escritor brasileiro, conhecido por escrever para o *Jornal do Brasil*. Site do jornal *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/artigo-carlinhos-oliveira-um-doido-em-forma-de-cancao-19098717>>. Acesso em: 11/02/2020.

dos rapazes e moças ali presentes. Lembrando que no momento em que a polícia interveio esses estudantes não estavam se manifestando publicamente, nem depredando patrimônio público, e mesmo assim foram assediados de forma indigna por agentes policiais. Atitudes como essa, por parte de homens do Estado, certamente geraram o aumento da oposição contra o regime militar, ainda mais num momento em que muitos que anteriormente apoiavam o golpe em 1964 já se manifestavam contra o governo.

Para ilustrar a *Sexta-Feira Sangrenta* analisaremos uma fotografia marcante dessa manifestação, que inclusive é a mesma utilizada na produção da capa do livro *Ditaduras não são eternas* (2014).

Imagem 16: Evandro Teixeira. Perseguição policial a estudante durante a *Sexta-Feira Sangrenta*. 21/06/1968.



Fonte: Site *Memórias da ditadura* (Ano não disponível). Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/22-sexta-feira-sangrenta-na-cidade/>. Acesso em: 24/08/2019.

A fotografia (Imagem 16), de autoria do fotojornalista do *Jornal do Brasil* Evandro Teixeira, mostra dois policiais com cassetetes na mão perseguindo um estudante. O mestre em comunicação e semiótica Armando Fávoro, em seu artigo *O fotojornalismo durante o regime militar: Imagens de Evandro Teixeira* (2011), analisa a fotografia acima identificando o

perseguido como um estudante de medicina que acabou sendo morto na sequência da perseguição retratada na foto.

Para não deixar de retratar o fato, Evandro partiu para a Cinelândia, palco da resistência estudantil e política e conseguiu fotografar a morte do estudante de medicina (figura 5), "Fiz a foto do estudante caindo, um único fotograma, e não deu tempo pra mais nada porque os policiais vieram pra cima de mim", explica o repórter fotográfico. Durante a manifestação, Evandro (2007), relata que fotografou muitas pessoas sendo agredidas e pisoteadas pelos cavalos dos militares (TEIXEIRA, 2007, citado por FAVARO, 2011, p. 8).

A imagem mostra a vítima já em movimento de queda, o que nos permite aventar o que certamente aconteceu logo após: a morte do estudante perseguido, confirmada pela informação do jornalista, em depoimento ao autor citado acima. Sabemos que o dia 21 de junho foi marcado pela violência de ambas as partes: a população civil, incluindo estudantes e populares, e a polícia militar. O caráter violento da repressão já era presente em momentos em que o movimento estudantil reivindicava seus direitos de forma pacífica.

Imagem 17: Evandro Teixeira. Policiais agredem estudantes que protestavam na *Sexta-Feira Sangrenta*. 21/06/1968.



Fonte: Site da revista *Veja*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/cinquenta-anos-depois-1968-ainda-nao-acabou/>>. Acesso em: 17/02/2020.

A imagem acima (Imagem 17) é outro registro feito pelo supracitado fotógrafo Evandro Teixeira da *Sexta-Feira Sangrenta*, na qual o destaque é para os numerosos policiais a cavalo

e a pé, encurralando e agredindo estudantes contra as portas da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, onde os mesmos teriam tentado se refugiar, como era de praxe, uma vez que as igrejas são locais de anistia. Os estudantes protestavam contra a morte de Edson Luís na Avenida Rio Branco, nas imediações da igreja, mas ao perceberem a aproximação da polícia fogem em direção à Candelária, que, no entanto, se encontrava fechada, o que facilitou o ataque covarde aos estudantes amotinados. Vale destacar o detalhe do policial montado a cavalo levantando uma espada contra estudantes à sua volta.

O clima de violência estabelecido pelos acontecimentos dessa sexta-feira resultou em novos confrontos com mortes dos dois lados e muitos feridos e presos. A desvantagem do setor estudantil era evidente, já que a polícia, além de cassetetes, utilizava armas de fogo. Nesse momento é fato que houve um aumento das fileiras daqueles que protestavam contra o regime, e o próximo ato estudantil foi a *Passeata dos Cem Mil*, considerado o ponto mais alto dos protestos de 1968 (PEREIRA & MARVILLA, 2014). Essa manifestação teve uma peculiaridade nova: a polícia ficou olhando e não interveio na passeata, certamente por ser pega de surpresa face tamanha multidão, composta não apenas de estudantes, mas de pessoas de todas as idades, classes sociais e profissionais. Além disso, como veremos a seguir, essa passeata tem uma importância particular: ali começaram a se espalhar ideias revolucionárias alinhadas com a ideologia de grupos de guerrilha dissidentes do PCB.

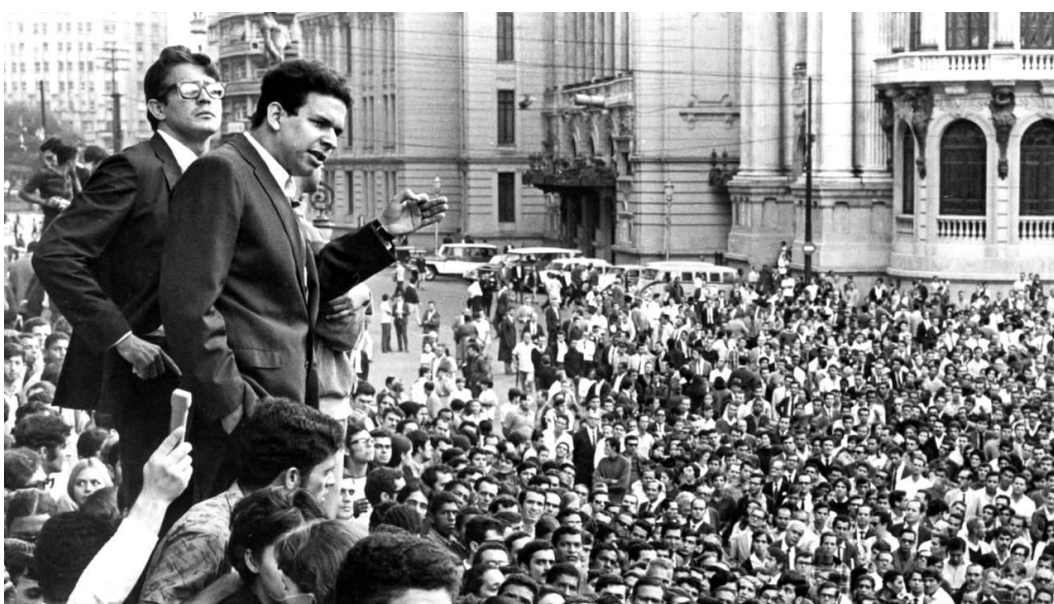
Essa ação ocorreu dia 26 de junho, na quarta-feira, cinco dias após a *Sexta-Feira Sangrenta*. Os estudantes exigiam a libertação de seus colegas presos, reclamavam da repressão violenta, denunciavam grupos de extrema direita infiltrados no movimento oposicionista, dentre os quais Maria Ribeiro do Valle destaca o Movimento Anticomunista³⁶. Entre os outros setores civis que se juntaram aos estudantes na manifestação, são citadas mães de alunos, artistas, professores, jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB³⁷ e membros do clero. Parte dos grupos empresariais da Guanabara pede ao governo a presença de tropas federais para garantir a “segurança”, porém essa presença foi somente de vigilância, pois não houve depredações de patrimônio nem truculência policial contra os manifestantes. O tempo de duração da *Passeata dos Cem Mil* foi de dez horas. Vladimir Palmeira, então estudante de Direito e presidente da *União Metropolitana dos Estudantes* (UME), alerta a população para não aceitar provocação

³⁶ O Movimento Anticomunista, ou MAC, foi um grupo paramilitar surgido no Rio de Janeiro durante o governo de João Goulart e atuante nos anos 1960 e 1970. Era composto por estudantes, policiais e intelectuais de extrema direita. Fonte: Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/com-mac-e-ccc-direita-poe-a-cara-para-fora>>. Acesso em: 15/08/2019.

³⁷ OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.

policial e denunciá-la, além de ameaçar encarcerar um policial para cada estudante preso. Vladimir Palmeira assume publicamente o papel do movimento estudantil de “educar e organizar a massa”, para “utilizar a violência no momento certo”. Segundo ele, as massas seriam educadas para utilização da violência para a transformação do país. Certamente essas declarações foram percebidas pelo regime, e a caça ao presidente da UME, a partir daí, se tornou uma das prioridades das autoridades, que acabaram por enviá-lo para a prisão em 02 de agosto do mesmo ano de 1968³⁸.

Imagem 18: Evandro Teixeira. Vladimir Palmeira discursando para a população durante a *Passeada dos Cem Mil*. 26/06/1968.



Fonte: Site *Movimento, crítica, teoria e ação* (2018). Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/para-nos-era-um-episodio-da-revolucao/>>. Acesso em: 30/08/2019.

A fotografia da imagem 18, de Vladimir Palmeira discursando, é mais uma de autoria do jornalista Evandro Teixeira. Essa fotografia nos conduz a imaginar o conteúdo proferido por ele e no caráter de radicalização contra o regime que era pregado por alguns líderes do movimento estudantil durante a *Passeata dos Cem Mil*. Além disso, o discurso de um líder de movimento oposicionista contra um governo ditatorial em processo de endurecimento, de forma absolutamente exposta, como mostrada na foto, permite-nos supor, como já mencionamos antes, que a perseguição ao líder estudantil passaria a ser uma das prioridades dos militares no embate travado com a oposição.

³⁸ A prisão de Vladimir Palmeira ocorreu no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Com o fim da ditadura, ingressou na política institucional e foi deputado constituinte em 1988. Fonte: Site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133985/biografia>>. Acesso em: 04/06/2019.

Corroborando a ideologia de forte protesto oposicionista ao regime militar presente na *Passeata dos Cem mil*, a fotografia abaixo (Imagem 19) flagra um cidadão terminando de efetuar a pichação da frase “abaixo a ditadura”. Ao redor do ato enxergam-se outros cidadãos observando a ação do pichador e outros conversando entre si sem dar atenção ao fato central que motivou o flagrante da imagem.

Imagem 19: Autor desconhecido. Flagrante de pichação na *Passeata dos Cem Mil*. 26/06/1968.



Fonte: Site *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/08/perseu-abramo-abre-mes-de-debates-sobre-ditadura-e-o-ano-de-1968/>>. Acesso em: 17/02/2020.

Como de costume, nos agrupamentos humanos que envolvem valores ideológicos, o movimento estudantil sofria de divergência de ideias, expressas nos discursos de seus líderes. Maria Ribeiro classifica uns como revolucionários, para os quais “só o povo armado derruba a ditadura”, e outros, como reformistas, os que entendiam que “só o povo organizado derruba a ditadura” (VALLE, 2008). Percebendo nessa manifestação uma parcela estudantil decidida a se aventurar na luta armada, somada ao contingente de cem mil pessoas presentes e à aderência de vários setores sociais, escolhemos duas fotografias do ato que atestam, por si só, sua importância e significado político.

Na primeira foto (Imagem 20), observa-se a presença de atrizes e intelectuais, de mãos dadas, formando uma barreira de defesa à frente dos manifestantes, com destaque para: Eva Todor³⁹, Tônia Carrero⁴⁰, Eva Wilma⁴¹, Odete Lara⁴², Norma Bengel⁴³, Cacilda Becker⁴⁴ e o historiador e crítico de arte Mário Pedrosa (à esquerda)⁴⁵.

Imagem 20: Lula Aparício. Atrizes de mãos dadas na *Passeata dos Cem Mil*. 26/06/1968.



Fonte: *Ensinar História* (Ano não disponível). Disponível em: <<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/linha-do-tempo/passeata-dos-cem-mil-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 02/12/2019.

³⁹ Eva Todor (1919-2017) foi uma atriz húngara naturalizada brasileira e atuante no cenário do teatro, cinema e televisão.

⁴⁰ Tônia Carrero (1922-2018) foi uma atriz brasileira conhecida nos meios do teatro, cinema e televisão.

⁴¹ Eva Wilma (1933-) é uma atriz, cantora e bailarina brasileira.

⁴² Odete Lara (1929-2015) foi uma atriz, cantora e escritora brasileira.

⁴³ Norma Bengel (1935-2013) foi uma atriz, cineasta, produtora, cantora e compositora brasileira.

⁴⁴ Cacilda Becker (1921-1969) foi uma atriz brasileira de teatro e cinema.

⁴⁵ Por sua militância de esquerda Pedrosa foi preso várias vezes: na década de 1930 em SP e em 1937, com a decretação do Estado Novo, exilou-se na Europa. Em 1941 retornou clandestinamente ao Brasil, mas foi preso ao desembarcar. Por influência de seu pai, Senador da República, por várias vezes e de Filinto Müller livrou-se da prisão, exilando-se nos Estados Unidos, onde permaneceu até a redemocratização do país. Acusado de difamação ao governo militar, no exterior, em razão de denunciar a prática de tortura a presos políticos, Mário Pedrosa (1900-1981) foi processado e em 1970 se exilou no Chile, onde colaborou com o governo de Salvador Allende na criação do Museu da Solidariedade. Mas em 1973, com o golpe militar de Pinochet, o intelectual brasileiro iria transitar e trabalhar em vários países até se exilar em Paris, ali permanecendo até 1977, quando retornou ao Brasil para se apresentar à “Auditoria da Marinha para o julgamento de seu processo, tendo sido absolvido por unanimidade”. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Deixou vasta obra entre livros de história e textos de crítica de arte publicados na coluna que manteve, de 1943 a 1951 no jornal *Correio da Manhã*, e a partir da década de 1950, no *Jornal do Brasil*. Fonte: PEDROSA, Mario. Site CPDOC, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/mario_pedrosa>. Acesso em: 20/09/2019.

O grupo de atrizes de mãos dadas protegendo o contingente de manifestantes atrás delas demonstra a coragem das mulheres em lutar contra a repressão, que vinha ocorrendo de forma violentíssima, sem escrúpulos nem respeito ao ser feminino. Atrás desses militantes em destaque, pode-se observar vários cartazes, com mensagens de protesto. Em um deles é possível ler a mensagem: “Greve, protesto contra censura em defesa da cultura”. Em outro cartaz a manifestação é contra a censura à cultura e à livre expressão das artes e da imprensa, a chamada “lei da mordação”: “Vai tapar a boca da mmm...”. Entretanto, percebe-se também não serem apenas essas as mensagens contra a censura, mesmo que alguns cartazes estejam parcialmente obstruídos, e outros não inteiramente legíveis. Assim, em um terceiro cartaz que só aparece pela metade conseguimos decifrar a mensagem “Contra censura pela cultura”. Por fim há também cartazes com letras miúdas, ou que foram flagrados em um plano distante, que não nos permitem captar o teor das mensagens.

A segunda fotografia escolhida (Imagem 21) foi de uma vista panorâmica da *Passeata dos Cem Mil*, cuja tomada dá uma noção da densidade populacional presente ao ato.

Imagem 21: Evandro Teixeira. *Passeata dos Cem Mil*. 26/06/1968.



Fonte: Site *Estudo Prático* (2014). Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/passeata-dos-cem-mil/>>. Acesso em: 03/09/2019.

Ao olharmos para a imagem, a primeira mensagem percebida em uma das faixas, flagrada em primeiro plano, é “Abaixo a ditadura, povo no poder”, frase que faz alusão à utopia da tomada do poder pelo povo. A fotografia também foi autoria do fotógrafo Evandro Teixeira. Como já vimos, ideias em prol da luta armada eram disseminadas durante esse processo, por alguns setores do ME. Além disso, o momento já era propício para a aderência à guerrilha, na medida em que diversos grupos de esquerda já estavam engajados em ações armadas no ambiente urbano. A mensagem do cartaz nos entrega a informação de que apesar da passeata ser pacífica em questão de confrontação física, é nítido o seu tom desafiador, principalmente no que diz respeito às ideias propagadas. Outros cartazes capturados mais ao fundo, estão alinhados de tal forma que atravessam a imagem de extremo a extremo, no sentido horizontal, e pela distância tornam-se difíceis de serem lidos; em outros, isso ocorre pelo tamanho das letras ou pelo fato de estarem dobrados pela ação do vento, o que faz as mensagens aparecerem parcialmente obstruídas. No entanto, essa tomada parcial da passeata permite imaginar a avassaladora quantidade de faixas e cartazes que certamente foram exibidas ao longo de toda a sua extensão. O ponto enfatizado pelos meios de comunicação favoráveis à repressão foi justamente o caráter subversivo das mensagens disseminadas. Em consequência, o governo logo tomaria providências que violentariam a nação de uma forma escancaradamente ditatorial.

Uma última fotografia (Imagem 22) da *Passeata dos Cem Mil* reforça o argumento contra a censura e a favor da cultura presente no ato popular.

Imagem 22: Evandro Teixeira. *Passeata dos Cem mil*. 26/06/1968.



Fonte: Site *ArteCult*. Disponível em: <<http://artecult.com/jornalistas-divulgam-material-produzido-sobre-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 17/02/2020.

De forma breve, podemos ver na fotografia anterior (Imagem 22) manifestantes portando uma grande faixa, com a frase “Jornalistas contra Ditadura”, o que permite interpretá-la tanto como uma manifestação a favor do retorno à normalidade democrática, mas também como uma referência à censura a que a classe de jornalistas, juntamente com outros setores, estava submetida. Logo atrás aparecem mais duas faixas com mensagens difíceis de ler, mas em uma delas identificamos claramente duas palavras de grande significado: “povo” e “poder”.

Se no primeiro semestre as principais manifestações estudantis tiveram como palco as ruas do Rio de Janeiro, no segundo o ato mais crítico ocorreu em São Paulo, na Rua Maria Antônia. Desse modo, o próximo acontecimento a ser abordado será a chamada *Guerra da Maria Antônia*, um confronto violento entre estudantes da USP e do Instituto Mackenzie, entidades localizadas nesta mesma rua. O extremismo por parte dos dois polos, esquerda e direita, definiu o caráter desse embate. Para além desse confronto aberto, o extremismo de direita na ilegalidade de grupos paramilitares, como por exemplo, o *Comando de Caça aos Comunistas*⁴⁶, tem o “consentimento não declarado” das autoridades e da polícia. Os anticomunistas do CCC faziam-se presentes nessa batalha infiltrados entre os estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde estudavam os filhos da elite do bairro de Higienópolis, onde se localizava a instituição.

A longa ocupação pelos estudantes da Filosofia na USP, na Rua Maria Antônia, aguçou a tradicional rivalidade com o centro da direita paulista, a Universidade Mackenzie, que ficava na mesma rua. A repressão explorou essa rivalidade, encastelando seus agentes – com a contribuição dos CCCs da vida – na Mackenzie, promovendo uma verdadeira batalha contra a Filo-USP. Deste choque resultou a morte do secundarista Luís Guimarães. Sob a direção de José Dirceu de Oliveira e Silva, presidente da UEE-SP, os estudantes foram às ruas em grandes levas (VALLE, 2008, p. 180).

Os estudantes da Mackenzie, principalmente os anticomunistas radicais do CCC, detinham a posse de armas de fogo, o que culminou, como citado acima, no assassinato do estudante secundarista Luís Guimarães.

⁴⁶ O Comando de Caça aos Comunistas ou CCC, foi um grupo paramilitar de extrema direita, similar ao MAC, atuante também nos anos 1960 e 1970 e igualmente composto por estudantes, policiais e intelectuais defensores do regime militar. Fonte: Site *CPDOC* da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>>. Acesso em 16/08/2019.

A foto abaixo (Imagem 23) é de autoria do fotógrafo Hiroto Yoshioka⁴⁷, tendo sido proibida na época e só liberada pelas autoridades em 1985. O momento congelado pela imagem mostra estudantes em confronto na Rua Maria Antônia, no dia 3 de outubro de 1968, podendo-se observar dois estudantes abaixados, atrás de uma barricada improvisada de madeira, tentando se proteger da chuva de pedras arremessadas contra o grupo, que também revida. O grupo maior de estudantes distribui-se pelo espaço e pratica diferentes gestos: é flagrado, apanhando pedras e paus no chão; arremessando pedras, enquanto alguns mais acuados apenas observam ou tentam se proteger atrás de paredes.

Imagem 23: Hiroto Yoshioka. Estudantes durante a *Guerra da Maria Antônia*. 02/10/1968.



Fonte: Site do jornal *Folha de São Paulo* (2018). Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/09/com-usp-a-esquerda-e-mackenzie-a-direita-batalha-da-maria-antonia-faz-50-anos.html>. Acesso em: 06/09/2019.

Em face da desigualdade com as forças da repressão, o movimento estudantil opta por cessar momentaneamente as manifestações de rua, e inicia a preparação do XXX Congresso da UNE, marcado para acontecer no sítio Muduru⁴⁸, local de difícil acesso, por uma estrada de terra, estreita e enlameada, no pequeno município de Ibiúna (então com apenas 6.000 habitantes, e distante cerca de 160 km da capital paulista), no interior do estado de São Paulo. A movimentação na cidade alarmou a população de Ibiúna pela presença de muitos jovens estranhos, pela grande quantidade de pão, carne e produtos de higiene pessoal que era comprada

⁴⁷ Matéria no site *Jornal da USP* intitulada *Exposição relembra a "Batalha da Maria Antônia"*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/exposicao-relembra-a-batalha-da-maria-antonia/>. Acesso em: 17/07/2019.

⁴⁸ O sítio Muduru localizava-se na região serrana de São Sebastião, em Ibiúna, São Paulo. Tornou-se conhecido nacionalmente através da imprensa em 1968, após ter abrigado cerca de 700 estudantes no 30º Congresso da UNE. Fonte: Site *Memorial da Resistência*. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/Upload/file/lugares-damemoria/sitio%20de%20ibiuna.pdf>. Acesso em: 13/02/2020.

diariamente, o que inflacionou o pequeno comércio local, e por relatos de alguns de que havia pessoas armadas transitando por estradas vicinais e nos acessos à cidade. Moradores delataram ao delegado local esses fatos e a estranha presença de homens armados, o que confirma que o cerco ao Congresso da UNE foi preparado antecipadamente. Os policiais se aproximaram do local e avistaram veículos de vários estados do país circulando na cidade durante a semana. Em uma dessas ocasiões efetuaram a prisão de três estudantes, um dos quais portando uma pistola, além de encontrarem um cartaz com a fotografia de Ernesto Che Guevara. Ao chegarem ao referido sítio, onde os cerca de mil estudantes estavam reunidos, os soldados dispararam para o alto e gritaram que a ordem seria de atirar para matar. Com o cerco fechado, a polícia começa a buscar lideranças estudantis e armas. O primeiro a ser pego pelos policiais foi o então presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, José Dirceu. Além de algumas armas, são encontrados também livros de guerrilha, como por exemplo, *Guerra-Guerrilha-Che* (VALLE, 2008).

A reação à queda do XXX Congresso da UNE foi a explosão de manifestações estudantis em vários estados brasileiros. Segundo os historiadores brasileiros Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti, autores do artigo *Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil*, foram presos cerca de 700 universitários, e isso selou a derrota do movimento estudantil brasileiro em 1968. Os autores consideram que vários integrantes desse movimento passariam a concentrar suas atividades na militância clandestina contra o governo, muitos deles vinculados à luta armada que foi alavancada no ano seguinte. Como acontecimento estopim para a entrada de muitos desses universitários que se manifestaram durante o ano de 1968 na guerrilha armada contra a ditadura, analisaremos uma fotografia ilustrando o momento em que ocorreu a prisão desses estudantes no sítio Muduru.

Imagem 24: Autor desconhecido. Prisão de estudantes no XXX Congresso da UNE. 12/10/1968.



Fonte: *O Globo* (2018). Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/mais-de-700-estudantes-sao-presos-em-congresso-da-une-durante-ditadura-ha-50-anos.html>>. Acesso em: 7/09/2019.

A foto anterior (Imagem 24) ilustra nitidamente o momento em que estudantes enfileirados são revistados por soldados. Essa revista representa um fator peculiar que diferencia o XXX Congresso da UNE dos demais protestos estudantis: a presença de armas entre esses estudantes. O recorte da foto mostra uma fila de seis estudantes rendidos com as mãos levantadas e dois soldados revistando-os um a um. À frente da fileira de estudantes é marcante a presença de um bode preto com manchas brancas, pertencente provavelmente à propriedade do sítio Muduru, mas que acaba por atribuir à cena um caráter grotesco: “Deu bode”! E foi literalmente o que ocorreu: a prisão de todos os estudantes encontrados no sítio, cercados por grande aparato militar.

Apesar de 1969 ser o ano de maior efervescência das ações armadas da guerrilha de esquerda no Brasil, no ano anterior aconteceram as ações preparatórias, e diversos grupos já estavam atuando nas ações urbanas. Para melhor compreensão do ideário que permeou essas ações, destacaremos a seguir algumas das correntes ideológicas em que se apoiaram esses grupos de esquerda.

2.2 Ideias da esquerda armada

Adentrando o campo da esquerda, é importante levantarmos o conjunto de pensamentos que levaram à prática da guerrilha armada. Para isso levaremos em conta o que Jacob Gorender considerou a “receita para a luta armada”, na obra *Combate nas trevas*. No momento em que o golpismo de direita havia se consumado, a maioria dos membros do PCB acreditava na falência do caminho pacífico de alinhamento com a burguesia nacional, e desse modo a luta armada passou a se tornar imperativa. Mas é válido lembrar, como já falamos quando abordamos a segmentação da esquerda no capítulo anterior, que a unificação não existia e que vários grupos armados se formariam. As diferenças entre esses grupos eram relativas aos antecedentes partidários e doutrinários, influências teóricas distintas, pressões de outros países socialistas e regionalismos. Esses fatores deram origem à pulverização da esquerda em várias siglas. Dessa maneira, é importantíssimo para entendermos esse período e essas ações de guerrilha, o exame das matrizes intelectuais que permeavam o pensamento desses guerrilheiros. O primeiro conceito esboçado pelo autor é o de foquismo, oriundo da Revolução Cubana. Foi atribuída a Fidel Castro a descoberta dessa tática revolucionária que começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região rural, de preferência um terreno montanhoso. Gorender critica a aplicação dessa teoria em qualquer lugar indiscriminadamente, pois leva em conta a omissão de particularidades históricas e se torna generalizante.

Na esquerda brasileira o foquismo penetrou principalmente através da obra *A guerra de guerrilhas*, de Ernesto Che Guevara. Além disso, o folheto *Revolução na revolução*, do filósofo francês Régis Debray, gerou na esquerda certo entusiasmo instantâneo. Talvez o ânimo a respeito da obra do revolucionário cubano fosse alimentado pela consideração do próprio Guevara que a revolução latino-americana seria continental, aspecto que Gorender também critica, pois supõe a violação de diferenças nacionais entre esses países da América Latina. As condições consideradas subjetivas, ensinadas pelo marxismo, também eram levadas em conta por esses grupos, e nesse caso o foco guerrilheiro serviria como pequeno motor para acionar o grande motor, as massas.

O local de início do foco devia ser escolhido em regiões favoráveis à defesa dos contra-ataques do exército, levando a entender a preferência por montanhas. Em uma segunda etapa, colunas guerrilheiras se movimentariam dessa região inicial alastrando a luta armada para outras regiões e finalmente juntando o exército rebelde que derrubaria o inimigo. É relevante a ressalva de Régis Debray sobre o uso da luta armada nas cidades, sendo isso considerado por ele como o “túmulo da revolução”. O foquismo cubano era bastante crítico da burocracia e corrupção dos partidos comunistas alinhados com Moscou e talvez isso tenha influenciado os militantes que debandaram do PCB para a luta armada. Isso não se restringiu ao Brasil, sendo aceito que a estratégia foquista inspirou guerrilhas no Peru, Argentina, Colômbia, Venezuela, Nicarágua e Guatemala. Em 1967 o próprio Guevara aplicou seu foquismo na Bolívia, que terminou, porém, frustrantemente com sua morte. Nem a derrota do principal ícone revolucionário em que foi inspirado o foco guerrilheiro desanimou a esquerda radical do Brasil (GORENDER, 1987).

Passando para a linha chinesa, em 1966 começaram a circular nas mãos de militantes comunistas exemplares do folheto de Lin Biao⁴⁹, *Salve a vitória da guerra popular!* Essa guerra popular chinesa tinha algo em comum com o foquismo cubano: a preferência dada ao campesinato e à guerrilha camponesa, o caráter revolucionário nato dos países terceiro-mundistas e o belicismo. Frases de Mao Tsé Tung como “os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil”, são consideradas por Gorender como senhas mágicas e tiveram forte contribuição para forjar o clima militarista da esquerda brasileira no final dos anos 60. Levantando as diferenças entre o foquismo cubano e a guerrilha chinesa, enquanto o primeiro colocava o militarismo à frente da teoria política, o folheto de Lin Biao

⁴⁹ Lin Biao foi um militar do exército da China que teve papel importante na vitória comunista na Guerra Civil Chinesa. Fonte: Site da *Enciclopaedia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Lin-Biao>>. Acesso em: 13/02/2020.

subordinou o fator militar ao fator político. Outra diferença é que Che Guevara considerava imediato o objetivo socialista enquanto o teórico chinês defendia a revolução organizada em duas etapas, semelhante à tese de aliança com a burguesia nacional para a revolução anti-imperialista e antifeudal. Havia ainda uma linha de pensamento trotskista, de origem russa, que rejeitava o foquismo e a guerra popular chinesa. Essa linha de pensamento dava prioridade à luta do operariado no ambiente urbano sob a direção de um partido de vanguarda. Apesar de defenderem o caminho armado para conquistar o poder, os trotskistas recusavam o terrorismo e a luta armada isolada das massas (GORENDER, 1987).

As cisões do PCB geraram a grande maioria de membros da luta armada brasileira, porém esses militantes ao invés de se unirem, dispersaram-se em direções diferentes. Entre os inúmeros grupos que compunham a guerrilha armada destacamos a Ação Libertadora Nacional, A Vanguarda Popular Revolucionária, o PCBR, o PC do B, a Ala Vermelha, o POR(T), o VAR Palmares e o COLINA.

Sendo nosso objeto de estudo a Ação Libertadora Nacional, que na opinião dos autores estudados é a mais notória das organizações guerrilheiras que combateram o regime militar, passaremos neste momento descrever e analisar suas ações armadas ocorridas em 1968, antes da implantação do Ato Institucional N° 5. Uma análise mais detalhada dessa organização será feita no capítulo seguinte, centrada no ano de 1969, que para a ALN representou o ápice de sua atuação e o começo de seu declínio. Cabe dizer aqui, antes de adentrarmos os fatos, que Carlos Marighella, como o principal líder da ALN, tinha função organizadora e ideológica e, apesar de inicialmente ter participado de ações de assalto, que os guerrilheiros chamavam de expropriação, não seguiu agindo na guerrilha de forma prática. Os acontecimentos analisados darão importância a personagens praticamente anônimos da história, que só aparecem nas fontes quando os autores mergulham nesses episódios específicos da luta armada. Além de ter praticado assaltos, em 1968 a ALN participou diretamente da execução de um capitão norte americano. Essas ocorrências são parte importantíssima deste estudo, por consideramos tais agentes como protagonistas históricos desse combate obscuro. Serão destacados três atos da organização marighelista no ano de 1968: a expropriação do trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiáí, a execução do norte-americano Charles Chandler e o assalto ao carro pagador do IPEG. Dentro do possível, serão colocadas também imagens com o propósito de ilustrar os relatos sobre as ocorrências.

Da forma como já mencionamos, muitos jovens do movimento estudantil, após as sucessivas manifestações ocorridas em 1968, viram-se obrigados a entrar na guerrilha armada para

continuar lutando contra as forças militares no poder. O contingente guerrilheiro da ALN também tem boa parte de seus combatentes oriundos do movimento estudantil, como destacou Frei Betto na obra *Batismo de Sangue*.

Conhecida por suas sucessivas ações armadas, e por ser comandada pelo mais notório revolucionário brasileiro, a ALN reuniu, sobretudo, jovens oriundos da pequena burguesia, despertados politicamente pelo movimento estudantil (BETTO, 2006, p. 59).

2.3. O Ato Institucional número 5 (AI-5): da censura, prisões, tortura e desaparecimentos

Em 13 de dezembro de 1968 o fechamento ou endurecimento do regime ocorre com a edição do AI-5. Se a violência já era característica do regime vigente, a partir dessa data ela passaria a ocorrer de forma cruel e sem escrúpulos. As barbaridades cometidas após a promulgação desse Ato Institucional englobam prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento de pessoas, invasões a domicílios, direitos cassados e corrupção desenfreada. Entraremos agora nesse labirinto da morte em que o terror gerado pela tortura ultrapassou muitas vezes os limites humanos, sendo o caso de Frei Tito⁵⁰ um exemplo emblemático de como a tortura fica marcada na vida e na alma do torturado. Mesmo após sua libertação e sua saída do País com vida, seus espasmos de pânico o atormentaram até que cometesse suicídio.

Os excessos da tortura coordenada pelo conhecido delegado Sérgio Paranhos Fleury atormentaram a mente do frei dominicano, de forma que o assassino em forma de agente da lei se tornou um fantasma em seu pensamento e conviveu com ele até sua morte. Muitos cidadãos cometem o erro de afirmar em discussões informais (e atualmente até em afirmações oficiais) que não houve ditadura, porém, o caráter dos acontecimentos no interior dos departamentos DOPS e DOI-CODI⁵¹, confirmado por documentos, imagens e depoimentos de sobreviventes, não dá margem a essa interpretação. Exemplo disso está no livro do arcebispo Evaristo Arns, *Brasil Nunca Mais* (1989), no qual o religioso faz uma compilação de cidadãos torturados pelo regime militar e mostra que não foram somente guerrilheiros: a tortura e os desaparecimentos

⁵⁰ Frei Tito de Alencar Lima, natural de Fortaleza, Ceará, era um dos frades dominicanos que militavam no meio estudantil contra o regime militar. É um caso peculiar dentre os torturados, no qual as sequelas da tortura o atormentaram até a morte mesmo após seu exílio na França. Tito sofreu perturbações com a imagem do delegado torturador do Esquadrão da Morte Sérgio Paranhos Fleury. Frei Betto, *Batismo de Sangue*, 2006.

⁵¹ DOI-CODI é uma sigla utilizada para se referir aos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), órgãos criados no contexto da ditadura militar que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Fonte: Site *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/doi-codi/>>. Acesso em: 18/06/2020.

envolvem sim outras camadas da sociedade e confirma que nem mesmo membros eclesiásticos foram poupados.

Imagem 25: Capa do Jornal do Brasil no dia seguinte ao da edição do AI-5. 14/12/1968.



Fonte: *Portal Imprensa* (2013). Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/62744/especial+ai+5+implantou+terror+e+censura+a+imprensa>>. Acesso em: 11/09/2019.

A foto acima (Imagem 25) mostra a capa do *Jornal do Brasil* do dia 14 de dezembro de 1968, na qual somente a manchete já demonstra o autoritarismo exacerbado imposto pelo dispositivo editado no dia 13. O fechamento do Congresso serviu para anular a oposição mais aguerrida, para que os militares extremistas pudessem manejar o País com mãos de ferro, por tempo indeterminado. Para os cidadãos, da época, ler essa manchete deveria ser no mínimo desesperador, principalmente para os que sobreviviam na clandestinidade, temendo tanto pela própria vida, como pela de seus familiares, amigos e companheiros de militância, todos potencialmente sujeitos a prisão, tortura e desaparecimento.

Muitos defensores da ditadura podem argumentar que o AI-5 serviu para frear a guerrilha da esquerda armada. Em contraponto a essa visão vale citar aqui a obra do jornalista e escritor brasileiro Hélio Contreiras, *AI-5: A opressão no Brasil*, defendendo o ponto de vista de que o AI-5 não era necessário nem para frear as manifestações estudantis de 1968 nem as ações armadas guerrilheiras, que poderiam ser combatidas por meios constitucionais. Entre as restrições de direitos impostas pelo decreto do AI-5, Contreiras (2005) destaca a extinção do habeas corpus e o fechamento do Congresso Nacional. No final de 1968, segundo o autor, após

um ano conturbado, a sociedade brasileira, tanto de setores civis, quanto de algumas posições da alta hierarquia militar, desejava um retorno à democracia ao invés do fechamento do regime. O autor, que se encontrava na França quando foi editado e lançado o AI-5, afirma que “não tinha dúvidas de que o país estava entrando em um período de exacerbação ideológica, da direita radical, maior até mesmo do que a que havia ocorrido em março de 1964” (2005, p. 31). Tal afirmação está de acordo com a linha de pensamento daqueles que enxergam o AI-5 como um golpe dentro do golpe.

No artigo *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade*, a socióloga brasileira Maria José Rezende discorre sobre a estratégia dominadora então adotada, observando que “[...] os condutores e sustentadores da ditadura militar tentavam arrancar da natureza do próprio poder os meios de justificá-la”. Ainda segundo a autora, o AI-5 constituiu o marco divisório dos chamados “Anos de Chumbo” da ditadura militar, e é descrito por ela não como uma decisão imediata, mas como algo planejado previamente pelos militares. Nesse sentido, “[...] o AI-5 teria, então, o objetivo de completar a revolução que, segundo Costa e Silva, já era democrática na sua origem, porque levava em conta os anseios do povo brasileiro” (REZENDE, 2013, p. 91). A pretensão de legitimidade por parte dos militares é analisada considerando suas próprias atitudes, além da forma com que praticaram atos de violência contra a população, naquele último ano de 1968, e mais intensamente após a edição do AI-5.

Ao se referirem ao prelúdio de censura alertado pelo periódico *Jornal do Brasil* um dia após o AI-5, Schwarcz e Starling destacam (2015, p. 45) a forma irônica utilizada pelo periódico, ao publicar: “Ontem foi o Dia dos Cegos”, e ainda anunciava em forma de previsão do tempo: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Gorender, por sua vez, enxerga (1987) as turbulências de 1968 e o endurecimento do regime ditatorial como um processo de tentativa e erro dos militares. Nessa visão estão incluídas as turbulências e confrontações que ocorreram dentro do meio militar, os atritos deste com as reações da sociedade e o confronto direto com organizações de esquerda. Para o autor, dentro da cúpula militar, a tendência de enrijecer o regime já vinha sendo traçada desde o seu início. Sobre esse ponto de vista, poderíamos supor que o poder dado aos militares pelo golpe trouxe à tona o radicalismo excessivo de alguns ocupantes de cargos da alta hierarquia das Forças Armadas.

O AI-5, na visão de Gorender, representa o ápice do fechamento ditatorial. Destacando uma implacável censura à imprensa e a asfixia da vida cultural, o autor demonstra o caráter ditatorial do confronto entre militares e sociedade, invalidando argumentos anticomunistas de que a

guerrilha de esquerda justificou diretamente a edição do temido AI-5. Utilizando esse dispositivo, publicações oposicionistas foram fechadas definitivamente e muitos artistas brasileiros foram obrigados a se exilar em diferentes países. Professores também foram forçados a emigrar para lecionar no exterior. Líderes estudantis corriam o perigo de se expor nas ruas e sofrerem atentados. Há exemplo disso no caso dos policiais que alvejaram o professor paraibano Cândido Pinto de Mello em um ponto de ônibus em um bairro no Recife. Houve também atentados de extrema direita a jornais como *O Estado de São Paulo*, sendo confessado por um oficial participante que o mandante do ato terrorista pertencia ao Estado-Maior do II Exército.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o CCC invadia teatros e livrarias agredindo artistas, impunemente. O ápice desses atentados paramilitares de direita, ordenados por superiores das forças armadas, conforme confissões de oficiais da corporação, ocorreu no ano de 1968. O terrorismo de direita converteu-se em terrorismo de Estado com o fechamento do regime, não sendo mais necessário forjar pretextos através de desordem praticada por organizações paramilitares a serviço do poder (GORENDER, 1987).

Hélio Contreiras traz uma interessante crítica do coronel-professor Tito Avillez a interpretações do Ato Institucional nº 5 que tentam utilizar pretextos para justificar determinados acontecimentos. É feita a comparação do fechamento do regime com o Plano Cohen, que foi uma farsa anticomunista criada em 1937 e apontada por Avillez como pretexto dos golpistas para implantarem o Estado Novo em 1937. Avillez argumenta serem sem fundamento as justificativas dos coroneis de linha dura para o AI-5 e pergunta o que seria pior do que o AI-5? O golpe de 13 de dezembro de 1968 seria, segundo Avillez, intenção de grupos que pretendiam tomar o poder por tempo indeterminado.

Em *Ditaduras não são eternas* (PEREIRA & MARVILLA, 2014) os autores levantam um fato que teria sido o estopim para a implementação do ato mais violendo do regime. Esse pretexto final seriam as palavras do então deputado Márcio Moreira Alves, que embora tivesse apoiado o golpe militar em 1964, vinha de opondo aos excessos e denunciando a repressão e a tortura dos presos políticos, e refutou uma invasão da PM na Universidade de Brasília. O autoritário AI-5 levou à cassação de inúmeros cidadãos, entre eles é apontado por Pereira e Marvilla o nome de Carlos Lacerda, um dos articuladores do Golpe de 64. A afirmação é complementada dizendo que no momento golpista de 1964 Lacerda comemorava a chegada dos tanques, já em 1968 fazia parte da oposição ao regime que antes apoiara. Se a ação guerrilheira já atuava nas cidades desde 1967, após o AI-5 ela ganharia forte apoio de outros setores oposicionistas em

função dos abusos cometidos pelo governo. Com o intuito de frear as ações que aterrorizavam as autoridades, o governo incluiu na legislação dispositivos que possibilitavam a pena de morte e o banimento, criando a chamada Lei de Segurança Nacional. Poderíamos enxergar a situação como uma guerra não declarada entre autoridades e sociedade, na qual a crueldade imposta com aval da Lei de Segurança Nacional, envolvendo não só a pena de morte, mas também métodos desumanos de tortura, podia ser comparada facilmente a crimes de guerra sangüinários. Esmagar o crânio de uma jovem utilizando um torniquete apelidado de *Coroa de Cristo* é de extrema brutalidade, como foi o caso da guerrilheira da ALN Aurora Maria Nascimento Furtado, que matou um policial em uma abordagem. Sem entrar no mérito da culpa ou inocência da vítima, a discussão aqui é sobre um dispositivo oficial chamado Lei de Segurança Nacional possibilitar a torturadores esmagarem a cabeça de uma pessoa e ficarem impunes (PEREIRA & MARVILLA).

Contreiras chama (2005, p 160) a ditadura pós AI-5 de “regime policial, repressivo e impiedoso”. Qualquer hesitação em relação ao regime deixava até o aliado mais próximo da ditadura vulnerável e sob a vigília de um complexo aparelho de segurança e informação. A palavra paranoia pode ser usada para analisar o sentimento do governo militar para com a população brasileira, que diante de qualquer suspeita utilizava a tortura como meio de obter confissões e delações, o que muitas vezes culminava com a morte e o desaparecimento de civis. Essa paranoia vigilante englobava imprensa, Congresso, universidades, sindicatos e residências de senadores, deputados, ministros, bispos, cardeais e militares. O principal reduto da frieza radical dos policiais torturadores era a capital paulista. Isso principalmente após a instauração do terrorismo de estado advindo do enrijecimento do regime, mas também antes dele (CONTREIRAS, 2005).

Certa perturbação por parte até dos que coordenavam as torturas está presente no depoimento de militares afirmando estarem com problemas de consciência. As pressões eram fortes demais para que os algozes conseguissem a aceitação de todos os seus pares ao tratamento implacável e desumano aplicado aos presos políticos. Era grande a chance de um policial capanga de Fleury, responsável por torturar presos políticos, ter sua saúde mental afetada pelas atrocidades cometidas por ele mesmo. Segundo depoimento do general do Exército Milton Tavares de Souza sobre os horrores da Oban⁵², 1.200 pessoas foram submetida a torturas terríveis com

⁵² Operação Bandeirantes. Criada em junho de 1969, foi uma operação a cargo do II Exército que visava combater organizações que faziam oposição ao regime militar na área da Grande São Paulo. Fonte: Site do *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/695-operacao-bandeirantes-oban.html>>. Acesso em: 08/05/2019.

choques elétricos, afogamentos e até mesmo agressões sexuais (CONTREIRAS, 2005, p. 168-169).

O endurecimento do regime seria rebatido por artistas das mais diversas áreas, através de trabalhos artísticos contestadores da censura, da repressão e da tortura, usando uma linguagem de difícil decodificação pelos órgãos de censura. Outros chegariam ao extremo de ingressar na luta armada. É esse o assunto do próximo tópico.

2.4 – A arte militante, o ufanismo patriótico e a propaganda governamental

O endurecimento do regime ocorrido em 1968 aumenta a aversão contra o governo por parte de intelectuais, de artistas e até de antigos defensores do golpe. O ufanismo que transparece na propaganda e no apoio ao esporte e à música parece ter a intenção de empanar as ações de oposição à ditadura, ainda que disfarçado de patriotismo. Ao mesmo tempo, o regime perseguia, censurava, prendia e mandava para o exílio os artistas cujas obras fizessem referência ao drama vivido no país, denunciando a situação miserável do povo brasileiro, em especial da massa de excluídos que era expulsa do campo e de exilados da seca no Nordeste. Isso se dava na música, na literatura, no teatro e nas artes visuais. Um exemplo de produção artística que confrontava a ditadura é o refrão da música cantada por Nara Leão no show Opinião⁵³:

“Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião...”

Quando se trata da oposição de artistas à ditadura, é válido discorrer sobre o artista carioca Carlos Zílio, pintor atuante na militância artística, além de professor e participante da guerrilha armada. Sem entrar em suas obras escritas, analisaremos duas imagens de obras de sua autoria, tentando interpretá-las dentro do contexto histórico em que foram criadas. A primeira delas mostra a obra de arte *Lute*, de 1967, e representa o momento em que Zílio inicia sua militância

⁵³ O musical Opinião foi um espetáculo encenado em 1964 e 1965 no Teatro de Arena do Rio de Janeiro, dirigido por Augusto Boal e protagonizado por Zé Kéti, João do Vale e Nara Leão. Produzido com apoio do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE, o espetáculo juntava música de temática política e social com textos de Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, Paulo Pontes e Armando Costa. Fonte: Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/podem-me-prender-podem-me-bater>>. Acesso em: 21/05/2019.

no meio estudantil. A segunda, com mensagem mais impactante, data de 1973, tem o título *Atenção*, e foi criada quando o autor fazia parte da guerrilha armada e acabara de sair da prisão.

As palavras que a autora Jéssica Venceslau utiliza para se referir à obra *Lute*, em sua dissertação de mestrado intitulada *Arte a mão armada: vanguarda e resistência em Carlos Zílio (1966-1970)*, trazem uma interpretação que nos parece correta.

Através da análise da obra *Lute*, de Zílio, analisaremos o fim de um processo que não foi só pessoal. Após a intensificação da repressão (refletidos no Ato Institucional-5 em 1968, por exemplo) pela ditadura brasileira, novas questões se colocam a estes artistas que, como Zílio, buscam respostas à altura. Zílio apostou em *Lute* como a radicalização necessária para combater uma repressão que também se radicalizava (VENCESLAU, 2016, p. 29).

Imagem 26: Carlos Zílio. *Lute*. 1967



Fonte: Site *Enciclopédia Itaú Cultural* (2017). Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra43373/lute>>. Acesso em: 13/09/2019.

Olhando objetivamente para a imagem de *lute*, vemos uma caixa metálica destampada (que era na verdade a marmitta de alumínio mais usada na época pelos trabalhadores brasileiros, que

levavam nesse recipiente o almoço pronto de casa, e o requeimavam na empresa⁵⁴), contendo um rosto humano modelado e pintado na cor amarela no qual está escrita a palavra “lute”, em letras vermelhas. Considerando seu contexto histórico, podemos interpretar que a caixa é uma referência à opressão e à tentativa de enquadramento de todos os indivíduos às determinações do regime. Embora a marmita esteja aberta, o rosto dentro, moldado em gesso, representa tanto essa tentativa de engessamento dos indivíduos, impedidos de se manifestarem, como o aprisionamento dos insubmissos, que pode se referir à censura, à prisão física e a os outros tipos de privação da liberdade, que eram cometidos pelo regime militar. Percebemos, ainda, a intenção do autor de expressar, através da palavra lute, a mensagem de que a única forma de saída desse aprisionamento é através da luta. A marmita contendo dentro dela o rosto inerte, que representa o trabalhador acomodado ou indolente, que aceita ser explorado, ultrajado e violentado, sem reagir. “Lute” é o reverso, a advertência ao trabalhador por melhores condições de trabalho e respeito e por um salário mais justo, para que possa viver com dignidade e com liberdade.

Na figura a seguir (Imagem 27), a obra de arte *Atenção* (referência velada a “Há tensão”), produzida também por Carlos Zílio no ano de 1973, quando a guerrilha urbana já estava em sua fase final. O autor, um artista e guerrilheiro que chegou a ser alvejado e preso pelo regime, acabara de sair da cadeia quando a executou e tinha certamente a alma marcada a ferro quente pelo fantasma da tortura. De acordo com Venceslau (2016), a prisão do artista plástico ocorreu em 1970, quando a repressão investigava militantes da organização guerrilheira Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB) após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos em 1969, episódio que será descrito de forma detalhada no próximo capítulo. Apesar de não haver participado diretamente do sequestro, Zílio participou de outras ações da DI-GB e circulava com guerrilheiros que participaram diretamente do ato supracitado. Carlos Zílio, como demonstrou Venceslau, produziu algumas outras obras de protesto contra o governo militar, mas a obra *Atenção* tem um valor especial pelo fato do artista tê-la criado a partir da terrível experiência da tortura, após deixar os obscuros porões da ditadura.

⁵⁴ Nessa época as empresas não possuíam refeitórios e o sistema de ticket refeição, que seria criado ainda durante o regime militar, foi introduzido somente em 1976.

Imagem 27: Carlos Zílio. *Atenção*. 1973.



Fonte: Site *Enciclopédia Itaú Cultural* (2017). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra64838/atencao>. Acesso em: 15/09/2019.

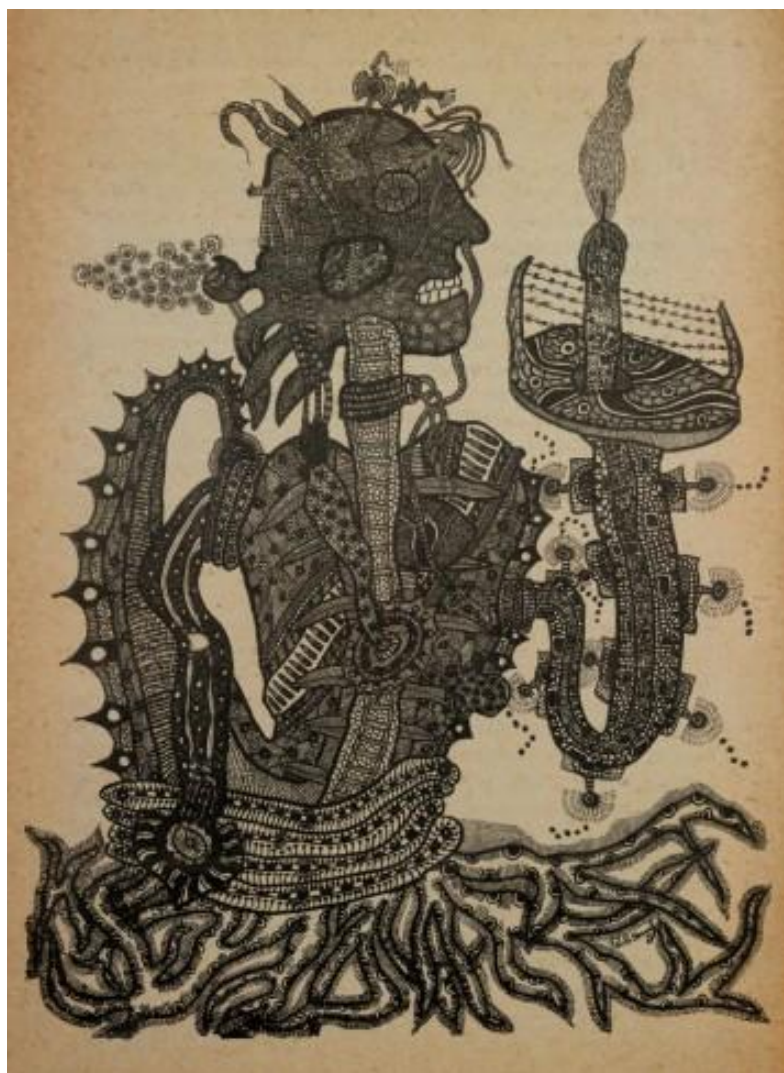
A imagem é uma pintura bem simples, porém sua mensagem é direta e representa um dispositivo macabro que muitas vezes foi usado de forma sádica até tirar a vida do torturado. O desenho retrata um alicate com uma poça de sangue nas pontas (cujo contorno sugere, curiosamente, um cérebro), o que remete ao instrumento que os torturadores usavam para cometer diferentes atrocidades, entre elas arrancar dentes de torturados, um ato que nos causa calafrios só de imaginar. Poderia representar também uma simplificação da Coroa de Cristo, instrumento de tortura ao qual foi submetida Aurora Maria Nascimento Furtado, jovem guerrilheira da ALN a quem já nos referimos.

Outro artista perseguido pela ditadura militar por buscar na arte a subversão ao instituído foi o pernambucano Paulo Bruscky. Escolhemos sua obra *O Guerrilheiro* (1969), para enriquecer nossa proposta de ligação entre a arte e o período em estudo. Para analisar a obra de Bruscky recorreremos ao artigo *Paulo Bruscky e a liberdade do olhar* (2011), da psicanalista e artista visual Ana Lúcia Mandelli de Marsillac. Segundo a autora, Bruscky foi preso três vezes durante o período ditatorial, sendo sua arte sempre irreverente e questionadora.

A atitude do artista retrata a sua inconformidade e insubmissão às regras e mordanças impostas pelo regime ditatorial. Sua arte é uma brecha de liberdade, torna-se um meio de expressar sua inconformidade àquilo que busca silenciar, enquadrar, adestrar e, em muitos casos, chegava a matar e torturar os chamados rebeldes (MARSILLAC, 2011, p. 1302-1303).

Segue abaixo a reprodução da obra *O Guerrilheiro*, produzida por Bruscky em 1969:

Imagem 28: Paulo Bruscky. *O Guerrilheiro*. 1969.



Fonte: Site *Portal Cultural PE*. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/artesvisuais/exposicao-pernambuco-cena-contemporanea-chega-ao-museu-do-estado/>>. Acesso em: 02/04/2020.

De acordo com Marsillac (2011) essa obra de Bruscky, assim como o próprio artista, é um híbrido, uma mistura de muitos elementos. A autora cita tentáculos entrelaçados, que querem fazer novos laços, formar redes e buscar contatos. E complementa sua análise dizendo que a criatura leva na mão uma chama que ilumina caminhos e que possibilita enxergar rotas de fuga em meio às trevas da ditadura. Complementarmente à interpretação da autora, nossa análise nos mostra uma cerca de arame farpado em volta do que Marsillac enxerga ser a “mão” da criatura

abstrata. Esse arame pode ser interpretado como o cerco da polícia à atuação da guerrilha no país. Outro elemento visual presente na arte de Bruscky é uma corrente amarrada ao pescoço da criatura. Essa alegoria pode ser entendida como a corda no pescoço de guerrilheiros capturados, ou o sufocamento da ação guerrilheira pelo regime. Por fim, podemos inferir que os tentáculos em rede expostos pela autora podem ser uma alusão à conectividade entre grupos guerrilheiros em suas atividades e destes com outros setores sociais ligados à guerrilha, cuja atuação tinha um caráter de auxílio ou apoio, como se deu, por exemplo, com os padres dominicanos. Alternativamente, talvez se possa aventar que essa figura monstruosa ou diabólica seja, na verdade, uma forma irônica do artista representar como os militares viam os guerrilheiros.

Abordaremos agora um outro tema que caracterizou o regime militar, o ufanismo, utilizando para isso imagens marcantes da publicidade governamental que pregava um desenvolvimentismo patriótico, ao mesmo tempo em que nos porões do DOPS e DOI-CODI o sofrimento provocado pela tortura ecoava por meio de gritos assustadores. A exposição de imagens alusivas a essas propagandas tem por objetivo demonstrar a contradição entre seu suposto conteúdo patriótico e atuação obscura da ditadura militar nas mais diversas áreas, incluindo a economia, que apenas parecia ir bem. A propaganda é como uma obra de ficção: temos de ter cuidado para não incorrer em anacronismos. O que queremos dizer é que a propaganda deve ser analisada de acordo com o período histórico em que foi lançada. Como exemplo podemos citar antigas propagandas de cigarro com imagens de atletas fumando, o que hoje seria ridicularizado pela opinião pública, pois sabe-se agora o quão danoso é o cigarro para a saúde humana e para o desempenho esportivo, por consequência. Na época em que tais propagandas foram veiculadas a ideia existente sobre o consumo do cigarro não era a mesma de hoje, e o objetivo não era dizer que o cigarro era benéfico, mas sim vender o produto a partir da imagem do atleta. Em *Propaganda de lá para cá*, a publicitária Marília Graf afirma que os anos de chumbo foram o período mais repressivo e violento da ditadura e ao mesmo tempo o mais ufanista. Enumerando vitórias do Brasil em eventos esportivos, como o tricampeonato mundial de futebol em 1970, a conquista do título de Fórmula 1 por Emerson Fittipaldi e as conquistas de medalhas na Olimpíada de Munique, a autora complementa a ideia tomando como exemplo o jingle “90 milhões em ação, pra frente Brasil, do meu coração” (GRAF, 2005, p. 103).

Em tom de ironia, fazendo referência ao que o governo tentava passar para sua população na época, o historiador e ex-guerrilheiro Daniel Aarão Reis relata que por debaixo das asas do

terror representadas pelo AI-5, o governo transmitia em suas propagandas a construção de um país próspero e dinâmico. Em paralelo à violência repressiva do governo, o autor relata que o desenvolvimentismo deixou o país transformado em um imenso canteiro de obras e a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo no México serviu de reforço ao patriotismo otimista dos militares (REIS, 2000).

Martelavam-se os slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: Pra frente Brasil; Ninguém segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente (REIS, 2000, p. 56).

A historiadora Lara Denise Muntaser, em sua dissertação de mestrado intitulada *O poder da comunicação no Regime Militar Brasileiro: Uma análise crítica* apoia-se na obra *Reinventando o otimismo*, de Carlos Fico, para analisar as peças publicitárias de caráter ufanista, utilizadas pelo Governo militar. Segundo a autora, Fico considera que o governo militar recorreu ao uso de princípios otimistas e técnicas de comunicação para fazer germinar um sentimento de otimismo, pertencimento e nacionalismo que remetem ao período colonial do Brasil. Muntaser menciona, ainda, que “o autor explica que, obviamente, a questão da reutilização de princípios não significa a sua cópia em um período posterior, mas sim uma espécie de paráfrase, que seria cabível ao governo vigente”, e que a perspectiva otimista martelada pela comunicação institucional foi consolidada como meta plausível para o governo golpista nos anos de acelerado crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro. No ano de 1973, o ex-presidente militar Emilio Garrastazu Médici argumentava que os resultados do ano anterior colocavam o Brasil na vanguarda dos países de maior crescimento econômico e progresso social, ainda que comparado com grandes nações bem industrializadas (MUNTASER, 2017, p. 5-6).

Ao abordar o ufanismo publicitário utilizado como dispositivo de alienação pelo governo militar, é indispensável citar o órgão propagandista do governo Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas). De acordo com Muntaser:

Em 1968, foi criada a Aerp, oficializada pelo decreto nº 62.119 de janeiro de 1968. Carlos Fico (1997, p. 92) enfatiza que a Aerp era inicialmente uma assessoria, em vez de ser considerada como um serviço nacional. O Decreto nº 62.119 não trata exclusivamente da sua criação, mas entre uma e outra providência, criava a Aerp: “Timidamente, envergonhadamente, disfarçadamente, como quem não quer nada”, no dizer de Octávio Costa (MUNTASER, 2017, p. 10).

Analisaremos agora algumas dessas propagandas que representaram o patriotismo ufanista pregado pelo governo em plenos anos de chumbo. O governo alimentava através dessas

propagandas seu auto enaltecimento perante a opinião pública e ao mesmo tempo deixava mensagens subliminares aos opositoristas. Essas propagandas possuíam uma espécie de mensagem direta com escassez de alegorias. Ao mesmo tempo em que o governo censurava meios de comunicação, apelava à propaganda ufanista para se comunicar com os cidadãos.

Imagem 29: Propaganda governamental com slogan “Este é um país que vai pra frente”.



Fonte: Site *Research Gate* (2016). Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Este-um-pais-que-vai-pra-frente_fig2_312417197>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

A propaganda acima (Imagem 27) contém as figuras de três pássaros estilizados, em gradações das cores da bandeira brasileira, remetendo, assim, ao patriotismo. Os pássaros desenvolvem um voo sincronizado, em plena ascensão para frente e para o alto, remetendo ao crescimento e desenvolvimento econômico do país, como propaganda de enaltecimento das realizações do governo militar. Entretanto, o desenvolvimento ocorria de forma centralizada e à custa da miséria espalhada nos cantos mais remotos, lugarejos para os quais o governo não olhava e muitos cidadãos provavelmente não tinham sequer o acesso a essas publicidades.

Imagem 30: Propaganda governamental da semana da pátria.



Fonte: Site *Labirinto Brasil* (2012). Disponível em: <<http://labirintobrasil.blogspot.com/2012/07/ufanismo-no-brasil.html>>. Acesso em: 16/09/2019.

A propaganda mostrada na Imagem 30 acima teve seu lançamento feito na semana da pátria nos anos 70 e traz a bandeira brasileira desfraldada no alto de um mastro, contra um céu azul. Logo abaixo da bandeira, lê-se em letras garrafais a frase “Ninguém mais segura este país”. O patriotismo é o elemento chefe nessa imagem. A citada frase refere-se utopicamente a um Brasil que crescerá em níveis desmesurados. Esse símbolo nacional era largamente utilizado na propaganda política dos militares, mas contraditoriamente impedia os cidadãos comuns de o utilizar sob qualquer pretexto, como o artístico, por exemplo. Sabe-se de inúmeros artistas que foram processados e presos por terem usado a bandeira brasileira em suas obras. O termo “ninguém mais segura” pode ser interpretado pela ideia de que havia sujeitos que não queriam aquele Brasil e, apesar disso, de modo algum impediriam seus “avanços” guiados pelas mãos de ferro das lideranças das Forças Armadas.

Sobre o slogan “ninguém mais segura este país”, a interpretação de Muntaser certamente enriquece a análise da propaganda:

“Ninguém mais segura este país” é um dos slogans que constituem os pilares da campanha ufanista do regime militar. Sugere que o progresso é certo e, de forma implícita, menciona possíveis entraves que continham este progresso no passado. O anúncio ostenta a bandeira com o céu ao fundo, representando mais uma sugestão da ausência de barreiras para que este progresso seja

alcançado. O caráter otimista da campanha é indispensável para que se ignorasse os problemas vivenciados na esfera social, econômica e política. Além disso, é corroborado pelo chamado “milagre econômico” – crescimento sem aumento da inflação – fenômeno temporário que marcou a economia brasileira de 1969 a 1973 devido à utilização da capacidade ociosa industrial (MUNTASER, 2017, p. 18).

Imagem 31: Propaganda governamental com slogan “Brasil: Ame-o ou deixe-o”.



Fonte: Site *Memorial da democracia* (ano não disponível). Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/90-milhoes-em-acao-pra-frente-brasil>. Acesso em: 16/09/2019.

Redundantemente, o patriotismo também é o principal elemento dessa propaganda oficial da ditadura (Imagem 31), cujo slogan era “Brasil: Ame-o ou deixe-o”. Tratava-se, na verdade, de uma advertência às vozes dissidentes ou aos opositores do regime: ou mudavam de atitude ou inevitavelmente deveriam sair do país. O termo “deixe-o” era impositivo e não opcional, pois aqueles que eram contrários às determinações do poder, e, por extensão, ao amor patriótico solicitado pelos militares nessa propaganda, deixariam o país à força, ou, como já escrevemos, desapareceriam nos porões do DOPS e DOI-CODI. De forma mais geral, concordamos inteiramente com a análise de Muntaser:

A peça acima foi amplamente divulgada pelo governo militar no período ditatorial e se insere no chamado “ufanismo”. O termo é relacionado à imagem que os militares buscavam criar de um novo Brasil eficiente, ordeiro, otimista e voltado para o crescimento econômico até que atingisse níveis de potência mundial. A propaganda ufanista buscava elucidar e valorizar o Brasil diante do resto do mundo exaltando o sentimento de nacionalismo e principalmente de esperança em um futuro promissor que o governo poderia proporcionar (MUNTASER, 2017, p. 17).

Dentro dessa complexa rede de acontecimentos que foi o regime militar, nosso primeiro assunto nesse capítulo foram as manifestações estudantis e o caráter repressivo da polícia, ressaltando as mortes de dois estudantes secundaristas, um no restaurante Calabouço, em episódio ligado à *Sexta-Feira Sangrenta*, no Rio de Janeiro, e outro na guerra da Rua Maria Antônia, em São Paulo.

Na sequência, discorreremos sobre o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, e das mazelas geradas na sociedade brasileira pelo fechamento do regime, enfatizando a censura, expatriações forçadas, torturas e incontáveis desaparecimentos de pessoas. O último assunto do capítulo foi o caráter cínico e ufanista do governo militar, que exaltava a prosperidade econômica e o patriotismo em suas propagandas, enquanto parcelas significativas da população viviam em situação de extrema miséria e alguns setores viviam clandestinamente, sujeitos a prisão acompanhada de tortura e a outras atrocidades cometidas pelos agentes do estado.

O entendimento dos acontecimentos envolvendo a luta armada está ligado ao contexto abordado nesse segundo capítulo, pois sabe-se que uma grande parte dos quadros guerrilheiros era formada por estudantes que participavam ativamente do movimento estudantil, oposicionista ao regime militar. Vale lembrar que apesar de a maioria do contingente da guerrilha urbana ser composta por estudantes, nem todos os estudantes desse movimento aderiram às ações guerrilheiras. Esse dado nos motivou a analisar de forma mais detalhada o diálogo entre estudantes e ditadura. O momento do fechamento do regime, do aumento da repressão ao movimento estudantil e da ocupação militar das universidades brasileiras coincide com a adesão massiva de estudantes à luta armada. Nosso objeto de estudo, a Ação Libertadora Nacional, assim como outros grupos da luta armada no país, tem seu contingente guerrilheiro majoritariamente composto por esses estudantes egressos dos protestos estudantis e das universidades.

No próximo capítulo será analisada de forma mais abrangente a Ação Libertadora Nacional, esclarecendo que a análise se encerra no episódio da morte de Carlos Marighella. Considerado por muitos autores como o mais importante dos grupos guerrilheiros, o que não achamos conveniente afirmar, nosso objetivo é aprofundar a discussão sobre a forma de atuação da organização, de maneira a trazer à baila sua base ideológica, seus agentes e suas ações armadas. Sem a pretensão de esgotar o assunto, a análise respalda-se nas fontes de informação disponíveis ou às quais nos foi possível ter acesso, enredando no discurso imagens que levantamos sobre os fatos, as quais não são inseridas no trabalho como meras ilustrações, mas, como documentos ou testemunhos de nossa história recente, que contribuem para reforçar pontos de vista e, em alguns casos, até para subverter os discursos oficiais, enriquecendo assim nosso estudo.

Capítulo 3 – Ação Libertadora Nacional: violência gera violência

3.1 - ALN, a origem

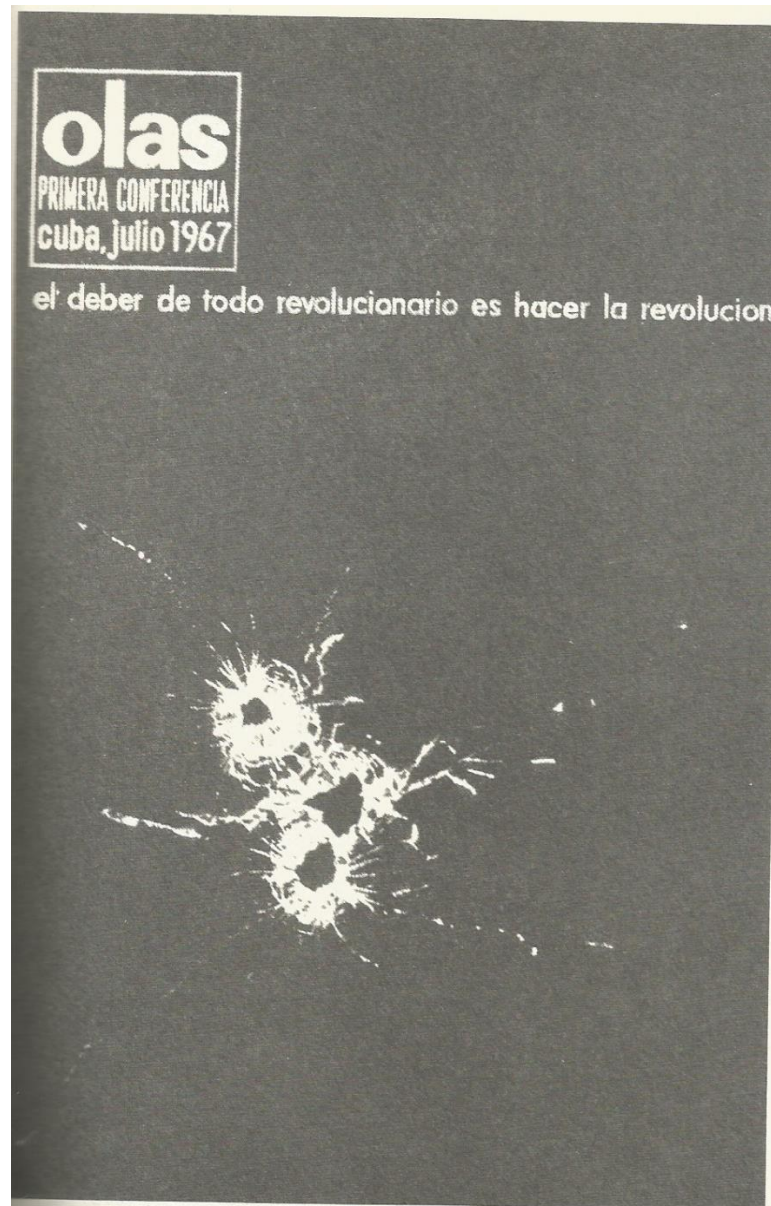
A *Ação Libertadora Nacional* é considerada pelos estudiosos do tema como o mais notório grupo guerrilheiro no quadro da luta armada que combateu a ditadura militar. A trajetória de Carlos Marighella e o conseqüentemente o surgimento da ALN foi fortemente influenciada pela *Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)*⁵⁵ realizada no ano de 1967. De acordo com Emiliano José (1997), os cubanos promoveram a Conferência da OLAS com o intuito de estimular a revolução na América Latina.

No ano em que essa conferência aconteceu, Cuba mantinha relações diplomáticas com a União Soviética, porém adotava posicionamento distinto em relação ao processo revolucionário. O PCB, partido ao qual pertencia Marighella, seguia a linha política adotada pela URSS de buscar transformações sociais através de conciliação pacífica com a burguesia dominante e de desaprovação a iniciativas revolucionárias desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por esse motivo, o partido recusou o convite para comparecimento à Conferência da OLAS, mas Carlos Marighella decidiu ir por conta própria. Emiliano José (1997, p. 219) cita o lema revolucionário que Marighella usou como justificativa para sua ida à Conferência: “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, lema do evento. Depois da conferência Marighella passa a defender a importância de desencadear a revolução no Brasil e na América Latina. O historiador Muniz Ferreira, em seu artigo *Carlos Marighella: Revolução e antinomias*, lembra que antes da ida de Marighella à Conferência da OLAS, muitos militantes abandonaram o PCB descrentes quanto às conseqüências a que os debates internos do velho partido poderiam levar e com as reais possibilidades de deflagrar uma “guerra de guerrilhas” (NOVA & NÓVOA, 1999).

O cartaz oficial da primeira Conferência da OLAS pôs em destaque a citada frase que seria repetida muitas vezes por Marighella, como uma espécie de lema preconizador da implantação da guerrilha no Brasil, como veremos mais adiante neste trabalho.

⁵⁵Conferência realizada em Cuba entre 31 de julho e 10 de agosto para a articulação da ação revolucionária no continente americano. Emiliano José, *Marighella: O inimigo número um da ditadura militar*, 1997, p. 219.

Imagem 32: Autor desconhecido. Cartaz da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade. 1967.



Fonte: Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, 2012.

O cartaz da Conferência da OLAS (Imagem 32) tem fundo escuro com três marcas de tiro no centro representando a luta armada, fator ideológico que Cuba se propôs a disseminar pelos países da América Latina. Abaixo do título OLAS encontra-se a supracitada frase “El deber de todo revolucionário es hacer la revolucion”. Marighella posteriormente faria uso ideológico dessa frase em seus escritos, após a deflagração da guerrilha armada.

Marighella permaneceu cinco meses em Cuba e tornou-se o homem de confiança de Fidel Castro no Brasil. Para Muniz Ferreira (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 221), “Marighella foi a personificação brasileira de uma estratégia de ação continental sob a influência direta da

Revolução Cubana: a guerra de guerrilhas latino-americana”. Essa viagem de Marighella representou uma nova fase em sua vida, marcando o surgimento de uma nova organização fundada por ele e Joaquim Câmara Ferreira⁵⁶ e seu desligamento definitivo do PCB. Segundo Gorender (1987), a consumação da expulsão de Marighella teve como resposta a formação do *Agrupamento Comunista de São Paulo*⁵⁷. Surgido no mês de fevereiro de 1968, o Agrupamento Comunista já se formou voltado para ações características da luta armada, opondo-se, portanto, à tradição partidária do PCB. O texto intitulado *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, traz argumentos contrários à criação de um novo partido político devido à rotina burocrática que caracterizava esse tipo de organização, argumentando que isso implicaria no travamento da luta revolucionária (GORENDER, 1987).

A sigla Ação Libertadora Nacional substitui o nome Agrupamento Comunista de São Paulo no final de 1968, e o conceito teórico e ideológico adotado pelos escritos da organização guerrilheira não se limitava à simples cópia da teoria oficial cubana, mas faz a adaptação à experiência brasileira. Muniz Ferreira (NOVA & NÓVOA, 1999, p. 230) comenta sobre o nome Ação Libertadora Nacional que “nada neste nome sugere a existência de um partido político, frente de massas ou uma aliança para a revolução; denota-se apenas o elogio da prática”. Gorender (1987) compara essa fase da ALN à linha de pensamento de Carlos Marighella e à do anarcossindicalista francês Georges Sorel. As semelhanças levantadas pelo autor são o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo. Para corroborar sua comparação o autor aponta o líder da ALN como o revolucionário que pregou o terrorismo de esquerda mais explicitamente.

Segundo descreve Frei Betto (2006), o programa básico da ALN visava a derrubada da ditadura militar, a formação de um governo revolucionário, a expulsão dos norte-americanos do país, a expropriação dos latifundiários, a melhoria das condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias, o fim da censura, colocar o Brasil como nação independente e retirá-lo da posição de satélite da política externa dos EUA. A organização reuniu, sobretudo, a juventude despertada politicamente pelo movimento estudantil.

O princípio organizativo da ALN também tinha certa semelhança com o anarquismo – herança que emana não apenas do já citado teórico francês Georges Sorel (1847-1922), mas também do russo Mikhail Bakunin (1814-1876), do francês Jean Jacques Reclès (1830-1905) e do italiano

⁵⁶ Co-fundador da ALN, juntamente com Carlos Marighella, Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto e Oswaldo Lourenço. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 95.

⁵⁷ Nome prévio da Ação Libertadora Nacional. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, p. 95.

Errico Malatesta (1853-1932) (INÁCIO, 1995, p. 83 e seguintes) – pelo fato de não possuir direções centralizadoras e escalões intermediários, mas pela “combustão entre festa e política”⁵⁸ que estabeleciam os líderes da organização. A composição da organização incluía grupos com total liberdade de iniciativa para a ação revolucionária. Ainda segundo Inácio (1995, p. 69), embora o anarquismo tenha sido associado pelos estudiosos do tema a dois períodos históricos fundamentais, no Brasil: o da classe operária industrial e o das esquerdas, ele considera que no nosso país o anarquismo tem outros significados e desdobramentos, remontando ao Cangaço, ao Contestado e até aos movimentos artísticos, a começar pela Semana de Arte Moderna de 1922⁵⁹. Os signatários desses movimentos revolucionários de vinculação anarquista conseguiram captar “os vínculos indelévels entre a revolução e a festa”, promovendo “efetivas rupturas com a ordem estatal e capitalista”, acreditando utopicamente na possível “emergência de um novo mundo”, em um processo “sublime em que o prazer do caos convive intimamente com o desejo de construção”. (INACIO, 1995, p. 13, citando NOVAES, 1990, p. 262). Essa angulação contribui para a compreensão de determinadas práticas dos comandos coordenados, utilizados somente em atos de maior envergadura, envolvendo mais de um grupo, tal como observa Gorender: “o princípio tático da ação direta militar (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo do *grupismo* permitem caracterizar a concepção marighellista como a de um *anarcomilitarismo*” (1987. p. 97).

Abre-se aqui um parêntese para a análise da comunicação visual do símbolo da Ação Libertadora Nacional. Não foram encontradas nas fontes bibliográficas pesquisadas, incluindo sites de busca na Internet, informações sobre o criador do cartaz da ALN.

⁵⁸ Essa relação deriva do pensamento do teórico russo Bakhtin, que destaca que a festa desde tempos remotos se coloca como uma das principais necessidades humanas, ganhando ao longo da história nomes diferentes, como farra, folia, folguedo, festividade, etc. Essa designação era usada tanto para o culto aos deuses como aos soberanos, envolvendo tanto o êxtase como a violência. A festa funciona, portanto, como “elemento de descarga de tensões acumuladas, pois quando em festa o cotidiano e as desventuras são esquecidos e vive-se esse momento intensamente, como um tempo de eternidade” (BAKHTIN, in INÁCIO, 1995, p.13).

⁵⁹ Vale citar, no entanto, que as ideias anarquistas contaminariam também os líderes dos movimentos revolucionários, sindicatos, membros da Igreja Católica e a chamada imprensa alternativa, underground, também chamada de “imprensa anarquista”, que tomou grande impulso no país após o golpe militar, como informa Inácio (1995).

Imagem 33: Símbolo da ALN



Fonte: Site *Memórias da ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/luta-armada-soma-acoes/>>. Acesso em: 15/12/2019.

Entretanto, isso não impede que se faça a análise dos elementos principais situados no centro da imagem, que configuram a mensagem ideológica da organização: uma mão de punho cerrado segura uma arma, o que simboliza a junção do caráter revolucionário da organização com a ideia da luta armada. Percebe-se também que o contorno da mão tem a forma do mapa do Brasil, o que permite associá-lo ao local de origem do grupo revolucionário ou à intenção de demonstrar um sentimento de patriotismo e a vontade de congregar e envolver, utopicamente, todos os brasileiros nas lutas de contraposição a um governo militar aliado a interesses estrangeiros. Ao lado da imagem central está a sigla ALN na vertical, com uma mira de arma de fogo próxima da letra L, elemento que remete à ideologia da guerrilha armada. Há ainda uma frase de impacto e de conteúdo explícito quanto ao uso de armas na luta revolucionária: “Trabalhador arme-se e liberte-se”. Essa frase chama o trabalhador brasileiro para a luta imediata pela libertação do país. Sobre essa frase cabe uma consideração: apesar de estar direcionada ao trabalhador, já vimos que o grande contingente de participantes da luta armada, no geral e não especificamente da ALN, eram estudantes de classe média oriundos do movimento estudantil.

3.2 - Grupos táticos e ações da ALN em 1968.

Antes de abordar os acontecimentos relativos à deflagração da luta armada pela ALN, é pertinente descrever, mesmo que de forma rápida, sua estrutura organizacional. Na obra *O Fantasma da Revolução Brasileira* (RIDENTI, 2010), o autor insere importantes depoimentos de militantes de grupos guerrilheiros atuantes no país, por ele entrevistados, entre eles Takao Amano e Paulo de Tarso Venceslau, ambos ex-integrantes da Ação Libertadora Nacional, que ajudam a esclarecer sobre a estrutura e as formas de ação da organização. Takao Amano coloca como núcleo principal da organização o grupo de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dividido em três setores: o de massa, o de infraestrutura para a guerrilha rural e o dos Grupos Táticos Armados. Paulo de Tarso Venceslau descreve a estrutura de forma um pouco mais detalhada: O Grupo de Trabalho Estratégico (GTE) era ligado ao campo e responsável pela implementação da guerrilha rural; o Grupo Tático Armado (GTA) cuidava das ações armadas em área urbana, tais como assaltos, sequestros, justiçamentos e atentados a bomba. Além desses dois troncos principais, o Grupo de Ação (GA), ligado ao movimento estudantil, era responsável por atos menores como tomar armas de policiais e executar o tombamento de viaturas nas ruas. Venceslau complementa que acima do GTE, GTA e GA estavam o Conjunto Regional e Nacional.

Uma aparente contradição presente no desencadeamento da guerrilha urbana, e não nos referimos somente à ALN, está exatamente no fato dos assaltos, ou expropriações, como eram chamados internamente, terem por objetivo declarado arrecadar fundos para financiar a guerrilha rural. Como vimos, levadas de brasileiros participaram, nessa mesma época, de treinamento intensivo em selvas cubanas como preparação para a luta no campo. No geral, porém, o que hoje é chamado de luta armada se restringiu a uma série de ações – assaltos, assassinatos e sequestros – nos centros urbanos, jamais chegando ao campo, como veremos adiante. A única guerrilha que se instalou na área rural não realizava luta armada nos centros urbanos (1987).

Sobre as ações iniciais da ALN, Jacob Gorender (1987) considera que os órgãos policiais ficaram sem reação, e categoriza os assaltos por sua técnica sofisticada e frequência constante. Antes de 1967, assaltos a banco dificilmente ocorriam mais de duas vezes em um mesmo ano. Em 1968, porém, só na capital de São Paulo os assaltos atingiram onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador. Outra característica descrita por esse autor é que

enquanto criminosos comuns roubavam diretamente os caixas e os clientes, nos assaltos realizados por guerrilheiros o objetivo era chegar aos cofres.

Os atos armados da ALN foram descritos de forma detalhada pelo jornalista Mário Magalhães, em sua obra *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012). Apoiado em entrevistas com 256 pessoas, consultas a 32 arquivos públicos e privados de 5 países e com bibliografia referencial somando em torno de 600 títulos, esse trabalho pode ser entendido como a biografia mais aprofundada já escrita sobre o líder da ALN

No decorrer de 1968 os grupos armados da ALN cometiam assaltos sem se identificar, o que era justificado por Marighella como uma estratégia de ganhar tempo para acumular poder de fogo, enquanto a polícia acreditava estar lidando com bandidos comuns. A revista francesa *Les Temps Modernes*, editada pelo filósofo e escritor Jean Paul Sartre, expôs um documento publicado pela ALN, cujo título era “*O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária*”. Esse documento relatava que nas primeiras ações os grupos armados pegaram o inimigo de surpresa e ele acreditou que eram crimes cometidos por marginais comuns, o que induziu a polícia a desperdiçar um ano seguindo pistas falsas.

As lições aprendidas nessas ações levaram a organização a estruturar seu primeiro Grupo Tático Armado (GTA), liderado pelo desenhista mecânico e guerrilheiro Marcos Antônio Braz de Carvalho, o Marquito (GORENDER, 1987).

Marcando o início dos atos de expropriação da organização, as duas primeiras ações da Ação Libertadora Nacional foram os assaltos ao Banco Francês e Italiano, em abril de 1968, e o assalto ao Banco Leme Ferreira, em julho de 1968 (MAGALHÃES, 2012).

Emiliano José (1997) descreve o planejamento do assalto da ALN ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. No trem alvo da ação trabalhava Raphael Martinelli⁶⁰, um dos planejadores do ato de expropriação. Durante dois meses antes da realização do assalto, Martinelli e outros ferroviários militantes da ALN fizeram o levantamento do funcionamento do trem, onde ficava o dinheiro, e até da distância que a locomotiva se arrastava após a ação de puxar os freios de forma brusca.

⁶⁰ Raphael Martinelli era operário e líder sindical desde 1940. Após o golpe de 1964, ingressou na militância de esquerda e ajudou a fundar a ALN. Site *Memorial da Resistência de São Paulo*. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&idEntrevista=16&id_Entrevisado=74&mn=56>. Acesso em: 27/02/2020.

De forma mais detalhada, o assalto ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, conforme relata o jornalista Mário Magalhães, ocorreu em 10 de agosto de 1968 por um comando composto por guerrilheiros da ALN liderados por Marquito. Essa ação foi rápida, durando menos de dez minutos, e nela foram roubados 108 mil cruzeiros novos, valor hoje correspondente a 576 mil reais. As autoridades desconfiaram que os autores do assalto eram terroristas devido ao “tratamento cortês” dispensado aos presentes. A polícia declarou que o ocorrido “era obra da quadrilha da metralhadora⁶¹” (MAGALHÃES, 2012, p. 388). Jacob Gorender classifica esse assalto como a ação mais sensacional realizada pelo comando armado da ALN (1987). O jornalista Elio Gaspari (2002), em *A ditadura escancarada*, menciona que essa foi a ação armada de maior envergadura idealizada pessoalmente por Carlos Marighella. A ditadura, por sua vez, atribuía a Marighella, além de todas as ações da ALN, muitos atos guerrilheiros praticados por outros grupos. Muitas vezes essa mistificação da imagem do líder guerrilheiro, como por exemplo, considerá-lo o inimigo público número um do regime militar, destoava do real potencial de Marighella. Talvez se possa afirmar que os escritos de Marighella, com o radicalismo de suas ideias aumentando gradativamente desde *Por que resisti* à prisão, até o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, contribuíram para a criação dessa imagem de um perigoso inimigo do regime militar. O radicalismo passado através das palavras do líder guerrilheiro, provavelmente influenciou na disposição para agir dos próprios membros da ALN que participaram dos comandos que atuavam nas capitais do país. Como exemplo disso, podemos citar o ímpeto e o sangue frio sempre demonstrados pelo comandante guerrilheiro Marquito. Para Gaspari, é correta a classificação de Gorender sobre o caráter “anarcomilitarista” do pensamento de Marighella, expresso em seu manual de guerrilha urbana (GASPARI, 2002).

Outro episódio marcante da trajetória da ALN foi o assassinato, ou justicamento, no jargão guerrilheiro, do capitão norte-americano Charles Chandler, que colocou a organização guerrilheira marighellista na mira da inteligência dos EUA. Imediatamente foi enviado ao Brasil o agente americano Peter Ellena para o acompanhamento das investigações do caso (GASPARI, 2002, p. 146). Chandler foi executado na manhã do dia 12 de outubro de 1968, ao sair de sua garagem, por rajadas de tiros da metralhadora de Marquito, em ação que contou com a ajuda de

⁶¹ Quadrilha internacional de assaltantes que agiu contra bancos, trens e carros-fortes ao longo do ano de 1968, com atuações registradas em cidades como São Paulo, Bogotá, Lima, Buenos Aires e Montevideú. Fonte: Site do jornal *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/08/1968-policia-prende-primeiros-suspeitos-da-quadrilha-da-metralhadora.shtml>>. Acesso em: 27/02/2020.

guerrilheiros da VPR⁶² (MAGALHÃES, 2012, p. 382). Na análise desse episódio deve-se considerar que a VPR tinha como uma de suas principais bandeiras a luta contra o imperialismo estrangeiro, e, como membro das forças armadas dos EUA, Chandler automaticamente podia ser considerado seu representante e, como tal, um inimigo. Por outro lado, pode-se olhar para esse acontecimento como um ato de radicalização e de covardia contra o ser humano, se aceitarmos o ponto de vista de que Chandler estaria no país por motivos meramente acadêmicos – realizava um curso de pós-graduação na *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, o que por si só também era motivo de suspeita – mesmo que aparentemente não tivesse envolvimento com o regime militar e nem com grupos radicais direitistas como CCC ou MAC. As duas interpretações citadas mostram que não se pode julgar de forma simplificada e acabada um episódio ocorrido em um momento delicado da história do Brasil em que a polarização política entre direita e esquerda se dava através de uma guerra violenta. Até porque, se a visão passada pela imagem confirma a violência da morte do jovem capitão americano, para os guerrilheiros, o ato de matar inseria-se na fronteira entre o “êxtase e a descarga de tensões acumuladas”, acima de tudo pelo ódio a ele atribuído por ter lutado na Guerra do Vietnã. Além disso, se os guerrilheiros justificavam suas ações em nome de um “clamor pela liberdade”, a simples presença de militares americanos no Brasil se contrapunha a esse ideal, pois significava sua impotência diante do inimigo, mas também a incapacidade do grupo de contribuir para a enunciação de um mundo melhor (INÁCIO, 1995, p.29).

Imagem 34: Autor desconhecido. Corpo do capitão Charles Rodney Chandler. 12/10/1968.



Fonte: Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/luta-armada>>. Acesso em: 13/09/2019.

⁶² Vanguarda Popular Revolucionária. Foi uma organização de luta armada, liderada por Carlos Lamarca, que atuou no combate à ditadura militar nos anos 1960.

A fotografia do cadáver do capitão Charles Chandler dentro de seu automóvel com o corpo ensanguentado sobre o banco do carro (Imagem 34) é marcada por forte ideologia política, substanciada pelo destaque dado ao livro que o militar dos EUA carregava no instante de sua morte, *The origin of the communist autocracy*, do escritor britânico Leonard Schapiro. Chandler serviu nas forças armadas dos EUA, lutando, como citado, na Guerra do Vietnã, e por isso, no momento de sua morte, foram espalhados pelos guerrilheiros panfletos apontando como causa de seu “justiçamento” os crimes de guerra cometidos contra o povo vietnamita. Além disso, os panfletos também homenageavam o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, que havia sido morto nas matas da Bolívia em 1967. É interessante observar que a mensagem contida nos panfletos dos guerrilheiros se contrapunha ideologicamente ao conteúdo do livro ao qual a vítima morreu abraçada. No *Mini-manual do guerrilheiro urbano* (1969) ao escrever sobre a ação de executar inimigos, Marighella diz que “execução é matar um espião norte-americano, um agente da ditadura, um torturador da polícia ou uma personalidade fascista no governo que está envolvido em crimes e perseguições contra os patriotas” (1969, p. 42). Considerando todos esses aspectos, a morte do militar, do ponto de vista guerrilheiro, representaria não uma execução covarde a sangue frio, mas, no tenebroso clima de guerra que o país atravessava à época, apenas que mais um agente inimigo fora derrotado. Não tendo real certeza das intenções da vítima no Brasil, nosso entendimento é que o ato contra o capitão Charles Chandler foi desnecessário e prejudicial aos guerrilheiros.

Por fim, a última ação espetacular da ALN antes do fechamento do regime foi a ação expropriatória ocorrida no final do ano de 1968. Essa é a operação em que ocorreram as primeiras perdas da ALN para a ditadura, com a prisão de um guerrilheiro e de suas prováveis confissões obtidas através de “interrogatório” policial. Ela se deu menos de um mês após o assassinato de Charles Chandler, no dia 7 de novembro, e se consumou em cerca de 3 minutos. Guerrilheiros da ALN, liderados novamente por Marquito, assaltaram o carro pagador do Instituto de Previdência do Estado de Guanabara (IPEG). O valor roubado foi de 121 mil cruzeiros novos, quantia correspondente hoje a 613 mil reais. Após o crime, o militante da ALN Paulo César Monteiro Bezerra, um jovem motorista que havia sido identificado por um sargento próximo ao local do assalto, foi preso em um posto de gasolina. A partir da prisão desse guerrilheiro, outras quedas de membros do grupo se sucederam (MAGALHÃES, 2012, p. 409-410).

Imagem 35: Autor desconhecido. Carro Pagador do IPEG. 1968.



Fonte: Mário Magalhães, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, 2012.

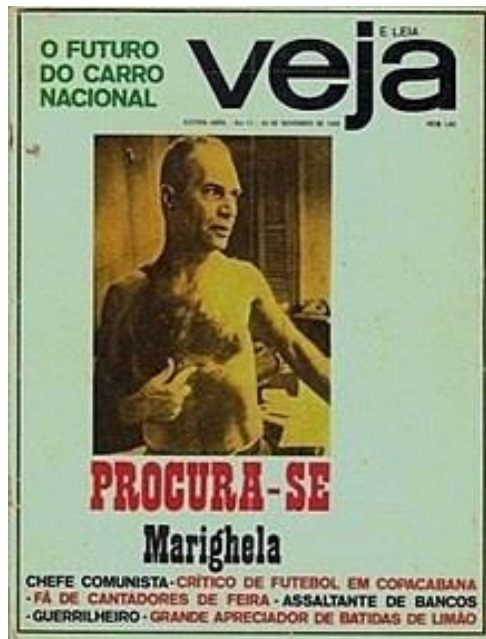
A fotografia acima (Imagem 35), provavelmente tirada após a ação expropriadora ao carro do IPEG, mostra o local onde ocorreu o ato guerrilheiro. Pode-se observar o carro pagador estacionado em frente ao Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, enquanto na calçada há um pequeno aglomerado de pedestres.

O mistério dos numerosos assaltos com requinte diferenciado, que até então a ditadura investigava às escuras e sem êxito, encerrou-se com esse último ato descrito acima, faltando exatamente um mês para o regime implantar o AI-5 (JOSÉ, 1997). Segundo cita Gorender (1987):

Em face da ausência do motorista no ponto combinado⁶³, Marighella correu para o aparelho na Pedra da Guaratiba e ainda teve tempo de levar o dinheiro confiscado. Mas o segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, a capa da revista *Veja* exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um (GORENDER, 1987, p. 99).

⁶³ A ausência citada refere-se ao motorista do assalto ao carro pagador do IPEG, Paulo Cesar Bezerra, que foi preso após ser reconhecido por um sargento da polícia. Até aquele momento, Marighella, que o esperava em local combinado, não sabia de sua prisão, mas deduziu que algo errado ocorrera justamente pelo seu não comparecimento ao encontro. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, p. 99.

Imagem 36: Capa da revista *Veja*. 20/11/1968.



Fonte: Site *Pinterest*. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/643522234229769545/>>. Acesso em: 01/05/2020.

Imagem 37: Capa do jornal *Última Hora* do dia 21/11/1968.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jornal *Última Hora*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acesso em: 31/03/2020.

A edição de 20/11/1968 (Imagem 36) da revista *Veja* mostra em sua capa a manchete “Procurase Marighella” [sic], enquanto o jornal *Última Hora* do dia seguinte (Imagem 37), estampa em primeira página o comunicado de Gama e Silva, ministro de estado, declarando Carlos Marighella como o inimigo público número um. Falando do Quartel General do II Exército, em São Paulo, o ministro disse que o ex-deputado liderava a “facção castrista do PCB” e sem dúvidas era o chefe do grupo terrorista que vinha agindo no país inteiro. Notam-se aí dois detalhes sobre o momento da publicação do periódico: o primeiro é que o Estado não identificara até então a sigla ALN, chamando o grupo de “facção castrista do PCB”; segundo, que Gama e Silva acusava Marighella de liderar o grupo terrorista que agia em todo o país, quando se sabe que não se tratava de um único grupo, mas, de muitos. Conclui-se, então, que o governo militar não sabia nesse momento sequer o número de organizações ou facções que atuavam na luta armada.

Quase 50 dias após a ação envolvendo o IPEG, em 28 de dezembro de 1968, com o AI-5 em plena vigência, ocorreu a ação contra a indústria de explosivos Rochester, com a participação do maior número de combatentes da guerrilha brasileira. Nela foram utilizados mais de dez automóveis. Na linha de frente estava o Mercedes-Benz do publicitário Carlos Knapp, com Marquito no banco do carona. De acordo com Magalhães, todos os carros estavam com as placas adulteradas com fita isolante. Eram mais de 18 horas quando o comboio guerrilheiro parou em frente à Indústria de explosivos Rochester, no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Ao arrebentar o cadeado do portão da frente, Marquito se fez passar por policial do DOPS. O comandante da ALN alegou que a empresa operava de forma irregular e que trouxera consigo um mandado de apreensão. Os guerrilheiros encheram os carros com quinhentos e cinquenta e sete quilos de dinamite granulada divididos em vinte e três caixas de madeira. Levaram também duzentos quilos de clorato de potássio. Antes de irem embora, Marquito entregou uma falsa carta de intimação judicial à empresa Rochester. Quando os funcionários leram a carta viram que o nome do oficial de justiça que assinava o documento era Carlos Marighella (MAGALHÃES, 2012).

Ao encerramento do ano de 1968, a ALN entrou em debate sobre o elevado número de assaltos que a organização efetuou. Alguns militantes do grupo contestavam a multiplicação dos assaltos. Em resposta, Marighella disse que “o dinheiro só vem da ação”, mas reforçou que “há uma preferência na aplicação”, referindo-se ao investimento do dinheiro na implantação da guerrilha no campo. Segundo Magalhães, Marighella já realizava nesse momento a compra de terrenos para iniciar a luta no campo, mas percebe que a guerrilha nas cidades carregava um

paradoxo: apesar de levantar fundos relevantes com os assaltos, eles eram “devorados vorazmente”. Sobre isso, Marighella citava Fidel Castro: “A cidade é um cemitério de homens e recursos. Quanto mais recursos se lança na cidade, mais é preciso empregar” (MAGALHÃES, 2012, p. 388).

O Centro de Inteligência do Exército⁶⁴ fez estimativa que cada militante da ALN gastava o equivalente a quinhentos dólares por mês em São Paulo, girando o número de guerrilheiros da ALN só na capital paulista em torno de cem pessoas. Mário Magalhães questiona os números do CIE, afirmando que não havia cem clandestinos na facção marighellista em São Paulo e que os gastos por pessoa dentro do grupo seriam bem inferiores ao meio milhão de dólares citado, ficando em torno de um quinto do calculado pelos militares. Além disso, o jornalista levantou que muitos desses guerrilheiros mantinham empregos legais em 1968 (MAGALHÃES, 2012).

De acordo com o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, escrito por Carlos Marighella (1969), os assaltos da guerrilha não deveriam confundir-se com assaltos realizados por delinquentes comuns nem por contrarrevolucionários de direita. Esse posicionamento é distinto do que foi exposto no supracitado documento da ALN publicado pela revista *Les Temps Modernes*, quando foi dito que as ações guerrilheiras desnorream as investigações, pois, as autoridades seguiam pistas falsas crendo ser atos de bandidos comuns. Sobre esse novo posicionamento colocado pelo líder da ALN a partir de 1969, talvez se possa questionar se, nessas ações de ‘expropriação’, não seria mais vantajoso para os objetivos da guerrilha de capitalizar-se para financiar futuras ações no meio rural, passar-se por criminosos comuns, confundindo as investigações. Isso não criaria dificuldades adicionais para a polícia? Os panfletos de conteúdo ideológico, muitas vezes assinados por Marighella, realmente cumpriam sua função educativa e de propaganda da luta contra o regime ditatorial, ou simplesmente acabaram servindo de pistas para a polícia? Se continuasse a induzir a polícia a pensar tratar-se de meros assaltos, talvez a guerrilha ganhasse mais tempo para levantar fundos, considerando que a prioridade central do movimento, segundo os treinamentos recebidos em Cuba e os objetivos declarados de Marighella, era o financiamento da guerrilha no campo.

Assim, se o ano de 1968 foi de numerosas ações para a guerrilha e pouco êxito nas investigações conduzidas pela polícia, em contrapartida, 1969 teve um início trágico para a Ação Libertadora Nacional: a morte do principal homem de ação de Carlos Marighella, o Marquito, fuzilado no

⁶⁴ Centro de Informações do Exército (CIE). Serviço de inteligência da ditadura militar. O CIE coletava informações e atuava na repressão direta. Lilia Schwarcz & Heloisa Starling, *Brasil: uma biografia*, 2015, p. 460.

mês de janeiro. A ALN perdera o importante comandante de seu primeiro Grupo Tático Armado. Os envolvidos na morte de Marquito foram dois policiais civis: o delegado José Paulo Bonchristiano e o investigador Raul Nogueira Lima, vulgo Raul Careca. A morte do guerrilheiro aconteceu no prédio em que ele vivia clandestinamente, localizado em Santa Cecília, na esquina das ruas Jaguaribe e Fortunato. Ao chegar ao prédio, os executores já o esperavam para consumir o homicídio. Raul Careca vangloriou-se na época de ter baleado Marquito na perna sem que a ação tenha sido conduzida de forma traiçoeira, pelas costas, o que foi desmentido pelo laudo necropsial (MAGALHÃES, 2012). O site *Memórias da ditadura*⁶⁵, ao descrever as circunstâncias da morte de Marquito, diz que além de ter morrido alvejado pelas costas, o guerrilheiro levou 18 tiros disparados pela polícia. Percebe-se nesse episódio que a polícia revida na mesma moeda utilizada pelos guerrilheiros, transformando a violência e a morte num misto de prazer e êxtase.

Segundo Jacob Gorender (1987, p. 99), os membros mais jovens da Ação Libertadora Nacional respeitavam Marquito, por sua capacidade de comando e pela perícia no manejo de armas e explosivos. Uma evidência da grande importância desse guerrilheiro nas atividades da Ação Libertadora Nacional foi a dedicatória que lhe fez Marighella no *Mini-Manual do guerrilheiro urbano* (1969). Emiliano José (1997) escreve, usando definição do próprio Marighella, que Marquito era a personificação do guerrilheiro urbano ideal. A imagem desse destemido guerrilheiro fica na imaginação de quem lê as obras que descrevem as ações armadas da ALN. Abaixo estampamos a fotografia utilizada pela polícia no processo de identificação e caça a Marquito (Imagem 38).

Imagem 38: Autor desconhecido. Marco Antônio Braz de Carvalho, o Marquito. Data desconhecida.



Fonte: Site *Memórias da ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/marco-antonio-bras-de-carvalho/>>. Acesso em: 18/12/2019.

⁶⁵ Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/marco-antonio-bras-de-carvalho/>>. Acesso em: 13/11/2019.

Sobre a morte de Marquito, o site *Memórias da ditadura* também exhibe a conclusão emitida pela Comissão Nacional da Verdade, ao término das investigações. O parecer da comissão é que o membro da ALN morreu sob a ação executada por agentes do Estado brasileiro. O assassinato em questão insere-se no contexto das sistemáticas violações dos direitos humanos promovidas pela ditadura militar a partir de 1964.

Após a morte de Marquito, quem passaria a liderar os assaltos urbanos seria o potiguar Virgílio Gomes da Silva⁶⁶, cujo codinome era Jonas. De acordo com Magalhães “a sucessão se definiu em um encontro no qual Marighella diagnosticou que a organização ‘estava se desfazendo’, tal a bagunça no GTA”. Além de algumas prisões no Grupo Tático Armado, o autor afirma que “o parco arsenal ficou ainda mais raquítico sem a última metralhadora, perdida nas quedas de janeiro de 1969”. Além disso, alguns assaltos malsucedidos foram acontecendo, o que evidenciava a necessidade imediata de um substituto à altura de Marquito. A urgência de reforçar o arsenal levou o comando urbano da ALN a atacar o 15º Batalhão da Força Pública, na busca de uma nova metralhadora. A ação, ocorrida na madrugada de 27 de maio de 1969 com a participação de Jonas e Carlos Eduardo Pires Fleury⁶⁷, foi bem-sucedida em seu objetivo, mas resultou na morte do soldado do exército Naul José Mantovani (MAGALHÃES, 2012, p. 442-444).

Nesse mesmo ano de 1969 ocorreu o que Gorender chamou de “imersão geral na luta armada”.

Enquanto a ditadura militar censurava a divulgação de informações na imprensa, as ações da ALN e da VPR se prestigiavam pela publicidade feita pelos próprios guerrilheiros, o que confirmava o interesse e o aumento da pressão pelo imediato engajamento na luta armada dentro das organizações da esquerda radical, que até o final de 1968 ainda estavam dedicadas ao trabalho direto com os movimentos de massa. Salvo algumas organizações de esquerda como o PCB, o POR (T), o PC do B e a AP, deu-se uma imersão geral na luta armada (GORENDER, 1987, p. 153).

No primeiro semestre de 1969 o GTA da ALN passaria a ter cerca de quarenta guerrilheiros, quando se decidiu dividi-lo em dois subgrupos, liderados por dois jovens guerrilheiros saídos do meio estudantil, Carlos Pires Fleury e Takao Amano. Além disso, o aumento contínuo do número de militantes levou a ALN a constituir um segundo GTA em São Paulo. Esse aumento súbito de guerrilheiros da esquerda armada evidenciava a falta de eficácia da polícia no combate

⁶⁶ Virgílio Gomes da Silva (1933-1969), nascido no interior do Rio Grande do Norte, foi operário da Empresa Nitroquímica. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, p. 153.

⁶⁷ O paulistano Carlos Fleury (1945-1971) estudou filosofia da USP e de direito na PUC-SP e foi guerrilheiro da ALN. Foi morto pelo regime militar em 1971 no Rio de Janeiro. Fonte: site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/carlos-eduardo-pires-fleury/>>. Acesso em: 09/12/2019.

às novas organizações revolucionárias. Os DEOPS⁶⁸, ainda segundo Gorender, estavam defasados e minados pela corrupção. Houve casos famosos de delegados paulistas com predileções por prisões de gente rica para extorquir dinheiro (1987).

No dia 2 de junho de 1969 os guerrilheiros da ALN lograram êxito ao assaltar a relojoaria Majô Relógios. Os jovens guerrilheiros Manoel Cyrillo e Maria Aparecida dos Santos, vestidos em traje de festa ou de gala, entraram na relojoaria. De mãos dadas, o suposto casal pediu para ver um relógio que estava exposto na vitrine. Cyrillo rendeu o gerente e Maria Aparecida retirou seu revólver calibre 38 da bolsa e os demais companheiros, liderados por Jonas, entraram na loja. Segundo Magalhães (2012) os militantes da ALN foram embora com um saco contendo trezentas e cinco peças, no valor equivalente a cento e trinta mil cruzeiros novos, o equivalente, hoje, a 693 mil reais.

Nesse momento de radicalização máxima de seu pensamento, Carlos Marighella (1969) assumiu a pecha de terrorista em seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Gorender aponta (1987, p. 96) que “Marighella foi o líder revolucionário dos anos 60 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda”. O líder da ALN justifica os atos terroristas como forma legítima de combate ao terrorismo de estado perpetrado pela ditadura militar. Corroborando a afirmação de Gorender, Emiliano José cita as próprias palavras de Marighella sobre o terrorismo:

Hoje, ser terrorista é uma condição que enobrece qualquer homem de honra, porque isso significa exatamente a atitude digna do revolucionário que luta, com as armas na mão, contra a vergonhosa ditadura militar e as suas monstruosidades (JOSÉ, 1997, p. 236).

Atentados a bomba também fizeram parte das atividades guerrilheiras da Ação Libertadora Nacional. Em julho de 1969 seu Grupo Tático Armado (MAGALHÃES, 2012) implantou uma bomba relógio no elevador da Câmara Americana de Comércio, um prédio comercial norte-americano localizado na capital paulista. Essa bomba foi confeccionada pelo guerrilheiro da ALN, treinado em manusear explosivos, Aton Fon Filho, com dinamite proveniente do roubo executado na Indústria Rochester meses antes. Em meio aos escombros do elevador explodido havia panfletos assinados por Carlos Marighella.

⁶⁸ Departamento Estadual de Ordem Política e Social, com atribuições similares às do DOPS. Site do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>>. Acesso em: 09/12/2019.

Segundo o *Mini-manual do guerrilheiro urbano* “com a existência de propaganda clandestina e material agitador, o espírito inventor da guerrilha urbana expande e cria catapultas”. O guerrilheiro complementa sua afirmação com exemplos de meios distintos de contato com a população, dizendo que “gravações em fita, a ocupação de estações de rádio, o uso de alto falantes, desenhos em paredes e em outros lugares inacessíveis são outras formas de propaganda” (MARIGHELLA, 1969, p. 47). Além das formas de comunicação citadas, vale acrescentar que a propaganda revolucionária também era disseminada através de panfletos.

No mês de julho de 1969 a ALN realizou assaltos simultâneos a dois bancos vizinhos (MAGALHÃES, 2012), o Unibanco e a Caixa Econômica Estadual, localizados na Avenida Guapira, no bairro Jaçanã, em São Paulo. Nessa ação participaram dez militantes do grupo.

Confirmando as novas formas de ação preconizadas por Marighella, no dia 15 de agosto de 1969, doze guerrilheiros da ALN invadiram a estação de transmissão da Rádio Nacional no município de Piraporinha, na Grande São Paulo. Após dominarem a situação, um dos invasores rompeu a ligação com o estúdio da rádio e ligou ao transmissor de ondas curtas uma gravação. A gravação era o anúncio de um manifesto pela voz de Carlos Marighella. A estação esteve sob o controle da ALN durante trinta minutos, tempo que tornou possível a repetição da gravação (GORENDER, 1987).

No final de agosto de 1969 ocorreu mais um ato de terrorismo da ALN. Gorender diz que “a 25 de agosto, uma explosão destruiu as vitrinas do Mappin e do edifício da companhia norte-americana Light, que expunham arranjos comemorativos do 7 de setembro, na Praça Ramos Azevedo, centro de São Paulo”, onde funciona desde 1999 o Shopping Center Light (1987, p. 153).

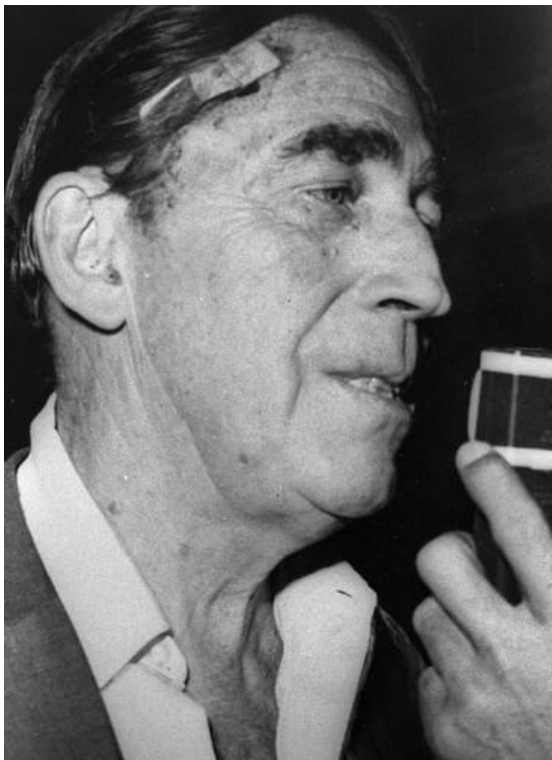
A virada numérica de membros da luta armada trazia urgência ao compromisso de ativação da guerrilha rural. A ALN anunciou que 1969 seria o ano da guerrilha no campo. Tal anúncio tornou-se o slogan dos documentos disseminados pela organização, slogan esse enfatizado por Marighella em pronunciamentos realizados entre junho e outubro de 1969. Do ponto de vista prático, estava ocorrendo a transferência dos combatentes do primeiro GTA de São Paulo para o sul do Pará. A região devia ser o ponto de convergência dos atos guerrilheiros simultâneos, partidos do Norte do Pará, Dourados (Mato Grosso), chapada Diamantina (Bahia) e Guapiaguçu (São Paulo). Na trajetória, cada coluna fazia ocupações de vilarejos e pequenas cidades queimando cartórios, atacando latifúndios e distribuindo alimentos à população pobre. Na prática, porém, a ALN não deslançou seu plano de guerrilha rural. Conforme apontado por

Gorender, o único caso de guerrilha rural consistente foi a Guerrilha do Araguaia, conduzida pelo PC do B às margens do Rio Araguaia, no sul do Pará. A formação desse núcleo de guerrilha rural teve início em 1967 e findou em 1974 (GORENDER, 1987).

Em setembro de 1969 deu-se um dos episódios mais espetaculares da luta armada contra a ditadura militar brasileira nos anos 1960. O grupo *Dissidência Comunista da Guanabara*, a DI-GB, dirigido pelos então guerrilheiros Daniel Aarão Reis, Franklin Martins e Cláudio Torres, planejou o sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick. Para executar o plano, o grupo comunista, menos experiente, convidou a ALN. Em agosto de 1969, Cláudio Torres fez a proposta ao experiente guerrilheiro e co-fundador da ALN Joaquim Ferreira Câmara, de codinome Toledo. Uma semana antes da ação, Cid de Queiroz Benjamin, guerrilheiro da DI-GB, confirmou que agiriam na semana da pátria em conjunto com Toledo e Jonas, da ALN. Para se associar à ação, a ALN exigiu que Jonas, o chefe do GTA, comandasse a operação. No dia 4 de setembro, pouco antes das duas da tarde, o cadillac preto em que Elbrick se encontrava foi fechado por um fusca ao sair na Rua Marques, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Quatro guerrilheiros abriram as portas do carro que transportava Charles Burke Elbrick. Toledo foi o piloto pós-sequestro, Paulo de Tarso Venceslau ficou no banco do carona, e no banco de trás foram Jonas, na janela direita, Elbrick, no meio, e Manoel Cyrillo, na janela esquerda. O embaixador tentou reagir e se atracou com Virgílio, porém desmaiou ao ter a testa acertada pela parte lateral do revólver 38 de Cyrillo. O motorista da embaixada foi liberado, e os guerrilheiros deixaram um manifesto no local (MAGALHÃES, 2012).

A condição imposta pelos guerrilheiros para o resgate do embaixador era a libertação de quinze presos políticos com transferência segura para o exterior e publicação de um manifesto nos jornais, estações de rádio e televisão de todo o Brasil. A ditadura militar tinha dois dias para responder publicamente aos guerrilheiros, caso contrário Elbrick seria “justiçado”. No ano anterior, guerrilheiros guatemaltecos tentaram o sequestro de outro embaixador dos Estados Unidos, John Gordon Mein. Porém, não houve desdobramentos nem negociações e, ao reagir à ação guerrilheira, Mein foi executado (GORENDER, 1987). Se os guerrilheiros da DI-GB ou da ALN tivessem se precipitado no momento da reação de Elbrick, poderia ter gerado fatalidade semelhante ao ocorrido na Guatemala.

Imagem 39: Autor desconhecido. Charles Burke Elbrick concedendo entrevista após ser libertado do sequestro, em 06/09/1969.



Fonte: Site de *O Globo*, RJ. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/as-imagens-do-sequestro-do-embaixador-charles-elbrick-9777801>>. Acesso em: 24/12/2019.

A fotografia acima (Imagem 39) traz a evidência da tentativa de reagir aos sequestradores no momento da ação guerrilheira. O ferimento na testa de Elbrick é fruto do referido golpe com a coronha de revólver efetuado por Manuel Cyrillo.

A lista dos quinze presos foi aceita, com embarque aéreo imediato providenciado para o México. Os presos que foram soltos e exilados em troca da libertação do embaixador foram Agonalto Pacheco e Leonardo Rocha, da ALN; Flávio Tavares, Jornalista; Gregório Bezerra e Rolando Fratti, do PCB; José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeira, do movimento estudantil; José Ibrahim, líder sindical; Onofre Pinto, dirigente da VPR; Ivens Marchetti, do MR-8, Ricardo Villas Boas e Maria Augusta Carneiro, da Dissidência/MR-8; Ricardo Zaratini, engenheiro e Mário Zanconato, do COLINA (DA SILVA JÚNIOR, 2009). A fotografia dos presos políticos libertados representa o êxito dos guerrilheiros na ação.

Imagem 40: Autor Desconhecido. Presos políticos soltos em troca da libertação embaixador norte-americano. 06/09/1969.



Fonte: Site da revista *Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/ex-deputado-e-presos-politico-ricardo-zarattini-morre-aos-82-anos/>>. Acesso em: 30/12/2019.

Na fotografia (Imagem 40) constam apenas treze dos quinze guerrilheiros exigidos em troca da libertação de Elbrick. Gregório Bezerra e Mario Zanconatto não aparecem na imagem, pois embarcaram no vôo em locais distintos dos treze que estão na fotografia acima (GORENDER, 1987).

A guerrilha brasileira (BETTO, 2006), durante a ditadura, também realizou o sequestro de embaixadores da Alemanha, do Japão e da Suíça. Sobre ações de sequestro, Marighella diz (1969, p. 43) que “sequestrar é capturar e assegurar em um lugar secreto um agente policial, um espião norte-americano, uma personalidade política ou um notório e perigoso inimigo do movimento revolucionário”, complementando ainda que “o sequestro é usado para trocar ou libertar camaradas revolucionários aprisionados ou para forçar a suspensão da tortura nas cadeias de uma ditadura militar”. Apesar do conteúdo revolucionário dos escritos do líder da ALN no *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, conforme os trechos recém-citados, Marighella não sabia do sequestro de Elbrick. Segundo Gorender (1987), Câmara Ferreira não lhe contou nada, pois imaginou que ele não concordaria com a ação. Emiliano José (1997) diz que o sequestro de Elbrick não agradou Marighella, que considerou o ato ser uma ação muito importante para ser decidida da maneira que foi. Em contrapartida, os militantes da ALN

responderam a Marighella que não era preciso permissão para praticar atos revolucionários, em referência à ideia guevarista com a qual o líder da ALN concordava.

3.3 - A morte de Carlos Marighella: uma questão em aberto

No dia 4 de novembro de 1969 um grupo de policiais conhecido popularmente como *Esquadrão da Morte*⁶⁹, comandado por Sérgio Paranhos Fleury⁷⁰, assassina brutalmente a tiros o líder da ALN Carlos Marighella. A execução aconteceu na Alameda Casa Branca, local usual de encontro de Marighella com outros membros da ALN, para daí se dirigirem ao local definido para a realização da próxima reunião agendada. O acontecimento foi e até hoje é relatado de diferentes maneiras por historiadores, jornalistas e pessoas que presenciaram a cena. Ao estudar o tema, a única afirmação que se pode fazer com convicção é que a morte do líder guerrilheiro se deu em virtude de inúmeros disparos feitos por policiais através de armas de fogo.

Segundo Mario Magalhães (2012), Marighella foi assassinado a tiros dentro do Fusca em que se encontravam os freis dominicanos Ivo e Fernando. O jornalista descreve desde as armas de cada policial, a localização do corpo, os calibres dos projéteis que atingiram Carlos Marighella, as outras vítimas atingidas acidentalmente no tiroteio e até o nome do cão policial que mordeu Frei Ivo. Particularmente interessante é a fala do autor dizendo que “o revolucionário puxa a porta do carona, empurra para frente o banco de Frei Fernando e se acomoda atrás”. Em seguida, segundo Magalhães, vem a ação da polícia de puxar Frei Ivo pela porta esquerda e Frei Fernando pela porta direita. Os policiais cercam Marighella de forma sufocante e Fleury se aproxima mancando e lhe dá voz de prisão apontando uma pistola 45. Após poucos segundos silenciosos, alguns agentes miram sua presa e introduzem suas armas para dentro das janelas do fusca, enquanto outros cercam a frente do carro. Antes que Marighella pudesse reagir, os policiais atiram a queima-roupa, e uma fuzilaria sacode a Alameda Casa Branca:

Uma bala perfura as nádegas e provoca quatro ferimentos. Outra, calibre 45, aloja-se no púbis. A terceira penetra e sai pelo queixo. A falange do dedo indicador da mão esquerda é arrancada talvez quando Marighella tentasse se escurar de um tiro quase encostado. Até que, de uma janela do Fusca, acertam-

⁶⁹ Em meio ao regime militar, surge, em 1968, um grupo paramilitar formado por policiais intitulado Esquadrão da Morte. Seu objetivo era simples: perseguir e executar criminosos potencialmente perigosos à sociedade. Site *Jornal da USP*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/jornais-noticiaram-esquadrao-da-morte-de-acordo-com-clima-politico/>>. Acesso em: 18/06/2020.

⁷⁰ Sérgio Paranhos Fleury foi um delegado do DOPS e líder do Esquadrão da Morte responsável por inúmeras prisões, torturas e desaparecimentos durante o regime militar. A execução de Marighella foi coordenada por ele. Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 15/12/2019.

no no tórax, lesionam a aorta, e ele não se mexe mais (MAGALHÃES, 2012, p. 552).

Uma segunda fuzilaria é iniciada quando um carro ultrapassa uma barreira feita pelo DOPS e novas vítimas inundam de sangue essa cena histórica.

Ao se deparar com uma barreira do DOPS, o protético alemão Friedrich Adolf Rohmann a desafia, cruza a Alameda Lorena com seu Buick preto e avança pela Casa Branca interdita. O ex-soldado das divisões nazistas da Segunda Guerra emigrara para o Brasil sedento por sossego. Tomam-no como membro retardatário de um fantasioso aparato de segurança de Marighella. O alvo agora é móvel, não fixo. Dessa vez, disparam também com metralhadoras. Matam Rohmann, e seu carro para. Essa segunda fuzilaria deixa outros feridos, alvejados pelos próprios parceiros: Tucunduva⁷¹, baleado na perna esquerda, no meio da rua; e Estela Morato⁷², na cabeça dentro do Chevrolet. O sangue jorra do delegado, mas ele se safará. A investigadora falecerá em três dias. (MAGALHÃES, 2012, p. 553).

Magalhães diz ainda (2012, p. 553) que “no prólogo da farsa histórica, o delegado descreve um militante incauto que teria inspecionado a Alameda Casa Branca antes de Marighella. E um feroz pelotão da ALN haveria tiroteado com os agentes da lei, atingindo o protético e os policiais”. Segundo o autor, Fleury também planta a informação que a imprensa reproduziu na época de que Marighella quis sacar uma pistola Luger calibre 9 milímetros.

Frei Betto (2006, p. 279) relata uma versão do assassinato de Marighella distinta da de Mário Magalhães. Betto descreve as falhas da versão oficial expostas pelo advogado Dr. Mário de Passos Simas⁷³. Segundo o advogado, “dos jornais da primeira semana de novembro de 1969, há duas versões que se contradizem”. Em uma delas, Marighella teria sido morto na rua e na outra teria sido morto no interior do Volksvagem.

A primeira das incoerências é a citada presença de um guerrilheiro conhecido como Gaúcho, apelido de Edmur Pércles de Camargo⁷⁴, no carro em que a vítima chegou. Em depoimento a um tribunal, Gaúcho afirmou ter rompido laços com Marighella no início de 1969. A segunda contradição apresentada está relacionada à perua na qual Marighella teria chegado à Alameda

⁷¹ Rubens Tucunduva era delegado do DOPS de São Paulo. Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/rubens-tucunduva/>>. Acesso em: 03/01/2020.

⁷² Estela Borges Morato era investigadora da polícia de São Paulo e que prestava serviços para o DOPS. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, p. 175.

⁷³ Mário de Passos Simas era um advogado de presos políticos no período da ditadura militar de 1964. Foi também membro fundador da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1972. Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-passos-simas>>. Acesso em: 27/12/2019.

⁷⁴ Edmur Pércles Camargo ingressou na ALN juntamente com Marighella após a cisão do PCB. No início de 1969, afastou-se da ALN, não sendo assim verossímil a afirmação de ter sido visto no episódio do assassinato de Carlos Marighella. Frei Betto, *Batismo de Sangue*, 2006, p. 282.

Casa Branca. Mario Simas questiona principalmente o desaparecimento da suposta peruca e a controvérsia de terem tirado fotos do carro e o motorista ter fugido. O terceiro apontamento, tema do presente artigo, é a entrada ou não de Marighella no carro em que estavam os frades Fernando e Ivo. Nessa parte, Simas diz que nem o delegado Tucunduva, chefe da operação, nem o investigador Rubens Pacheco, encarregado de cuidar da vigilância que tinha como responsabilidade principal não os perder de vista, souberam dizer de que maneira Marighella entrou no fusca. A quarta questão diz respeito à origem do Volkswagem em que Fernando e Ivo esperavam a vítima: a polícia diz que os frades compareceram à Alameda no mesmo carro em que usualmente se encontravam com Marighella, e que esse carro pertencia ao convento dos dominicanos. A Ordem dos Dominicanos por sua vez, informou que nenhum de seus veículos foi retirado do convento pelos dois frades ou mesmo pela polícia na primeira semana de novembro de 1969. A quinta incoerência do depoimento policial apontada por Mario Simas foi a perícia relatar que todas as balas atravessaram o corpo de Marighella. Estando Frei Fernando no banco de trás do fusca, ele não poderia ter saído ileso, como ocorreu. Em sexto lugar o advogado aponta a presença de uma mortalha na fotografia do interior do carro, sendo esse objeto utilizado exclusivamente pela polícia ou pelo IML para embalar cadáveres. Simas supõe que a mortalha possa ter servido para deslocar o corpo do líder guerrilheiro do lugar em que tombou para o interior do automóvel. A sétima contradição apontada é o botão da calça de Marighella estar aberto na foto em que aparece seu cadáver no interior do fusca. Sobre isso o advogado argumenta ser impossível que um homem que recebe voz de prisão e logo em seguida é alvejado tenha tido tempo e motivos para desabotoar sua calça. Como oitavo argumento questionando o testemunho da polícia, Mario Simas aponta na fotografia uma folha presa aos pés de Marighella. O advogado não entendeu como a folha teria se prendido à vítima, e complementou que nos jardins de uma das casas próximas havia folhagem semelhante. A nona evidência, percebida em uma das fotos tiradas do cadáver de Marighella, é a falta da falange no seu dedo indicador da mão esquerda. Nesse caso, Simas argumenta que a falange deveria ter sido encontrada no interior do carro. Porém no dia seguinte um dedo foi achado a dez metros do local onde estava o cadáver na foto e foi constatado que esse dedo era de Carlos Marighella. O décimo e último detalhe controvertido é a posição do corpo da vítima. Simas descreve a foto em que a cabeça e os ombros do homem morto estão apoiados no banco de trás, do lado direito, e as pernas saem pela porta do motorista. Seria impossível Marighella esticar as pernas para fora da porta do carro tendo, primeiro, empurrado os dois encostos dos bancos da frente para, finalmente, imobilizar-se, tendo uma folha grudada em seus pés. Além disso, o advogado

argumenta que o corpo de um homem morto não se sustentaria daquela forma sobre o vão dos bancos (BETTO, 2006, 279-289).

Frei Betto defende a hipótese que Carlos Marighella foi alvejado fora do Volkswagen em que foi fotografado morto. Betto repara (2006, p. 267) que “tantos feridos e estragos comprovam a hipótese de tiroteio sem alvo fixo. Marighella movia-se quando foi atingido, o que contraria a versão policial de que já se encontrava no interior do carro”. Além disso, Betto menciona que “é curioso constatar que a poltrona de trás do carro, onde o corpo do dirigente comunista foi fotografado morto, não apresentou nenhum dano, nenhuma perfuração” (Id., p. 291).

O já citado livro de Emiliano José inicia-se com a descrição do momento do homicídio do líder guerrilheiro. Segundo esse autor, no dia 4 de novembro de 1969 um ex-dirigente da Ação Libertadora Nacional chamado Luís José da Cunha passara pela Alameda Casa Branca por volta das 20 horas, verificando o ponto à altura do número 806 onde estava o Volkswagen de cor azul com os dois frades dominicanos. Essa informação foi relatada pelo próprio Luís José da Cunha a outro militante da ALN, chamado Genésio Homem de Oliveira. Assim, poucos minutos depois das 20 horas, ao cruzar com Marighella, Luís José da Cunha fez sinal de positivo, indicando que se aproximou do ponto e conseguiu ver o fusca com os dominicanos dentro. Então, ainda segundo Emiliano José, no momento em que atravessava a rua, Carlos Marighella foi alvejado por inúmeros tiros que vinham de todas as direções. O autor diz (1997, p. 23-24) que “o primeiro perfurou-lhe as nádegas, entrando pelo lado direito e saindo pelo esquerdo. O segundo atingiu-o na região pélvica, com a bala se alojando no arco pubiano. O terceiro atingiu-o de raspão, no queixo”. Baseado no laudo de exame de corpo de delito, assinado pelos médicos legistas Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini⁷⁵, de 11 novembro de 1969, o autor fala que ainda consciente, e já no chão, Marighella levou o quarto tiro à queimadura e ao tentar pôr a mão na frente teve um dos dedos arrancados pelo projétil. Esse quarto tiro fraturou-lhe também uma costela e perfurou a aorta e o pulmão, matando-o instantaneamente. Mas, de acordo com Emiliano José, não se tem certeza do autor desse quarto tiro.

O ex-membro da ALN Roberto Barros Pereira afirma, em entrevista a Edson Teixeira da Silva Júnior, citada no livro *Carlos, a face oculta de Marighella*, (2009, p. 337), como se deu a morte

⁷⁵ Harry Shibata e Abeylard Orsini foram médicos legistas do Instituto Médico Legal de São Paulo durante o regime militar. São suspeitos de ter assinado pelo menos 11 laudos utilizados pela ditadura para acobertar assassinatos. Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/abeylard-de-queiroz-orsini/>>. Acesso em: 27/12/2019.

de Marighella: “ele morreu dentro de um carro que estava no meu nome, num ponto que eu me encontrava com ele, na Alameda Casa Branca”. Na mesma sequência, Roberto relata que, após a prisão dos dois frades, ouviu de Frei Ivo que “quando o Marighella entrou eles saíram do carro correndo”. No final do livro, Silva Júnior (2009, p. 144) conclui que “a morte de Marighella tem um significado muito mais amplo. A forma como foi conduzido seu assassinato denota uma concreta participação da ALN na resistência à ditadura”. E diz considerar o tema da morte do guerrilheiro mal explorado e analisado normalmente sob uma visão reducionista. Finaliza deixando a responsabilidade de esclarecer as lacunas e passar a limpo esse passado recente nas mãos da pesquisa histórica, responsabilidade que nos propusemos assumir ao desenvolver esta investigação. Se não tivemos a pretensão de preencher todas as lacunas que pairam não apenas sobre o tema, mas sobre todo o período da ditadura militar brasileira, esperamos pelo menos ter contribuído para dirimi-las parcialmente, expondo e cruzando diferentes fontes de informação, as quais atestam as contradições e a tentativa de ocultar a verdade dos fatos pelos órgãos de repressão e assim isentar-se de culpa.

No caso específico de Marighella, ainda há muita controvérsia, pois além da questão de como o guerrilheiro foi morto, dentro ou fora do carro, há discussões de estudiosos do assunto sobre a culpabilidade ou não dos frades dominicanos e de outros membros da ALN. Apontar culpados nesse caso é algo bastante delicado, pois a tortura sem escrúpulos era o método utilizado pelo estado para conseguir informações de presos políticos.

Explicitamos a seguir as principais divergências que encontramos entre os diferentes autores que abordam o assunto e vamos discuti-las com base em seus escritos.

Na obra *Batismo de sangue*, Frei Betto (2006, p. 256) menciona que “a maneira segura e progressiva como a repressão se comportava demonstrava que possuía outras pistas de Marighella, além da palavra dos religiosos”. Na sequência, o próprio Betto manifesta opinião divergente da que Jacob Gorender expressa na obra *Combate nas trevas*, que diz que “nos cárceres era generalizada a convicção dos presos políticos acerca da responsabilidade de Frei Fernando e Frei Ivo na tragédia da Alameda Casa Branca”. Por sua vez, Gorender (1987) critica a versão de Betto. Inicia mencionando que o silêncio dele como historiador significaria conivência com a versão divulgada por Betto, em curso no Brasil e no mundo, e que tal silêncio seria inadmissível diante do compromisso de um historiador com a verdade. Para Betto, o erro de Gorender está em isentar de culpa o ex-guerrilheiro Paulo de Tarso Venceslau, por ter delatado os frades dominicanos. Segundo sua visão (2006, p. 257) “um historiador jamais despreza uma fonte viva, ainda mais se os dois residem no mesmo país”. Apesar de ter

entrevistado Paulo de Tarso Venceslau, Jacob Gorender não entrevistou Frei Ivo nem Frei Fernando, o que, na visão de Betto, seria fruto de um anticlericalismo que foi prejudicial à objetividade de quem pretende encarar a história pelo método científico. Como já pontuado, o objetivo desta pesquisa não é dar razão a este ou àquele, nem tampouco expor algumas dessas visões como erradas, principalmente pelo fato de ambos terem sido atores vivos no período do regime militar. A partir da leitura das duas obras, *Batismo de Sangue* e *Combate nas Trevas*, nos cabe apenas confrontar os argumentos apresentados, evitando tentar capturar no cruzamento dos pontos de vista a tradução da verdade.

Um elemento adicional a esse debate vem da tese de mestrado do historiador Edson Teixeira da Silva Júnior, que se converteu no livro *Carlos, a face oculta de Marighella* (2009). No final do livro há entrevistas completas com contemporâneos de Carlos Marighella. Na entrevista concedida por Carlos Augusto Marighella⁷⁶ (SILVA JUNIOR, 2009, p. 265), ele fala sobre a posição dos familiares quanto à culpabilidade dos padres dominicanos na morte de seu pai. Carlos Augusto relata que “o que é verdade é que há, e isso está muito evidenciado mesmo entre os historiadores de esquerda, duas versões pressupostas”. Em uma das versões, defendida por Jacob Gorender, há o sentimento de que os padres colaboraram, e que deveriam ser responsabilizados; e que o fato de Marighella ter sido atraído para dentro do carro por eles constituiria um ato de traição espontânea, apesar da ressalva de que os dominicanos estavam presos, o que não lhes oferecia alternativa diferente de ação, sob a pena de serem condenados à morte. A outra tese é que foi um acontecimento absolutamente acidental, corroborada pelos argumentos de que Carlos Marighella poderia ter sido emboscado em qualquer outro lugar e que teria morrido fora do carro. Após relatar as diferentes versões, Carlos Augusto Marighella observa: “posso dizer o que eu penso, o que eu sei, tudo isso para dizer o seguinte: nós nunca demos nenhuma versão definitiva sobre isso”. O filho de Marighella afirma, também, que seus familiares não responsabilizam de forma alguma Frei Ivo e Frei Fernando pela fatalidade:

O que a gente disse num determinado momento é que nós não tínhamos condições de determinar aquelas circunstâncias exatas, isso é polêmico, a nossa é de que os padres não agiram em colaboração espontânea com a polícia, a verdade é que esses padres todos salvaram muitas vidas, eles foram muito úteis, fizeram um grande trabalho, eram indiscriminadamente amigos de meu pai. E não cabe a nós, familiares, recriminá-los por não resistir a tão feroz e desumana tortura (JÚNIOR, 2009, p. 264).

⁷⁶ Filho de Carlos Marighella, conhecido pelos familiares como Carlinhos.

O contraste entre as opiniões de Betto e Gorender, que vivenciaram os momentos históricos e conheceram pessoalmente os protagonistas, deve servir de alerta para que o pesquisador que não viveu essa experiência tenha cautela ao tirar conclusões apressadas e busque um distanciamento adequado quanto aos casos estudados. O historiador francês Henry Rousso, no capítulo 4 da obra *A última catástrofe* fala (2016, p. 261) sobre casos frequentes de atores e testemunhas de acontecidos históricos que posteriormente se tornam historiadores, fazendo concorrência com as gerações posteriores que não participaram do que escrevem. Rousso faz referência também (2016, p. 262) a uma fala de Antoine Prost, para corroborar que historiadores do tempo presente interpretam histórias ainda inacabadas e assumem o caráter provisório de suas análises. Prost considera que a forma correta de fazer história do tempo presente é assumir seu próprio inacabamento, a sua própria novidade.

Emiliano José também entra no assunto com ideias diferentes acerca da culpa nas delações que levaram à morte de Marighella. Ele entrevista (1997) o ex-militante do grupo guerrilheiro Ala Vermelha, Alípio Freire, que ficou preso na mesma cela que Paulo de Tarso Venceslau, da ALN. Freire afirma que Venceslau saía diariamente de sua cela para sessões de interrogatório, e em certo dia voltou para a cela, após muito tempo sendo interrogado, com o rosto completamente desfigurado. Nesse momento Venceslau confessa para Freire que abriu o esquema dos padres dominicanos para a repressão. O esquema citado por Venceslau consistia nos frades esperarem Marighella no interior de um carro, em local combinado, para então dirigirem-se ao local das reuniões da ALN. Apesar de ter confessado, Freire afirma que Venceslau sempre se desviava do assunto e nunca explicava de forma clara o acontecido, além de buscar atribuir a outros militantes a culpa pela chegada das forças de repressão a Marighella. Dentre essas acusações aos demais militantes, a mais grave é aquela em que Venceslau se refere a Manoel Cyrillo⁷⁷, também militante da ALN e participante do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Cyrillo acabou por admitir que delatou o codinome de Venceslau para a polícia. Esse depoimento de Freire, como levanta Emiliano José, parece jogar uma luz esclarecedora sobre os fatos, apesar de ainda permanecerem em aberto.

É evidente que a explicação para a morte de Marighella não se reduz a esses atores. Há um quadro conjuntural a ser analisado, envolvendo tanto a situação

⁷⁷ Manoel Cyrillo, publicitário e ex-guerrilheiro da ALN, foi o responsável pela coronhada contra a testa do embaixador Elbrick quando este último tentou reagir ao sequestro. No interior do veículo em que estava sendo sequestrado, Elbrick, conforme já citado, tentou entrar em luta corporal com Virgílio Gomes da Silva, guerrilheiro encarregado de comandar a ação armada. Mário Magalhães, *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, 2012, p. 491.

da ditadura naquele momento quanto a crise da esquerda, sem o que tudo ficaria pobre e excessivamente personalizado (JOSÉ, 1997, p. 43).

3.4 – O que a Fotografia de Marighella morto pode nos fazer pensar?

De acordo com Mario Magalhães, a polícia do DOPS só liberou o acesso à Alameda Casa Branca, no bairro dos Jardins, em São Paulo, uma hora e meia após a ocorrência do assassinato de Marighella. Sobre a imagem do guerrilheiro morto, Magalhães afirma que “Fleury rascunha uma das maiores fraudes da ditadura: a versão oficial da morte de Marighella”. Na visão do autor, a polícia encenou a farsa para justificar o vexame de três vítimas extras – dois mortos e um ferido, numa operação planejada para eliminar um único homem, o guerrilheiro solitário e desarmado, e complementa: “colocam o corpo de Marighella esticado no chão da parte traseira do fusca, forjando a imagem que correrá o mundo” (MAGALHÃES, 2012, p. 553).

A fotografia foi tirada pelo fotógrafo Sérgio Vital Tafner Jorge, que hoje afirma ter sido obrigado a fotografar o momento e ter visto a polícia posicionar o corpo de Marighella no carro para que a foto fosse feita.

Imagem 41: Sérgio Jorge. Carlos Marighella assassinado. 1969.



Fonte: Site do PC do B carioca. Disponível em: <<https://pcdobcarioca.wordpress.com/2014/11/04/45-anos-depois-ainda-falta-punir-os-assassinos-de-marighella/>>. Acesso em: 3/01/2020.

Magalhães descreve a foto (Imagem 41) dizendo que “em posição esdrúxula, a cabeça cai torta do lado direito, com o olho semiaberto. Os pés, enfiados nos sapatos, saem pela porta esquerda. O sangue escorreu pelo nariz, a boca e o queixo, encharcando rosto e camisa” (2012, p. 553).

Imagem 42: Autor desconhecido. Carlos Marighella morto. 04/11/1969.



Fonte: Site do jornal *Folha de São Paulo* (2019). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/11/1969-carlos-marighella-lider-da-aln-e-morto-em-sao-paulo-pela-operacao-bandeirante.shtml>>. Acesso em: 09/04/2020.

A Imagem 42 nos mostra por outro ângulo o corpo de Carlos Marighella após a fuzilaria do Esquadrão da Morte, cabendo destacar nela a dramaticidade do momento expressa no contraste de cores entre camisa branca e o sangue negro da foto em preto e branco.

No relato do advogado Mário Simas, descrito por Frei Betto, o décimo detalhe contraditório é sobre a posição do corpo de Carlos Marighella dentro do Volks após sua morte.

Analisemos, finalmente, a posição do corpo de Marighella dentro do Volks, conforme aparece em todas as fotos. Seu corpo está reto. A cabeça e os ombros estão apoiados no banco de trás, do lado direito. As pernas saem pela porta do chofer. Vê-se, portanto, que o corpo está rígido sobre o vão entre o banco traseiro e a porta do chofer. (BETTO, 2006, p. 289).

O relato do autor da fotografia é crucial para refletir sobre como essa imagem pode nos fazer pensar. De acordo com reportagem da edição nº 2.208 da revista *ISTOÉ*, de 07/03/2012, “um

conceituado fotógrafo da revista *Manchete*, Sérgio Vital Tafner Jorge, então com 33 anos, fez o clique da câmera Rolleiflex que registrou Marighella estirado no banco traseiro do fusca dos dominicanos”. O fotógrafo afirmou ter visto os policiais colocando o corpo do revolucionário no banco de trás do fusca. O fotógrafo ficou sabendo da morte do guerrilheiro quando realizava imagens do jogo de futebol Corinthians x Santos. Ao chegar à Alameda Casa Branca, viu a cena que foi proibido de documentar. O fotógrafo afirma ter sido obrigado a registrar a foto da encenação forjada pela polícia, que foi veiculada em todo o mundo. Mas teve que ocultar o que viu e documentou por medo de ser preso e torturado. Mas décadas depois decidiu contar os fatos que presenciou à Comissão da Verdade, grupo de trabalho instituído pelo governo da presidente Dilma Rousseff, em novembro de 2011, para reunir documentos e informações que permitissem investigar as violações de direitos humanos e toda sorte de atrocidades ocorridas no Brasil nos períodos de cerceamento da liberdade. Durante o depoimento, Sérgio Jorge aceitou voltar ao local do acontecimento e reproduzir o fato da forma que foi proibido de fotografar. A simulação foi feita com a ajuda de um amigo e um fusca emprestado.

Imagem 43: Sérgio Jorge. Comparações do fotógrafo: entre a farsa e a realidade. Foto à esquerda: 1969. Foto à direita: 2012.

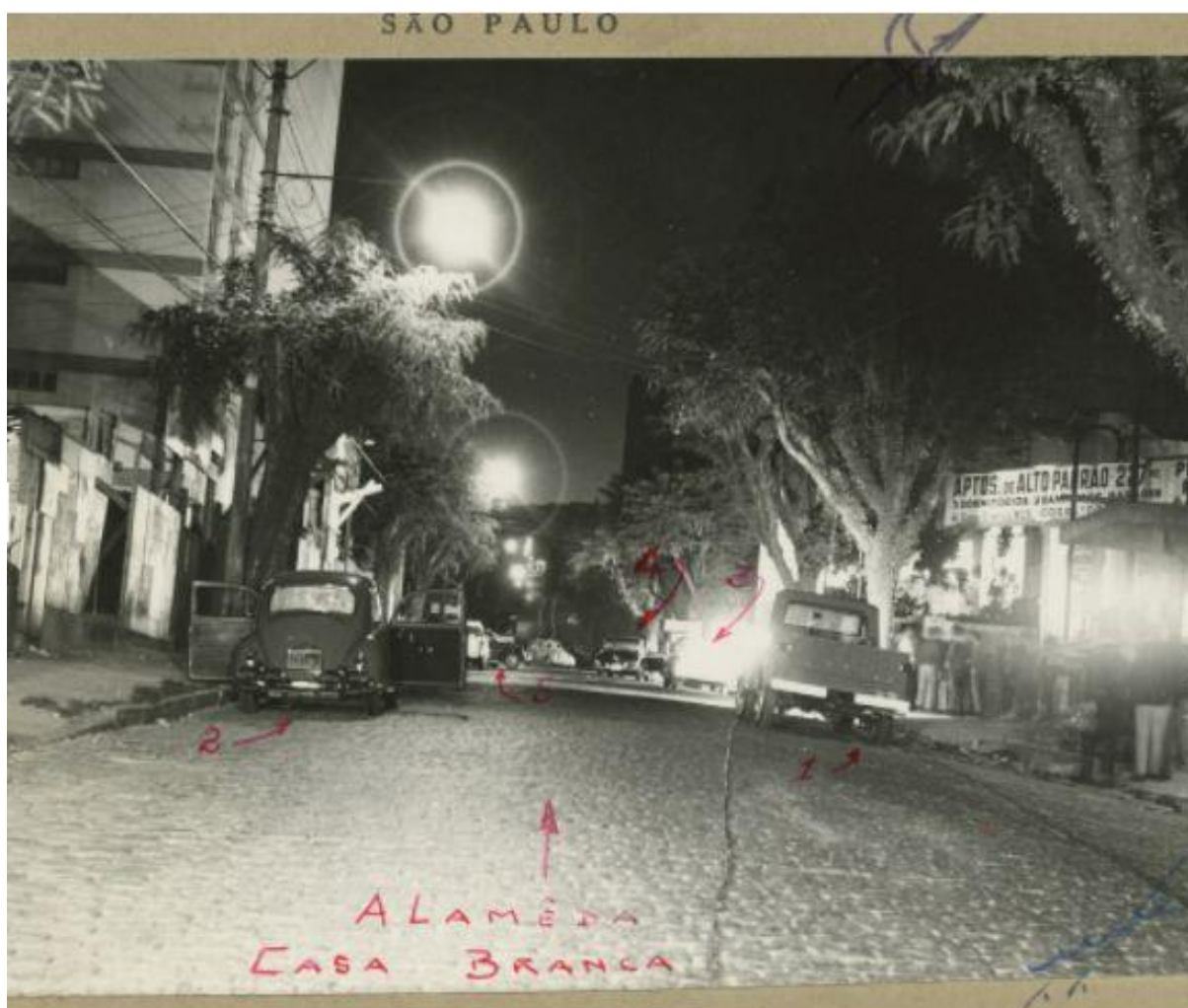


Fonte: Site *Vermelho*. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2012/03/05/a-farsa-na-morte-de-marighella/>>. Acesso em: 05/01/2020.

Sérgio Jorge relatou que quando os fotógrafos chegaram à Alameda Casa Branca, o delegado Fleury os recebeu gritando que não queria escutar nenhum barulho de click de câmera fotográfica, e ordenou que todos colocassem seus instrumentos de trabalho no chão. Após isso, a polícia levou quarenta minutos para colocar o corpo de Carlos Marighella deitado no banco de trás do fusca, e só então Fleury autorizou que realizassem as fotografias do acontecimento. Sérgio Jorge disse ainda ter remoído essa lembrança em sua memória até decidir contar tudo à Comissão da Verdade, evitando que a informação se perdesse para sempre com sua morte.

Além da fotografia anterior (Imagem 43), cabe ainda uma análise sucinta de outra fotografia: a da Alameda Casa Branca após o ocorrido.

Imagem 44: Autor desconhecido. Alameda Casa Branca após a morte de Carlos Marighella. 1968.



Fonte: Site *GI*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/07/marighella-por-que-uma-pedra-em-homenagem-a-guerrilheiro-atrai-ataques-e-aplausos-em-bairro-nobre-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 10/01/2020.

A matéria do site G1 diz que a fotografia acima (Imagem 44) é oriunda do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, mas desconhece-se quem foi seu autor. A foto mostra dois carros em primeiro plano, na Alameda Casa Branca, logo depois de Marighella ter sido executado. À esquerda vemos o fusca dos frades dominicanos com uma poça e rastros de sangue do velho guerrilheiro. Do lado direito, vê-se a caminhonete em cuja carroceria os policiais ficaram escondidos sob uma lona esperando Marighella aparecer no local.

A ainda polêmica e não totalmente desvendada execução de Carlos Marighella é reforçada pelo fato de a cena capturada pela fotografia ter sido montada pela polícia, como salientou o autor da imagem Sérgio Vital Tafner Jorge, muitos anos depois.

A revelação do segredo que Sérgio Jorge carregou por tantos anos sobre essa fotografia nos leva a refletir sobre a face obscura do regime ditatorial instituído pelos militares. O fotógrafo revelou que um fato o encorajou a dizer a verdade: “o fotógrafo-perito Silvaldo Leung Vieira contou, no dia 5 de janeiro, ao jornal *Folha de S. Paulo*, que a foto que ele registrou do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do DOI-CODI, em 1975, era também uma encenação criada pelos militares”. Além de Sérgio Jorge nenhum outro jornalista que fotografou Marighella morto está vivo para falar sobre essa farsa da polícia.

A pesquisa histórica carrega ainda o dever de continuar investigando o caso ainda não inteiramente desvendado da morte do guerrilheiro Carlos Marighella. O que as hipóteses dos autores estudados neste trabalho, juntamente com a fotografia feita por Sérgio Jorge e seu depoimento à Comissão da Verdade, nos levam a concluir é que este é um acontecimento em aberto e inacabado. Assim como o filósofo francês Paul Ricoeur defende em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2000), um texto histórico precisa ser reescrito e revisado permanentemente, para que determinados fatos não sejam esquecidos ou se percam na memória. Dessa maneira um dos deveres de memória levantados por Ricoeur é o do não esquecimento, reforçado pela construção de uma narrativa histórica utilizando memórias de cidadãos que participaram da construção desse passado histórico. A memória, para Ricoeur, tem a utilidade de ressignificar os acontecimentos estudados, e não somente ser um reservatório de lembranças. Dessa maneira, o que é usado como memória somado à gama de possibilidades que o historiador tem como referencial teórico abrange esse horizonte de forma que não enxergamos fim no caminho da pesquisa histórica.

No estudo de períodos recentes, como é o caso específico da luta armada durante o regime militar, a memória e seus personagens, alguns ainda presentes, outros mortos recentemente, se

encontram, de forma que fatalmente a pesquisa histórica fará uso interminável desse material de estudo, incluindo livros, artigos, depoimentos, arquivos policiais, fotografias e até filmes sobre os temas, com o objetivo de afirmar, romper afirmações e confrontar pensamentos dentro do contexto estudado

Considerações Finais

Concordamos prontamente com a linha de pensamento que enxerga na intervenção militar o desfecho de um golpe político levado a cabo pela alta cúpula das forças armadas com o apoio de setores poderosos da burguesia nacional. Porém, um aspecto que merece aprofundamento diz respeito a duas visões apresentadas no estudo que não são passíveis de integração e tampouco se complementam: os articuladores finais do golpe foram os militares brasileiros, em sintonia com os interesses da burguesia nacional, ou a eles se somavam outras forças cuja atuação e interesses extrapolavam as fronteiras nacionais?

Sobre a conjuntura das esquerdas no Brasil no momento do Golpe de 1964, concordamos com a visão de que havia fragmentação e desarticulação nesse campo ideológico que tornava praticamente impossível uma reação estruturada à deposição de Jango e à implantação de um regime ditatorial. Portanto, não consideramos válida a tese de que a esquerda perdeu sua única chance real até aquele momento de chegar ao poder por vias revolucionárias ao não reagir ao golpe.

Quando falamos da densidade populacional da *Passeata dos Cem Mil*, em 1968, cabe fazer um contraponto a dois eventos ocorridos quatro anos antes, quando, ao mesmo tempo em que uma multidão similar participava do *Comício da Central*, pró governo Goulart, uma multidão ainda mais espetacular apoiava o golpe que estava prestes a se consumir na famosa *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, que teria reunido em torno de quinhentas mil pessoas. Nos perguntamos então: que fatores objetivos motivaram essas participações de lado a lado, numa época em que não havia Internet nem as hoje tão populares redes sociais, e as possibilidades de comunicação de massa eram restritas aos jornais e revistas impressos e a poucos canais de TV em preto e branco, acessíveis em poucas localidades do país e por pouquíssimas pessoas? Consideramos esse também um tema merecedor de novos estudos.

Sobre o episódio da morte de Marighella, temos duas questões a destacar. A primeira é que a verdade histórica vai se costurando ao longo do tempo. De informações vagas disponíveis na época do ocorrido, passando por narrativas parciais construídas a partir de depoimentos fragmentados e da interpretação de divergências encontradas nas próprias informações oficiais, chegou-se às revelações detalhadas feitas pelo fotógrafo Sérgio Jorge à Comissão da Verdade, em 2012. Apesar de contundentes no sentido fechar algumas lacunas do caso, muitas questões acerca da morte de Marighella continuam em aberto e certamente merecerão novos estudos.

Aliás, não só da morte do guerrilheiro, mas de toda a história recente, de modo especial esse período tão conturbado e repleto de contradições.

A segunda questão refere-se à memória de Estela Morato e das “fake news” tão em voga atualmente. Ignorando o fato dela ter sido morta pela própria polícia da qual fazia parte, grupos de extrema-direita a colocam como “mais uma” das vítimas do comunismo, alçando-a à condição de heroína nacional, como se pode constatar facilmente através de pesquisa na Internet. O fantasma do comunismo que foi usado para justificar o golpe de 1964, entre tantas outras violências históricas cometidas em nome da democracia, continua vivo entre nós, como atestam recorrentemente as falas de membros importantes do atual governo brasileiro.

Aliás, sobre o governo atual, eleito na esteira do golpe institucional que cassou o mandato de Dilma Rousseff em 2016, enxergamos nele a materialização de muitos elementos presentes em nosso estudo acerca do golpe militar de 1964, mostrando assim a atualidade deste trabalho. Constituem exemplos fáceis de perceber: as manifestações maciças de apoio da classe média e de setores populares manipulados através de fake news; a adoção das cores verde e amarelo em sua propaganda, em contraposição ao vermelho “comunista”, cujo principal representante agora seria o Partido dos Trabalhadores; a atuação, tanto nos bastidores quanto na linha de frente, de forças conservadoras de direita e de extrema-direita, com apoio do empresariado de todos os setores; as contra reformas implantadas, anulando ou reduzindo drasticamente conquistas obtidas pelos trabalhadores ao longo de décadas, desde a redemocratização do país ocorrida em 1987, principalmente nas áreas trabalhista, previdenciária e social; as privatizações de importantes empresas brasileiras, em consonância com a redução do papel do Estado em praticamente todos os segmentos e, finalmente, o retorno da censura, ainda que de forma não assumida.

Sobre a censura, fazendo a ligação entre o período analisado na presente pesquisa e o que vivenciamos na atualidade, não poderíamos deixar de citar o fato do filme *Marighella*, dirigido e estrelado por Wagner Moura, ter sua estreia no Brasil, prevista para 19/11/2019, adiada sine die, por motivos não esclarecidos, sendo que foi apresentado e elogiado em vários países. Apesar do governo negar sua participação nesse caso, há um vídeo⁷⁸ na rede virtual do atual presidente falando sobre o filme. Nele é dito que o filme transmite uma imagem positiva de Carlos Marighella e que esconde os crimes praticados por ele. Segundo afirma o próprio diretor,

⁷⁸ Vídeo *JAIR BOLSONARO COMENTA SOBRE CARLOS MARIGHELLA E FILME DO WAGNER MOURA*, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Aasioq0E3bU>>. Acesso em: 15/04/2020.

o filme é inspirado na obra *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, uma das referências utilizadas neste trabalho. Como acusar o diretor de ter falseado a verdade se o livro no qual se baseia o filme nada mais é que um relato detalhado da vida do guerrilheiro e das ações armadas da ALN, amplamente amparado em documentos? Em nosso entendimento, os “crimes” cometidos, aos quais o vídeo se refere, seriam as ações praticadas pela ALN no combate à ditadura militar. O vídeo prossegue com ataques ao *Mini-manual do guerrilheiro urbano* e com a leitura irônica de trechos da obra acompanhada de argumentos reducionistas por parte do presidente. Concluindo, associa a militância comunista dos tempos da ditadura aos partidos atuais, citando PT e PMDB, dizendo que são aliados de Cuba e que têm um “projeto revolucionário”, discurso que em muitos aspectos reedita as falas dos órgãos de repressão no período da ditadura. Esse último comentário nos mostra como um conhecimento superficial e vago da história possibilita a realização de comparações equivocadas entre contextos históricos passados e conjunturas atuais.

A censura ao filme é uma prova irrefutável de quanto as imagens incomodam ao poder. Daí os regimes autoritários terem como característica comum censurar, perseguir, prender e mandar para o exílio artistas, cineastas, fotógrafos, músicos, autores de teatro, compositores, entre outros. No caso da ditadura militar brasileira, vale citar o grande número de fotografias que foram destruídas pelos militares. Todos esses pontos reforçam o acerto de nossa decisão de fazer ampla utilização de imagens nesta dissertação.

Para finalizar, gostaríamos de citar como novas contribuições certamente ajudarão a rever contradições e preencher lacunas de nossa história recente. As fontes de conhecimento não são estáticas e de tempos em tempos emergem documentos ou fatos novos são revelados por vias diversas, o que pode alterar drasticamente a forma como determinados acontecimentos históricos são interpretados.

Exemplificamos com a publicação do livro *A Memória e o Guardião*, do jornalista Juremir Machado da Silva, em março deste ano, no qual fala dos bastidores do governo de João Goulart com base em documentos⁷⁹ que se encontravam inacessíveis desde a deposição de Jango. A exemplo do depoimento tardio do fotógrafo Sérgio Jorge, a que nos referimos no texto, os

⁷⁹ “Quando Jango caiu, pediu a um assessor chamado Wamba Guimarães que tratasse de proteger a correspondência da qual ele se encarregava no dia a dia. Fiel entre os fiéis, Wamba partiu com duas malas de papéis. Ficou com elas no seu quarto, no interior de São Paulo, por 50 anos, até morrer. O neto de Wamba, Ricardo Guimarães, me procurou. Queria vender o material para montar um quarto enfermaria para a avó”. Fonte: Entrevista de Juremir Machado ao site *Portal Imprensa*. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/83279/jornalista+juremir+machado+lanca+livro+com+cartas+ineditas+do+ex+presidente+joao+Goulart>. Acesso em: 30/04/2020.

documentos que deram origem ao livro de Juremir Machado só tiveram sua existência revelada mais de 40 anos depois, quando da morte do assessor de Jango a quem foi confiada a sua guarda. Os dois casos são exemplos de como a história está sujeita a “upgrades” com o aporte de novas fontes até então desconhecidas.

Fechamos com uma frase de Juremir Machado, que embora se refira ao conteúdo dos documentos do passado publicados em *A Memória e o Guardião*, deram ao autor a exata sensação de que hoje tudo permanece como dantes:

“O Brasil de hoje mostra-se sem retoques no Brasil de ontem”.

Referências

Bibliografia:

- ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo. *Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil*. Editora Mediações, Londrina: 2007.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. Editora Vozes, Petrópolis: 1989.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. 14. Ed. Editora Rocco, Rio de Janeiro: 2006.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. EDUSC, Bauru: 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. 23. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2017.
- CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: A opressão no Brasil*. Editora Record, Rio de Janeiro: 2005.
- DA SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. *Carlos, a face oculta de Marighella*. Editora Expressão Popular, São Paulo: 2009.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. 6. Ed. Editora Vozes, Petrópolis: 2006.
- FAVARO, Armando. *O fotojornalismo durante o regime militar: Imagens de Evandro Teixeira*. 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/8o-encontro-2011-1/artigos/Ditadura%20Militar%202013%20Foto%20Evandro%20TeixeiraJB.pdf/view>>. Acesso em: 06/06/2020.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2008.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Editora Schwarcz, São Paulo: 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas, Campos Elísios: 2002.
- GONSALVES, Elisa Pereira. *Iniciação à pesquisa científica*. Editora Alínea, Campinas: 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 2. Ed. Editora Ática, São Paulo: 1987.
- GRAF, Marília. *Propaganda de lá para cá*. Editora IBRASA, São Paulo: 2003.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. Ed. Editora Schwarcz, São Paulo: 1994.
- INÁCIO, Rodolfo A. Cascão. *Festa e Política: o festivo na gênese da esquerda brasileira (1889-1930)*. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte: 1995.
- JOSÉ, Emiliano. *Marighella: O inimigo número um da ditadura militar*. 2. Ed. Editora Sol e Chuva, São Paulo: 1997.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. Companhia de Letras, São Paulo: 2012.

MARIGHELLA, Carlos. *A crise brasileira*, 1966. Disponível em: <<http://www.consulta popular.org.br/biblioteca/carlos-marighella-crise-brasileira1966>>. Publicado em 15/05/2012. Acesso em:12/06/2019.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. 2. Ed. Sabotagem, São Paulo: 1969.

MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. Editora brasiliense, São Paulo: 1994.

MARSILLAC, Ana Lúcia Mandelli de. *Paulo Bruscky e a liberdade de olhar*. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/ana_lucia_mandelli_de_marsillac.pdf>. Acesso em:02/04/2020.

MUNTASER, Lara Denise. *O poder da comunicação no regime militar brasileiro: Uma análise crítica*. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26534/3/PoderComunica%C3%A7%C3%A3oRegime.pdf>>. Acesso em:15/12/2019.

PEREIRA, Valter Pires e MARVILLA, Miguel. *Ditaduras não são eternas*. 2. Ed. ALES, Vitória: 2014.

NOVA & NÓVOA, Cristiane e Jorge. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. Editora UNESP, São Paulo: 1999.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 2000.

REIS, Daniel Aarão, e RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 6. Editora da Unicamp, Campinas: 2007.

REZENDE, Mariana José. *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Editora da Universidade de Londrina, Londrina: 2013.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. Ed. Editora Unesp, São Paulo: 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moriz e STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora Schwarcz, São Paulo: 2015.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* L&PM Editores, Porto Alegre: 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7. Ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1982.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968 - O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. Ed. Editora da Unicamp, Campinas: 2008.

VENCESLAU, Jessica Alessio. *Arte a mão armada: vanguarda e resistência em Carlos Zílio (1966-1970)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná: 2016 (Dissertação de Mestrado em História).

Fontes da rede e de busca das imagens:

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 13/08/2019.

Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/era-vargas.htm>>. Acesso em: 15/08/2019.

Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-juscelino-kubitschek.htm>>. Acesso em: 20/08/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em: 20/08/2019.

Site da *Fundação Joaquim Nabuco*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=726>. Acesso em: 20/08/2019.

Site da *Fundação Joaquim Nabuco*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=425&Itemid=185>. Acesso em: 03/09/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/RevolucaoCubana>>. Acesso em: 10/09/2019.

Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/fidel_castro/>. Acesso em: 13/09/2019.

Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/castelo_branco/>. Acesso em: 13/09/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>>. Acesso em: 14/09/2019.

Site *L&PM Editores*. Disponível em: <https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=508160>. Acesso em: 03/09/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mourao-filho-olimpio>>. Acesso em: 25/08/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/jose_anselmo_dos_santos>. Acesso em: 20/08/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-da-costa-aragao>>. Acesso em: 03/09/2019.

Site *Pragmatismo Político*. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/contribuicao-ipes-para-o-golpe-de-1964.html>>. Acesso em: 16/09/2019.

Site do *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/campanha-da-mulher-pela-democracia-2>>. Acesso em: 30/08/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O Instituto Brasileiro de Acao Democratica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Acao%20Democratica)>. Acesso em: 30/08/2019.

Site *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-fria.htm>>. Acesso em: 15/09/2019.

Site *Biography*. Disponível em: <<https://www.biography.com/political-figure/nikita-khrushchev>>. Acesso em: 15/09/2019.

Site *e-Biografia*. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/stalin/>>. Acesso em: 15/09/2019.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/mario-alves-de-souza-vieira/>>. Acesso em: 18/09/2019.

Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/carlos_marighella/>. Acesso em: 18/09/2019.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/mauricio-grabois/>>. Acesso em: 14/09/2019.

Site *Info Escola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/jacobinos/>>. Acesso em: 14/09/2019.

Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/grande-irmao-dos-eua-ajuda-golpistas>>. Acesso em: 14/09/2019.

Site *e-Biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/costa_silva/>. Acesso em: 16/08/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/krieger-daniel>>. Acesso em: 16/08/2019.

Site *Nexo Jornal*. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/05/05/Maio-de-1968-as-origens-e-os-ecos-do-movimento>>. Acesso em: 02/04/2020.

Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/sexta-feira-sangrenta-28-mortos-nas-ruas>>. Acesso em: 11/07/2019.

Site do jornal *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/artigo-carlinhos-oliveira-um-doido-em-forma-de-cancao-19098717>>. Acesso em: 11/02/2020.

Site da *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/133985/biografia>>. Acesso em: 04/06/2019.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedrosa-mario>>. Acesso em: 20/09/2019.

Site *Jornal da USP*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/exposicao-relembra-a-batalha-da-maria-antonia/>>. Acesso em: 17/07/2019.

Site *Memorial da Resistência*. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/Upload/file/lugares-damemoria/sitio%20de%20ibiuna.pdf>> Acesso em: 13/02/2020.

Site da *Enciclopaedia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Lin-Biao>>. Acesso em: 13/02/2020.

Site do *Arquivo Nacional*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/695-operacao-bandeirantes-oban.html>>. Acesso em: 08/05/2019.

Site *Memorial da Democracia*. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/podem-me-prender-podem-me-bater>>. Acesso em: 21/05/2019.

Site *Memorial da Resistência de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&idEntrevista=16&idEntrevistado=74&mn=56>>. Acesso em: 27/02/2020.

Site do jornal *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-dedados/2018/08/1968-policia-prende-primeiros-suspeitos-da-quadrilha-da-metralhadora.shtml>>. Acesso em: 27/02/2020.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/marco-antonio-bras-de-carvalho/>>. Acesso em: 13/11/2019.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/carlos-eduardo-pires-fleury/>>. Acesso em: 09/12/2019.

Site do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>>. Acesso em: 09/12/2019.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 15/12/2019.

Site do *Arquivo Público do Estado e São Paulo*. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>>. Acesso em: 04/01/2020.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/rubens-tucunduva/>>. Acesso em: 03/01/2020.

Site *CPDOC*, da *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-passos-simas>>. Acesso em: 27/12/2019.

Site *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-daditadura/abeylard-de-queiroz-orsini/>>. Acesso em: 27/12/2019.

Vídeo *JAIR BOLSONARO COMENTA SOBRE CARLOS MARIGHELLA E FILME DO WAGNER MOURA*, 2019, Plataforma Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Aasioq0E3bU>>. Acesso em: 15/04/2020.

Site *Portal Imprensa*. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/83279/jornalista+juremir+machado+lanca+livro+com+cartas+ineditas+do+ex+presidente+joao+Goulart>. Acesso em: 30/04/2020.

Site *Infoescola*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/doi-codi/>>. Acesso em: 18/06/2020

Site *Jornal da USP*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/jornais-noticiaram-esquadrao-da-morte-de-acordo-com-clima-politico/>>. Acesso em: 18/06/2020.

Site *CPDOC da Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>>. Acesso em 16/08/2019.